



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LORRANNE GOMES DA SILVA

AVÁ-CANOEIRO, A RESISTÊNCIA DOS BRAVOS NO CERRADO DO NORTE
GOIANO: DO LUGAR AO TERRITÓRIO



Foto: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2009

GOIÂNIA
2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LORRANNE GOMES DA SILVA

AVÁ-CANOEIRO, A RESISTÊNCIA DOS BRAVOS NO CERRADO DO NORTE
GOIANO: DO LUGAR AO TERRITÓRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás - UFG/Goiânia - GO, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Linha de pesquisa: Espaço e Práticas Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

GOIÂNIA
2010

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

SILVA, Lorraine Gomes da.

Avá-Canoeiro, a resistência dos bravos no Cerrado do norte goiano: do Lugar ao Território – Goiânia, 2010.

146f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Goiás.

1. Avá-Canoeiro 2. Povos indígenas 3. Lugar 4. Território 5. Cultura I. Eguimar Felício Chaveiro (Orientador) II. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais.

LORRANNE GOMES DA SILVA

**AVÁ-CANOEIRO, A RESISTÊNCIA DOS BRAVOS NO CERRADO DO NORTE
GOIANO: DO LUGAR AO TERRITÓRIO**

Dissertação defendida e aprovada em 17 de Abril de 2010 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Orientador

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

Professor do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - IESA da Universidade Federal de Goiás - UFG

Membro Titular

Prof. Dr. Marcelo Mello

Professor da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária Cora - Coralina - UEG

Membro Titular

Prof. Dra. Maria Geralda de Almeida

Professora do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais - IESA da Universidade Federal de Goiás - UFG

Membro Suplente

Prof^a. Dra. Mônica Veloso Borges

Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás - UFG

**GOIÂNIA
2010**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	LORRANNE GOMES DA SILVA		
E-mail:	Lorrannegomes@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Professora		
Agência de fomento: Cnpq		Sigla:	
País:	Brasil	UF:	GO
		CNPJ:	
Título:	AVÁ-CANOEIRO, A RESISTÊNCIA DOS BRAVOS NO CERRADO DO NORTE GOIANO: DO LUGAR AO TERRITÓRIO		
Palavras-chave:	Avá-Canoeiro. Povos indígenas. Lugar. Território e Cultura		
Título em outra língua:	AVA-CANOEIRO, THE RESISTENCE OF BRAVE PEOPLE IN THE CERRADO SAVANNAH IN THE NORTH OF GOIÁS: THE PLACE TURNED INTO A TERRITORY		
Palavras-chave em outra língua:	Ava-Canoeiro. Indigenous peoples. Place. Territory. Culture.		
Área de concentração:	Natureza e Produção do Espaço		
Data defesa:	17/04/2010		
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás			
Orientador (a): Eguimar Felício Chaveiro			
E-mail: eguimar@hotmail.com			
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ total parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: _____

Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.



*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como
sou - eu não aceito.
Não agüento ser apenas um
sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.*

Manoel de Barros

Foto: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2009

**Caminhei, caminhei e caminho em busca de estrelas que fazem parte dos meus sentidos
de viver,
encontrei muitas..., entre elas:**

MATXA, NAKWATXA, TUIA, IAWI, NIWATIMA E JATÚLIKA

A quem dedico essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a **Deus**, que me deu a dádiva de viver.

Aos Avá-Canoeiro: **Matxa, Iawi, Tuia, Natwatxa, Niwatima e Jatúlika**. Aprendo com vocês sobre o respeito à gentileza, à delicadeza, à humildade e muitos outros sentimentos e pensamentos que estão no mais íntimo de uma pessoa.

À **Geografia**, ciência que me faz descobrir o pouco daquilo que não sei... Com ela, encontro com sujeitos e, desses, com as inúmeras manifestações e práticas sociais que modelam meus conhecimentos, indagações e reflexões.

A **Eguimar Felício Chaveiro**, meu orientador - disciplinado nas orientações e exigente nas tarefas e cobranças, e para sempre um eterno amigo.

À minha família, base da minha vida – Meus avós paternos: **José e Maria** – Meus avós maternos: **José e Maria** - Meus pais queridos **Nelson e Gilva**, Guerreiros e Bravos, Leves e Sutis, pessoas com quem eu aprendo e escuto com respeito. Com meu pai aprendo sobre a alegria, com minha mãe aprendo sobre o amor.

Minhas irmãs **Laianne** (com quem aprendo sobre a humildade) e **Leirianne** (com quem aprendo sobre o cuidado); meus cunhados **Ronaldo** (com quem aprendo sobre a sinceridade) e **Paulo Adriano** (com quem aprendo sobre a tolerância); obrigado pela paciência e convivência.

Minhas fofas e cheirosas roseiras da minha vida **Isabella e Monara**, as pessoas que mais me ensinam.

Minhas **tias e tios** que me dão força para continuar a caminhada. Meu **padrinho e madrinha** que me protegem em todos os momentos. Meus **primas e primos**.

Bruno, agradeço a sua presença em minha vida; você torna meus dias mais alegres e otimistas. Com você aprendo sobre mim mesmo, meus desejos, minhas realizações, meus erros e aquilo que tenho de bom.

À **Franciane e Douglas** (aprendo sobre a doçura), **Iza** (aprendo sobre os sonhos), **Pablo** (aprendo sobre a complexidade), **Fernanda** (aprendo sobre a persistência), **Avacir** (aprendo sobre maturidade) e **Silvana** (aprendo sobre a fragilidade) pessoas que compartilharam comigo o tempo do mestrado, sou grata a todos e todas pela companhia e lições de vida.

Meus amigos e amigas: **Beatriz, Marion, Cristina, Mirella, Marcos Piter, Clara, Lorena, Sinara, Ronaldo Rocha, Alerrandro, Denis, Uelinton, Lucas, Alexander, Weder, Wagner, José Novais, Joyce, Cleber, Kamila, Márcia Pelá, Paulinho, Rodrigo**

Mendes, Leandro Caetano, Felipe Ferro, Poliane, Gilberto, Evanildo, José Carlos, Karla, Sinara, Roberto, José Alberto, Dominga, Jean, Marcelo Melo, Wilma, Luiza, Marlon, Benjamim, Tais, Leandro Lima.

À **Sélvia**, amiga e irmã de todas as horas, aprendo com você a sutileza das borboletas e a força de um leão. Você me ensina com seu exemplo de vida e coragem. Minha admiração para sempre. Meus sinceros agradecimentos pela paciência. Nossas trocas serão eternas.

Aos **professores e professoras da UFG: Maria Geralda** (aprendo sobre o trabalho e a coragem), **Romualdo** (aprendo sobre a força e o recomeço), **Manoel Calaça** (aprendo sobre a humildade e a doçura), **João de Deus** (aprendo sobre a ordem e a competência), **Lana** (aprendo sobre a responsabilidade e as conquistas), **Alex Rats** (aprendo sobre as lutas e a alegria) e a todos os demais docentes que participaram indiretamente desse processo.

Aos funcionários e servidores da Universidade Federal de Goiás (UFG). A todos do Laboratório de Dinâmicas Territoriais (LABOTER) e dos projetos Biodiversidade de biotecnologias, saberes locais no Cerrado goiano (BIOTEK), Oficina da Imaginação e Trilhas Interpretativas.

A **Bento Fleury**, corretor do trabalho.

Obrigado a todos que fazem parte de minha vida e me ensinam em todos os momentos.

ADENDO I

A presente dissertação tem como abertura de cada item dos capítulos pequenas narrativas da autora; estimulada pela vivência de campo com os Avá-Canoeiro. Muitas situações ocorridas nesses preâmbulos e outras apenas documentadas em sua memória. São compreensões da rica experiência surpreendente de poder conhecer e estabelecer elos com esse Outro; tão longe e tão perto das nossas origens e sentidos de vida.

ADENDO II

A presente dissertação foi elaborada em conformidade com as novas regras gramaticais convencionadas no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, estabelecido entre os países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) e promulgado no Brasil pelo Decreto nº 6.583/2008.

RESUMO

SILVA, Lorraine Gomes. **AVÁ-CANOEIRO, A RESISTÊNCIA DOS BRAVOS NO CERRADO DO NORTE GOIANO: DO LUGAR AO TERRITÓRIO**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

Os Avá-Canoeiro, como a maioria dos povos indígenas do Brasil, têm sua história marcada por massacres e uma quase extinção da etnia. Atualmente, existem apenas duas famílias: uma em Goiás (06 pessoas) e uma em Tocantins (08 pessoas). Para este estudo, foi escolhida a família que vive na Terra Indígena Avá-Canoeiro em Goiás localizada nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, no norte goiano. Esta pesquisa objetivou compreender o lugar de vivência dos Avá-Canoeiro, analisar as disputas que incidem em seu território e mostrar a importância dessa família para o Cerrado do norte goiano. O lugar indígena, juntamente com seus componentes, revelou que elementos da cultura desse povo estão a se reconfigurar, e outras muitas manifestações desapareceram. O território indígena é o grande elemento das disputas e dos conflitos, sobretudo em virtude de divergências entre a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, operada por Furnas Centrais Elétricas, e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que é o órgão que administra os direitos dos índios. A hidrelétrica é contígua à Terra Indígena Avá-Canoeiro. De acordo com dados de Furnas, por meio de um convênio celebrado com a FUNAI, a hidrelétrica creditou mensalmente até o ano de 2002 o equivalente a 2% do valor a ser distribuído a título de royalties aos municípios inundados pelo reservatório da hidrelétrica. Os recursos pagos pela área indígena inundada foram administrados pela FUNAI, com a interveniência do Ministério Público Federal, até que a comunidade indígena estivesse em condições de administrá-los diretamente. Com o fim do pagamento dos royalties, só resta o PACTO (Programa Avá-Canoeiro), financiado por Furnas e que ainda oferece subsídios a essa família. Além dos impactos sobre a área inundada, parte da Terra Indígena foi cortada por estradas, linhas de alta tensão e outras obras de Furnas, decorrentes da implementação da hidrelétrica Serra da Mesa e Cana-Brava. A redução da família Avá-Canoeiro provocou modificações profundas no seu modo de vida, como a organização do trabalho, as regras de matrimônio e parentesco, as lideranças, os rituais, entre outras. E as disputas que marcam a história desse povo trouxeram como conseqüências, além da redução da população, intensas lutas pela sobrevivência. Diante disso, quais são as ações socioculturais dos Avá-Canoeiro na construção do lugar imerso nas disputas de seu território? Qual a importância dessa família para o Cerrado do norte goiano? Essa investigação teve como procedimento metodológico a observação participante com o objetivo de unir os dados observados aos esclarecimentos promovidos pelo processo interativo entre pesquisador-pesquisado.

Palavras-chave: Avá-Canoeiro. Povos indígenas. Lugar. Território. Cultura.

ABSTRACT

AVA-CANOEIRO, THE RESISTNECE OF BRAVE PEOPLE IN THE CERRADO SAVANNAH IN THE NORTH OF GOIAS: THE PLACE TURNED INTO A TERRITORY

The Ava-Canoeiro, like most indigenous peoples of Brazil, have a history marked by massacres and an ethnicity near of extinction. Currently, there are only two existing Ava-Canoeiro families: one in Goiás state with six people and another one in Tocantins state with eight people. For this study, it was chosen the family that lives in the Avá Canoeiro Indigenous Land, called in Brazil as Territory, located in the municipalities of Colinas do Sul and Minaçu, in the north of Goiás. This research aimed to understand the place of living of the Ava-Canoeiro, as well as to analyze the disputes which have affected their territory and to show the importance of this family for the Cerrado savannah of Goiás. The Indigenous site, along with its components, revealed that the elements of its culture are reconfiguring themselves, and many other manifestations already disappeared. The Indigenous territory is the major reason of disputes and conflicts, mainly due to differences between the Serra da Mesa Power Plant, operated by Furnas Hydroelectric Company, and the National Indigenous Foundation (FUNAI), which is the agency that ensures the rights of the Indigenous peoples in Brazil. The dam is adjacent to the Indigenous Ava-Canoeiro Land. According to information provided by Furnas, an agreement signed between Furnas and FUNAI, the Hydroelectric Company made monthly indemnity credits until 2002, equivalent to 2% of the amount to be paid as royalties to cities flooded by the reservoir's dam. The transferred funds were administered by FUNAI, with the mediation of Ministério Público Federal, a Brazilian Body of Independent Public Prosecutors, up until the indigenous community would be prepared to manage the funds themselves. With the end of the royalties, the only remaining fund source to that family in Goiás state is provided by PACTO, Ava-Canoeiro Program, financially supported by Furnas. In addition to the impacts on the flooded area, part of the Indigenous Land was intersected by roads, electric wirelines system and other construction works done by Furnas for the implementation of the Serra da Mesa and Cana-Brava Hydroelectric Plant. The decrease of Ava-Canoeiro family members has caused extensive changes in their lifestyle, such as work organization, marriage and kinship rules, leadership, the rites and rituals, among other changes. The disputes which have marked the history of those people had as a consequence, besides the reduction of population, intense struggles for survival. In face of these facts, some questions have arisen: what are the Ava-Canoeiro sociocultural actions in order to re-build their birthplace, their territory, which has been pervaded with disputes? How important is this family for the Savannah in the north of Goiás? This research used as methodological tools and data collection methods the participant observation as the means to bond the information and knowledge produced by the interactive process between researcher and researched people.

Keywords: Ava-Canoeiro. Indigenous peoples. Place. Territory. Culture.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
CAPÍTULO I: AVÁ-CANOEIRO: “ENTRE” CERCAS E PORTEIRAS – O LUGAR	22
1.1 – Um desenho: O Povo Indígena Avá – Canoeiro	23
1.2 - Avá-Canoeiro: do Lugar ao Território	35
1.3 - A significação e a representação do lugar de vivência dos Avá-Canoeiro	42
CAPÍTULO II: AVÁ-CANOEIRO: “ENTRE” CERRADO E INSTITUIÇÕES – O TERRITÓRIO	66
2.1 – Onde está o Território Avá-Canoeiro em Goiás?	67
2.2 - Avá-Canoeiro: disputas territoriais no Cerrado do norte goiano	71
2.3 – Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa	76
2.3.1 - Atingidos por barragens – “Diga aos Avá-Canoeiro que dinheiro não é problema, pagamos em <i>royalties</i> ”	83
2.4 - Fundação Nacional do Índio: proteção, controle e gestão	91
CAPÍTULO III: AVÁ-CANOEIRO: “ENTRE” LUGAR E TERRITÓRIO – CORPOS QUE RESISTEM	98
3.1 – O Cerrado Brasileiro	99
3.2 – Contexto histórico do Cerrado goiano	108
3.3 - Avá-Canoeiro: Guardiões do Cerrado do norte Goiano	119
3.4 – Avá-Canoeiro: a Resistência dos Bravos	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	137
ANEXOS	146

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Foto de uma paisagem parcial da Terra Indígena Avá-Canoeiro no Cerrado do norte goiano	23
Figura 02	Documento enviado por Antero Cícero de Assis, presidente da província do Estado de Goiás em 1874	25
Figura 03	Foto do mineral amianto crisotila	31
Figura 04	Foto dos Avá-Canoeiro: da direita para esquerda: Niwatima; Nakwatxa; Jatulika; Iawi; Tuia e Matxa	33
Figura 05	Foto do estilingue feito por Iawi	35
Figura 06-A	Foto de Iawi plantando feijão na roça	42
Figura 06-B	Foto de Niwatima trançando o cabelo de sua mãe Tuia e Matxa comendo milho deitada na rede	42
Figura 07	Fotografias das casas de alvenaria construídas pela FUNAI	46
Figura 08	Foto da oca atual dos Avá-Canoeiro	47
Figura 09-A	Foto da parte interna da oca	48
Figura 09-B	Foto do Rádio de pilha de Iawi	48
Figura 10	Foto de Nakwatxa preparando seu alimento	49
Figura 11	Foto da posição das redes dos Avá-Canoeiro dentro da oca	49
Figura 12	Foto da parte externa da oca	50
Figura 13	Fotografias dos animais que os índios criam dentro e fora da oca (periquitos, pombos, um cachorro e um burro)	51
Figura 14	Foto de Maxta tocando flauta, 2003	52
Figura 15	Foto dos cachimbos de Tuia e Nakwatxa	53
Figura 16	Foto das ferramentas ganhadas por Iawi de fazendeiros que ainda vivem na região	53
Figura 17-A	Foto da plantação de arroz	55
Figura 17-B	Foto de Iawi plantando feijão com uma matraca	55
Figura 17-C	Foto da plantação de abóbora	55
Figura 18	Foto de Nakwatxa indo para a coleta	56
Figura 19	Foto de Jatúlka e Iawi indo para a roça	57
Figura 20	Foto de Nakwatxa voltando de uma coleta	58
Figura 21	Foto da cesta básica de alimentos cedida pela FUNAI	61
Figura 22	Foto de um macaco capturado por Iawi sendo preparado para o almoço	62
Figura 23	Foto de Tuia assando milho	64
Figura 24	Foto da família Avá-Canoeiro de Goiás	67
Figura 25	Foto do carro da FUNAI chegando à oca dos Avá-Canoeiro	71
Figura 26	Foto parcial da Usina de Serra da Mesa	76
Figura 27-A	Foto da Turbina Francis	79
Figura 27-B	Foto da entrada da Usina de Serra da Mesa	79
Figura 27-C	Foto do galpão que dá acesso a casa de Força da Usina de Serra da Mesa	79
Figura 28	Foto parcial do lago da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa	80
Figura 29	Foto das linhas de transmissão da UHS dentro da reserva indígena	84

Figura 30	Foto de trabalhadores nas obras de Furnas na área da reserva Indígena	85
Figura 31	Foto de Nakwtxa e Iawi na reserva indígena	86
Figura 32	Fotografias do Centro de Exposição Avá-Canoeiro dentro da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa	89
Figura 33	Foto da entrada da Reserva Indígena Avá-Canoeiro	91
Figura 34	Foto de uma das porteiras dentro da Terra Indígena	95
Figura 35	Foto do Córrego Pirapitinga que corta a Reserva Indígena Avá-Canoeiro	99
Figura 36	Fotografias de frutos do Cerrado (A - pequi; B - araticum; C - araçá e D - mangaba)	101
Figura 37	Fotografias de animais do Cerrado (A - veado campeiro; B - onça pintada; C –tamanduá-bandeira e D - ema)	105
Figura 38-A	Foto vista parcial do Cerrado goiano	108
Figura 38-B	Foto de uma colheita de cana-de-açúcar na cidade de Quirinópolis/GO	108
Figura 39-A	Foto de uma colheita da cana em Serranópolis	114
Figura 39-B	Foto de uma plantação de sorgo em Jataí	114
Figura 39-C	Foto de uma plantação de milho em Rio Verde	114
Figura 39-D	Foto de uma plantação de soja em Mineiros	114
Figura 40	Foto parcial do Cerrado do norte goiano	119
Figura 41-A	Foto de um peixe pescado por Iawi com lança	123
Figura 41-B	Foto de Nakwtxa coletando lenha para o almoço e milho da roça	123
Figura 41-C	Foto da construção da oca de Niwatima	123
Figura 42	Foto de Matxa	125
Figura 43	Foto de Nakwtxa	125
Figura 44	Foto de Tuia e Iawi	125
Figura 45	Foto de Niwatima e Jatúlika	125
Figura 46	Foto: “Acampamento no Araguaia” de Francis de Castelnau	126

LISTA DE QUADRO

Quadro I	Povo Avá-Canoeiro	29
Quadro II	Relações do lugar Avá-Canoeiro	39
Quadro III	Os Avá-Canoeiro no Cerrado do norte goiano	40
Quadro IV	Componentes do lugar Avá-Canoeiro	44
Quadro V	Distribuição das Terras Indígenas em Goiás	74
Quadro VI	Plantas Medicinais do Cerrado brasileiro	103

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Localização das famílias Avá-Canoeiro de Goiás e Tocantins	27
Mapa 02	Localização da Terra Indígena Avá-Canoeiro	30
Mapa 03	Localização das Terras Indígenas no Estado de Goiás	73

Mapa 04	Localização da Usina Serra da Mesa, com divisa na Terra Indígena Avá-Canoeiro	82
Mapa 05	Uso do Solo das Mesorregiões de Goiás	116
Mapa 06	Uso da Terra e cobertura vegetal do Território Indígena Avá-Canoeiro	121

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Peguei carona com um pássaro azul e pedi que me levasse para longe dali, voamos, voamos... Cheguei na distância do olhar humano!! Abracei as nuvens e cantei canções de ninar! Mergulhamos no acaso das horas e decidi ficar por ali conhecendo a eternidade do que chamamos de "estranho"!

Lorranne Gomes da Silva

Cada tema é um instigante e permanente desafio para o pesquisador. Pesquisar sobre a temática indígena foi uma construção coletiva, que teve por gênese o advento de debates e eventos que referiam às diversas questões que envolvem esses sujeitos e suas múltiplas possibilidades de interpretação.

O contato com outros pesquisadores e trabalhos sobre a temática também despertou atenção, curiosidade e compromisso. Entre eles: Dulce Pedroso, André Toral, Mônica Borges, Lena Tosta, Eliana Granado, Cristian Teófilo, João Carlos Barreto, dentre outros destacados pesquisadores.

Os Avá-Canoeiro como a maioria dos povos indígenas do Brasil, tem sua história marcada por massacres e uma quase extinção da etnia. Moura (2006, p. 122) afirma que: “Antes da colonização do Brasil Central, os Avá deveriam ter aldeias com população não muito grande, possivelmente de 250 a 300 habitantes”.

Atualmente, existem apenas duas famílias: uma em Goiás com seis pessoas e uma em Tocantins com oito pessoas. Para esse estudo, foi eleita a família que vive na Terra Indígena Avá-Canoeiro em Goiás que está localizada nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, no norte goiano.

Esta pesquisa objetivou compreender o lugar de vivência dos Avá-Canoeiro, analisar as disputas que incidem em seu território e mostrar a importância dessa família para o Cerrado do norte goiano. Denomina-se disputas territoriais nesse estudo as relações estabelecidas entre agentes governamentais – aqui representados por uma empresa estatal, Furnas Centrais Elétricas S.A. e por um órgão do serviço público federal – a Fundação Nacional do Índio (FUNAI); que se concatenou com a implantação de projetos econômicos do setor elétrico, que envolveu a Terra Indígena Avá-Canoeiro.

Por questão indígena, compreende-se o conjunto de problemas, diagnósticos, situações, planos, programas e ações de um modo geral; assim como as formas institucionais

que, explicitamente, referem-se às comunidades indígenas como seu objeto, causa ou objetivo de constituição ou justificativa. Como observa Arruda (2001, p.47):

A questão indígena ocupa um espaço secundário na atualidade brasileira, submetendo-se a outros vetores dinâmicos, políticos e econômicos, tais como a questão agrária, questões estratégicas de fronteira, desenvolvimento econômico, questões ecológicas, entre outras. Desse modo, o debate, as políticas e as ações referentes à questão indígena subordinam-se a outros eixos temáticos, dos quais ela aparece como uma extensão ou uma particularidade.

Com base nessa assertiva, da relação dos conceitos de lugar e território e a correlação desses com o termo Resistência Indígena, pretende-se compreender o que Furnas expõe por denominação de “serviço social”; a FUNAI chama de “gestão administrativa” e entremeados nessas nomeações o que representa os Avá-Canoeiro para os dois órgãos e para o Cerrado do norte goiano.

Análises fundamentadas em discussões teóricas, recursos imagéticos, entrevistas informais, trabalhos de campo, narrativas, documentos e todo aparato necessário para construção da pesquisa foram utilizados no intuito de propiciar visibilidade e profundidade que o tema concorre na execução.

O Cerrado goiano, antes da colonização, era um território já habitado por indígenas. Aos poucos, esse território reconfigurou-se ao incorporar novos meios técnicos-científicos para o progresso e desenvolvimento. Goiás, resguardadas as devidas proporções, passou de uma pequena vila para um Estado de destaque nacional; ao se considerar sua produtividade e a inovação agrícola.

O novo padrão territorial de “modernidade” e globalização com a implantação de novas tecnologias atingiu o Estado de Goiás, ao alterar sua dinâmica política, econômica, cultural e principalmente ambiental², pois é uma conquista que se faz a qualquer preço, não validando, na maioria das vezes a questão ambiental.

Assim, é importante considerar que tanto o crescimento, o desenvolvimento, o uso, a ocupação como a destruição que vem se intensificando cada vez mais no Cerrado goiano foi e é um processo longo, heterogêneo em tempos e espaços distintos. Assim como o desenvolvimento econômico é desigual entre as regiões brasileiras, no Estado de Goiás foi, também, desigual entre suas regiões.

Enquanto o sudoeste goiano tem suas bases econômicas nas atividades geradas pelo *agrohidronegócio*, com incorporações de técnicas e tecnologias que visam à produção de grãos, a cana-de-açúcar também possibilita visibilidade diante aos empreendimentos da

² Ao passo que o Cerrado vem sendo ocupado por esses novos modos de produção capitalista que se resume, sobretudo no lucro, ele vem sendo destruído drasticamente.

indústria sucroalcooleira; a criação de gado, os galpões de granja, multinacionais; um cenário nunca visto; cheio de paisagens voltadas ao lucro à produtividade e uma intensificação do uso do solo causando várias reconfigurações no Cerrado.

O norte de Goiás, região de estudo nessa pesquisa, onde está centrada a Terra Indígena Avá-Canoeiro tem suas particularidades paisagísticas, econômicas, socioespaciais e culturais. Um relevo ondulado, com uma grande porção de Cerrado preservado, o norte ainda mantém comunidades tradicionais, pequenas propriedades rurais. É possível encontrar raizeiras (os), parteiras, e tantos outros sujeitos que vivem na região.

Nota-se que vários são os atores e as escalas e diferentes são os tipos de pressão do capital nas regiões goianas. A Terra Indígena Avá-Canoeiro, localizada no norte do Estado entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul, insere-se nesse processo de disputas.

Uma reserva de 38 mil hectares nas proximidades do Rio Tocantins gerou e gera disputas, conflitos e acordos entre Furnas e FUNAI. Furnas precisava de 10% da área para a mega construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, a FUNAI, órgão responsável por cuidar, proteger e administrar os direitos indígenas, exigia vantagens na negociação quanto à inundação do lago. É assim que a história começou e tentamos compreender as negociações.

Devido às perseguições e as inúmeras violências que atingiram o povo Avá-Canoeiro, eles carregam marcas de balas, cheiro de sangue, lembrança de mortes, fome, frio, e inúmeros traumas vividos por esse grupo. Torneado por um contexto histórico que tinha como objetivo o fim dessa etnia (Barreto, 1987), os Avá-Canoeiro devem levar em seu sobrenome o que chamamos aqui: *a Resistência dos Bravos*.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados como procedimento metodológico alguns elementos da observação participante. De acordo com Goldenberg (1997, p.63): “É uma metodologia de pesquisa que aparece como possibilidade na tentativa de descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo”.

Não foi uma observação contemplativa apenas, mas, como ressalta Oliveira (2000, p. 24), uma “*observação-participante*”, em que “ouvir” e “olhar” complementam-se na investigação. Conforme esse autor (idem), “(...) o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação”.

Oliveira (2002) acrescenta que, além de auxílio à memória, o diário de campo e a caderneta de campo servem para que o pesquisador vá neles a esboçar suas primeiras análises

dos dados a que vai tendo acesso. As anotações foram bastante exploradas no decorrer da pesquisa.

A vivência e a observação no lugar são consideradas fundamentais na pesquisa qualitativa e caracteriza-se pelo contato direto do pesquisador com os sujeitos (Lüdke e André, 1986). O trabalho de campo como permanência, estada, ainda que temporária e datada, bem como a presença e a busca pela profundidade podem inserir-se nesse movimento de pesquisa, viabilizando a observação.

Foram realizados três trabalhos de campo na aldeia³. O primeiro aconteceu em março de 2009, com duração de 10 dias; o segundo em Agosto de 2009 com duração de 15 dias e o terceiro em Janeiro de 2010, com duração de 10 dias. Apesar do pouco tempo na aldeia, o caderno de campo foi fundamental para a sistematização das informações e dos dados que compõem o presente trabalho.

A intensidade dos momentos em vivência com os Avá-Canoeiro marcou detalhes que apenas os olhos e a sensibilidade são capazes de captar. Apesar do estranhamento da presença da pesquisadora no cotidiano da família, aos poucos as conversas e as interações surgiam.

Na primeira visita⁴, tentou-se estabelecer boas relações com o grupo. Foi um período de aproximação, aceitação e confiança para as observações iniciais que constituíram a pesquisa. Foi um momento de poucas conversas, olhares desconfiados dos índios, e muita curiosidade deles pelo mundo da pesquisadora – dos “ não-índios”, inclusive de Jatúlíka que era o que mais fazia perguntas.

Na segunda visita, buscou-se um procedimento rigoroso de anotações de tudo que se era observado, bem como: descrição das conversas entre os funcionários da FUNAI e Avá-Canoeiro; os acontecimentos do cotidiano - ações, sentimentos, desejos, trabalho, lembranças; diálogos entre os Avá-Canoeiro – convivência; narrativas feitas, sobretudo por Niwatima, Jatúlíka e Iawi de momentos, histórias e locais que viveram.

Na terceira visita, percebeu-se uma confiança maior do grupo, nesse período, a enfermeira da FUNAI estimulava Matxa à conversa e que, aos poucos, iam respondendo várias perguntas, porém, ela destacava sobre as fugas e as mortes de seus familiares. Niwatima contribuiu muito com as traduções das falas de Matxa que se expressa pelo dialeto

³ Quem autoriza a entrada de pesquisadores na reserva é o chefe de posto da FUNAI que concedeu apenas esse período para pesquisa.

⁴ Em nenhum dos trabalhos de campo realizado só foi possível passar os dias na aldeia, o chefe de posto da FUNAI não permitiu passar as noites.

Avá-Canoeiro. Nesse momento, foi bastante explorado a relação do índio com o cotidiano e com o lugar.

Matxa proporcionou uma longa conversa sobre a história da família, os massacres, as fugas, os parentes mortos, os deslocamentos para sobreviverem. Em suas expressões e gestos, foi possível perceber os traumas, o medo, a desconfiança, de um passado tão presente em sua face, em seu corpo em sua vida.

Foi possível realizar, também, dois trabalhos de campo no município de Minaçu com o intuito de consultar documentos, órgãos públicos e instituições. Sobre a análise de documentos e a pesquisa bibliográfica, Lüdke e André (1986) consideram que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fontes de informação sobre o comportamento humano”.

Porém, fontes de outras naturezas podem compor esse método de coletas de dados, sendo estas relacionadas com o que está sendo abordado. Nesse sentido, os documentos de órgãos como FUNAI, FUNASA, Bibliotecas Públicas, Órgãos de Administração, dentre outros, completaram as interpretações desta investigação.

O primeiro trabalho de campo em Minaçu, aconteceu em Abril de 2009. Foram visitados alguns órgãos públicos (Prefeitura, Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Unidade Universitária de Minaçu, secretaria da cultura e do meio ambiente); ONGs; e a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa.

No segundo trabalho de campo, em junho de 2009, realizou-se uma visita a Usina Hidrelétrica de Cana Brava e conversas com ex-funcionários da FUNAI; com a atual enfermeira da FUNASA⁵ que cuida dos Avá-Canoeiro; com Walter Sanches, o chefe do posto da FUNAI e com pessoas da região. Nos dois trabalhos de campo em Minaçu, o chefe do posto da FUNAI concedeu uma visita rápida aos Avá-Canoeiro.

Nesse período de campo, foi importante a experiência de poder conhecer tão de perto essa família. A observação participante, além de proporcionar um contato mais direto com os sujeitos da pesquisa, permite entender a construção e desconstrução de conceitos preestabelecidos que carregamos por vias da mídia e de informações equivocadas.

Dessa forma, é importante que a relação entre pesquisador-pesquisado seja entendida como uma relação sem muros, barreiras e fronteiras metodológicas. Em verdade, o que existe

⁵ Fundação Nacional de Saúde - FUNASA é um órgão do Ministério da Saúde do governo do Brasil encarregado de promover saneamento básico à população. Cuida também da assistência a saúde das populações indígenas.

muitas vezes de real e concreto está contido na subjetividade, nas entrelinhas, além do percebido.

A pesquisa bibliográfica e a análise de documentos foram também fundamentais para compor um conjunto de procedimentos. Juntamente com as informações registradas a partir do trabalho de campo; a escrita dos diários; a produção de fotografias e coleta de impressões e as conversas e encontros.

Durante a escrita desse trabalho o recurso imagético foi bastante explorado. Diversas fotografias foram utilizadas com o objetivo de construir um campo de signos sobre os Avá-Canoeiro, não apenas como fins e complementos visuais; mas como um resgate ao cotidiano, ao modo de vida, aos atores e ao contexto observado.

É necessário ressaltar a importância do apoio da Universidade Federal de Goiás no processo da pesquisa, bem como a participação no projeto Biotecnologias e Biodiversidade Gestão Participativa no Cerrado Brasileiro (BIOTEK⁶), no Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER⁷) e no Grupo de Estudos: espaço, sujeito e existência⁸, coordenado pelo professor Eguimar Felício Chaveiro.

A dissertação está organizada em três capítulos intitulados: *Avá-Canoeiro: entre cercas e porteiras – o lugar* (Capítulo I); *Avá- Canoeiro: entre Cerrado e Instituições – o Território* (Capítulo II) e *Avá-Canoeiro: entre Lugar e Território: corpos que resistem* (Capítulo III); no qual, tenho o imenso prazer em apresentá-los a você leitor. Mas, antes gostaria de pedir licença aos Avá-Canoeiro, ao respeito que tenho ao adentrar nas entrelinhas de suas vidas, suas histórias.

O capítulo I propõe discutir o Lugar de vivência dos Avá-Canoeiro, como o cotidiano forma as relações e as ações que envolvem os componentes do lugar. Essa primeira análise destacará a importância de conhecer o lugar para compreender o território e suas diversas marcas presentes ou em muito pressentidas.

⁶ Por intermédio do projeto BIOTEK, foi possível aprofundar as análises sobre o Cerrado brasileiro e goiano, as comunidades tradicionais e questões envolvendo as biotecnologias e a biodiversidade discutida no capítulo terceiro dessa pesquisa.

⁷ O LABOTER, atualmente, é coordenado pela professora Dra. Maria Geralda de Almeida com intuito de enriquecer o Instituto de Estudos Sócio-ambientais (IESA), com projetos de pesquisas e extensões, coordenados por professores de áreas afins, envolvendo os estudantes com várias atividades que enaltece a vida acadêmica como a parceria com outras instituições. A participação nas discussões só veio a somar com mais conhecimentos.

⁸ O grupo de estudo espaço, sujeito e existência, reuniu textos e discussões coletivas que contribuíram para a elaboração da pesquisa. Os encontros foram mensais ao passo que as dúvidas no decorrer da pesquisa puderam ser refletidas de forma mais densa.

O segundo capítulo buscará atentar sobre as discussões a respeito do território; sobretudo as disputas que envolvem os Avá-Canoeiro entre Furnas e FUNAI. E o terceiro capítulo discutirá a importância dos Avá-Canoeiro para o Cerrado do norte goiano e da existência dessa família para a existência dessa pesquisa.

Observá-los como sujeitos de uma longa caminhada de lutas e resistências foi o principal eixo norteador de toda essa pesquisa.

CAPÍTULO I

AVÁ-CANOEIRO: ENTRE CERCAS E PORTEIRAS – O LUGAR



Foto: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

1.1 - Um desenho: o Povo Indígena Avá-Canoeiro



Figura 1: Foto: Paisagem parcial da Terra Indígena Avá-Canoeiro no Cerrado do norte goiano

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

[...] Disseram-me que sobrevoando um pássaro gigante de brancas asas, conhecido como avião nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, observa-se uma das manchas mais preservadas de Cerrado do norte goiano, como mostra a figura (1). Entre as diversas fitofisionomias da região, a presença de um Cerrado ainda pouco maltratado pelas vias do capital. Essa tamanha beleza que apresenta no olhar um palco enfeitado de vastidões desconhecidas é a Terra Indígena dos Avá-Canoeiro. Um grupo que depois de tantos massacres e extermínios, vivem 'um agora' torneado pelas lembranças do passado. Seis índios e o registro de uma história étnica. Niwatima com seus 19 anos, reflete sonhos, desejos, vontades de conhecer lugares, de aprender um pouco mais sobre a vida lá fora da aldeia. Jatúlika, aos 22, quer dirigir caminhão, ser policial e aprender caçar macacos como o pai, Iawi, que aprecia música sertaneja, gosta muito de caminhar, caçar, pescar, coletar, viajar e cuidar da roça. Tuia, esposa de Iawi e mãe de Niwatima e Jatúlika, observa atentamente os pequenos detalhes das coisas, sem pressa; como se vivesse longe dali... Depois do forte trauma de ver seu pai sendo comido por uma onça, sua comunicação resume em poucos gestos e silêncio. Nakwatxa, irmã de Tuia, é quase sempre a primeira a acordar; é vista pelos demais como a mais “brava”, adora caçar, coletar e caminhar pela reserva, diariamente prepara seu alimento. Entre todos, Matxa, a matriarca, pouco enxerga com lesões na vista, devido um glaucoma, porém, seus gestos e palavras mobilizam o grupo que lhe serve água e comida na rede onde passa a maioria das horas [...]

O povo Avá-Canoeiro tem uma língua própria, pertencente à família Tupi-Guarani, do tronco linguístico Tupi. Em relação aos povos Tupi-guarani, os Avá-Canoeiro são mais próximos linguisticamente dos povos Tupi, originários do baixo Tocantins-Araguaia; como os Suruí, os Parakanã, os Assurini do Tocantins, os Amanayé, os Guajajara e, especialmente, os Tapirapé.

Borges (2006, p.24) afirma que: “Os estudos realizados sobre essa língua indígena brasileira são raros e os poucos que a pesquisam limitam-se a descrever alguns aspectos fonético-fonológicos ou a apresentar algumas listas de palavras”.

Não existe ao que se conhece uma gramática explicativa, normativa dessa língua para contextualizá-la com a realidade vivida pelos índios no Brasil. É uma língua altamente ameaçada de extinção, devido ao reduzido número de falantes, e praticamente sem documentação disponível e estudos feitos.

O nome “Avá-Canoeiro” para designar essa etnia, foi consolidado a partir da década de 1970, ao se considerar os registros feitos por pesquisadores, indigenistas e funcionários da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e Furnas Centrais Elétricas S.A que com eles mantinham contato.

O termo “*awa*” na língua Avá-Canoeiro como em outras línguas tupi-guarani, significa gente, pessoa, ser humano, homem adulto. O cognome “*canoeiro*” deve-se à habilidade para navegar canoas e ubás⁹ pelas correntezas dos rios. De acordo com Silva (2005, p.16): “Os Avá-Canoeiro auto-designam-se **awa** ‘gente’, em oposição a **maira** ‘não-indígena’”.

Somente a partir da década de 1970, partes de grupos dos Avá-Canoeiro passaram a ter contato permanente com não-índios. Em 1820, esse povo começou ser encontrado na região que fica entre o rio Maranhão e os povoados de Santa Tereza e Amaro Leite; em algumas aldeias no rio Canabrava; entre outros lugares do Estado de Goiás e Tocantins.

A localização dos Avá-Canoeiro era crucial na ocupação do território goiano, já que se situavam em plena área de expansão da pecuária e em meio à rota de contato (o rio Tocantins) que ligava as duas mais importantes regiões de desenvolvimento - à capital da província, Cidade de Goiás e Porto Real, hoje Porto Nacional. Um grupo permaneceu no Estado de Goiás a perambular entre as montanhas escarpadas e de difícil acesso da região norte.

⁹ Tipo de canoa usada entre povos indígenas brasileiros, talhada em casca de árvore ou escavada a fogo.

A luta pela ocupação territorial do antigo norte de Goiás e hoje Estado do Tocantins sempre foi árdua e marcada por violência. A figura 02 mostra o documento de 1874, do Palácio Conde dos Arcos da Cidade de Goiás, no governo Antero Cícero de Assis que evidencia tal fato:

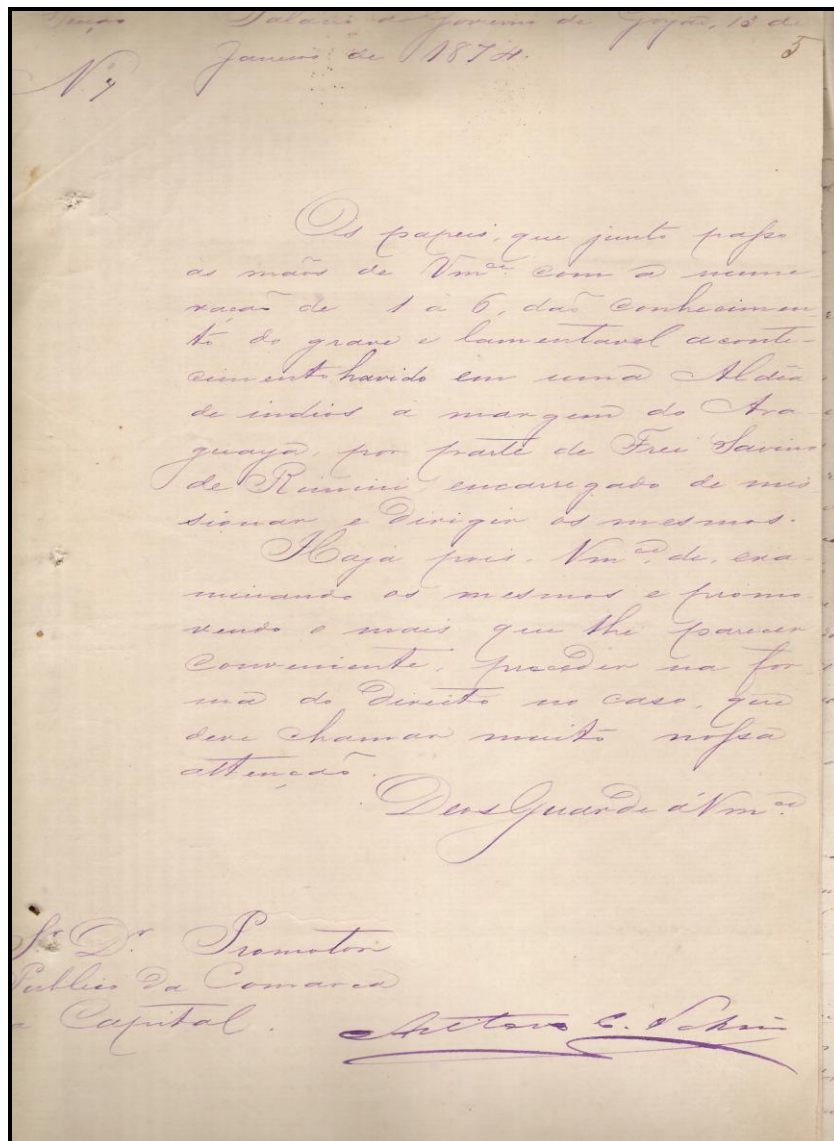


Figura 02: Documento enviado por Antero Cícero de Assis, presidente da província do Estado de Goiás em 1874

Fonte: Cedido do arquivo particular do professor Bento Alves Araújo Jayme

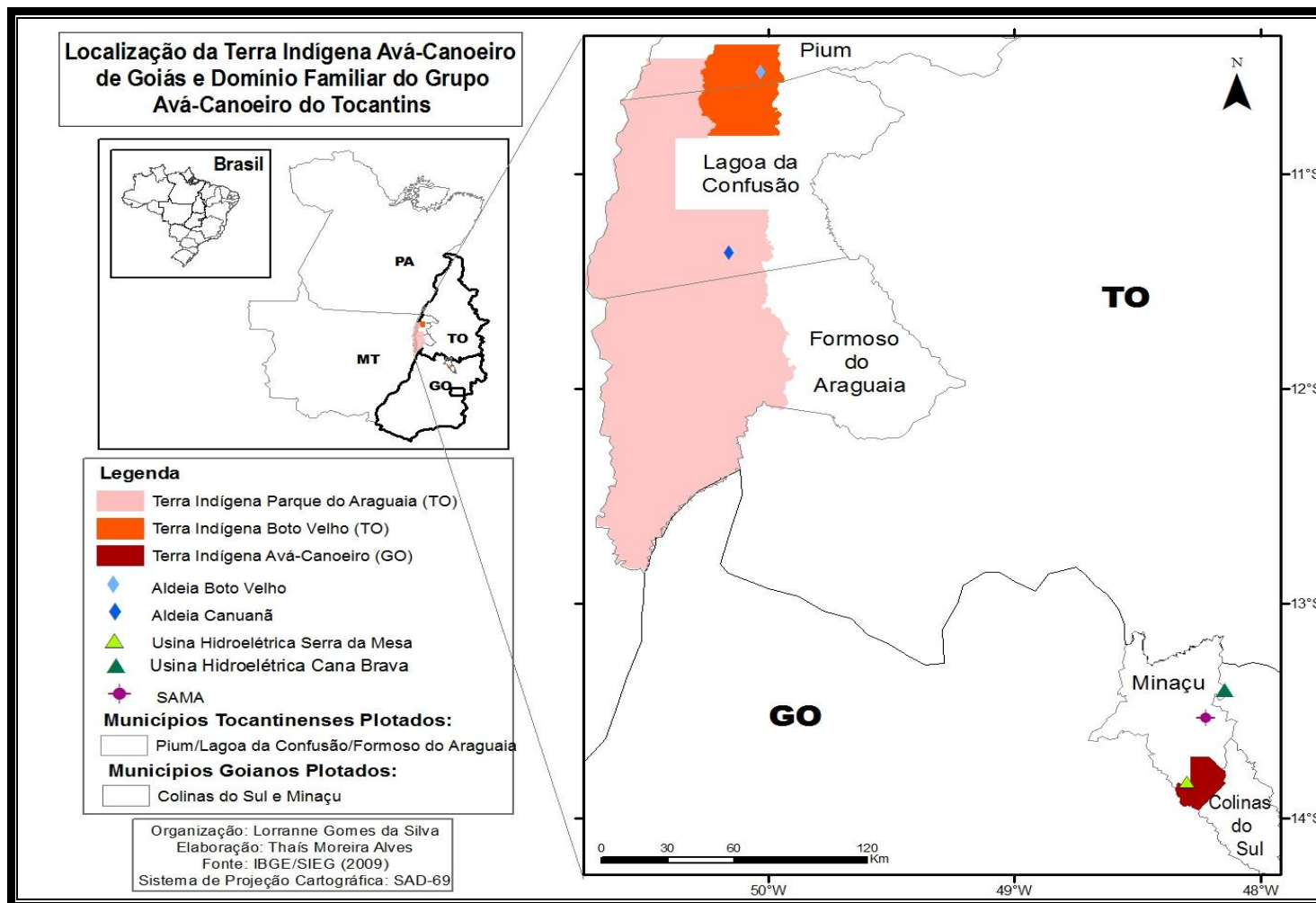
De acordo com Rivet (1924, p. 175): “Como reação aos conflitos cada vez mais violentos, alguns grupos Avá-Canoeiro iniciaram, entre 1844 e 1865, um processo de deslocamento em direção ao Araguaia Até o término do século, já tinham atingido as proximidades da Ilha do Bananal”.

O documento apresentado na figura 02 do Palácio Conde dos Arcos da Cidade de Goiás é a remessa 09, de 13 de Janeiro de 1874 em que o Presidente da Província de Goiás, Antero Cícero de Assis, envia ao Promotor da Cidade de Goiás, a questão da violência entre índios das margens do Rio Araguaia e o Frei Savino de Ramicini, entre eles, os Avá-Canoeiro.

No início do século XX, os Avá-Canoeiro distribuía-se em uma extensa área desde os sopés da Serra Dourada até o interior da Ilha do Bananal. Moura (2006, p. 122) afirma que: “Antes da colonização do Brasil Central, os Avá deveriam ter aldeias com população não muito grande, possivelmente de 250 a 300 habitantes”.

A capacidade de adaptação foi à maior arma de sobrevivência, já que, desde o início do século XIX, a ocupação de seu território tradicional por fazendas, garimpos, vilas e cidades obrigou os Avá-Canoeiro a deslocamentos contínuos para se manterem vivos. Nesse itinerário, nômade por diversas vezes, foram vítimas de verdadeiros massacres. Silva (2005, p. 14), afirma que: “Os Avá-Canoeiro foram reduzidos drasticamente por séculos de conflitos, massacres e expulsões territoriais de seus domínios no Brasil Central que culminaram na fragmentação de suas aldeias em pequenos grupos como meio de sobrevivência”.

Atualmente, os Avá-Canoeiro estão divididos em duas famílias: uma habitando a bacia do Rio Araguaia, no Estado de Tocantins, e outra habitando a bacia do Rio Tocantins, no Estado de Goiás. Como mostra o mapa 01.



Mapa 01: Localização das famílias Avá-Canoeiro de Goiás e Tocantins

De acordo com o mapa 01, a família do Araguaia encontra-se dispersa em duas aldeias na Ilha do Bananal, no interior da Terra Indígena dos Javaé, no Parque do Araguaia: Aldeia Canuanã, próxima ao município de Formoso do Araguaia, e Aldeia Boto Velho, a 60 km da Lagoa da Confusão; enquanto a família de Goiás está em terra própria, entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul.

O Parque do Araguaia é vinculado ao IBAMA¹⁰ e fica ao norte da Ilha do Bananal. Essa região possui ampla rede de drenagem, formada por rios de médio a grande porte, riachos, nascentes, ipucas¹¹ e vários lagos. Os solos dessa região variam entre ácidos com baixa fertilidade natural e solos profundos; com vegetação típica de floresta e também Cerrado. A vegetação se compõe de várias paisagens como: cerradão, mata seca e inundada, extensos campos inundados, vegetação de encostas secas e de bancos de areia.

A Ilha do Bananal pode ser descrita, em termos ambientais, como uma área de transição entre o Cerrado e o domínio Amazônico. Para um povo indígena que pode ser descrito como caçador e coletor, como os Avá-Canoeiro do Araguaia, a área é excepcionalmente propícia; uma vez que lhes oferece os recursos de caça e coleta apesar de não terem uma Terra própria.

Separados há mais de um século, os Avá-Canoeiro do Tocantins e do Araguaia desenvolveram histórias distintas e diferenças culturais consideráveis (Borges, 2006). Em 1988, a FUNAI tentou promover a união dos grupos, mas fracassou devido à falta de recursos e ao isolamento do Posto Indígena Avá-Canoeiro, se comparado à movimentada aldeia de Canuanã, onde vive a família do Araguaia.

A família do Araguaia convive com outras etnias como os Tapirapé, Javaé e realiza casamentos interétnicos¹² ao aumentar, assim, o número de pessoas. Já a família do Tocantins composta por seis pessoas, quase não mantém contato com outras etnias, o que dificulta a possibilidade de casamento já que são apenas dois jovens na família.

Existem então 14 índios Avá-Canoeiro¹³ de acordo com Toral (1985) e estima-se que haja pessoas ainda sem contato permanente. Entre os índios já contatados pela FUNAI, os grupos do Araguaia e Tocantins apresentam as seguintes características, como mostra o quadro I:

¹⁰ Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente.

¹¹ Trecho onde a água, após a enchente do rio, ficou por um tempo estagnado.

¹² Casamentos entre etnias diferentes.

¹³ Sem considerar os casamentos interétnicos, apenas os Avá-Canoeiro.

Quadro I: Povo Avá-Canoeiro

GRUPO	NOME	IDADE APROXIMADA	SEXO
Ilha do Bananal – Tocantins	1-Tutau	68	Masculino
	2-Makakira	48	Feminino
	3-Agadmi	45	Masculino
	4-Txiele	20	Feminino
	5-Davi	22	Masculino
	6-Sirlene	Menos de 15	Feminino
	7-Brena	Menos de 15	Feminino
	8-Diogo	Menos de 15	Masculino
Município de Minaçu – Goiás	1-Matxa	70	Feminino
	2-Nakwatxa	65	Feminino
	3-Tuia	37	Feminino
	4-Niwatima	19	Feminino
	5-Iawi	48	Masculino
	6-Jatúlika	22	Masculino

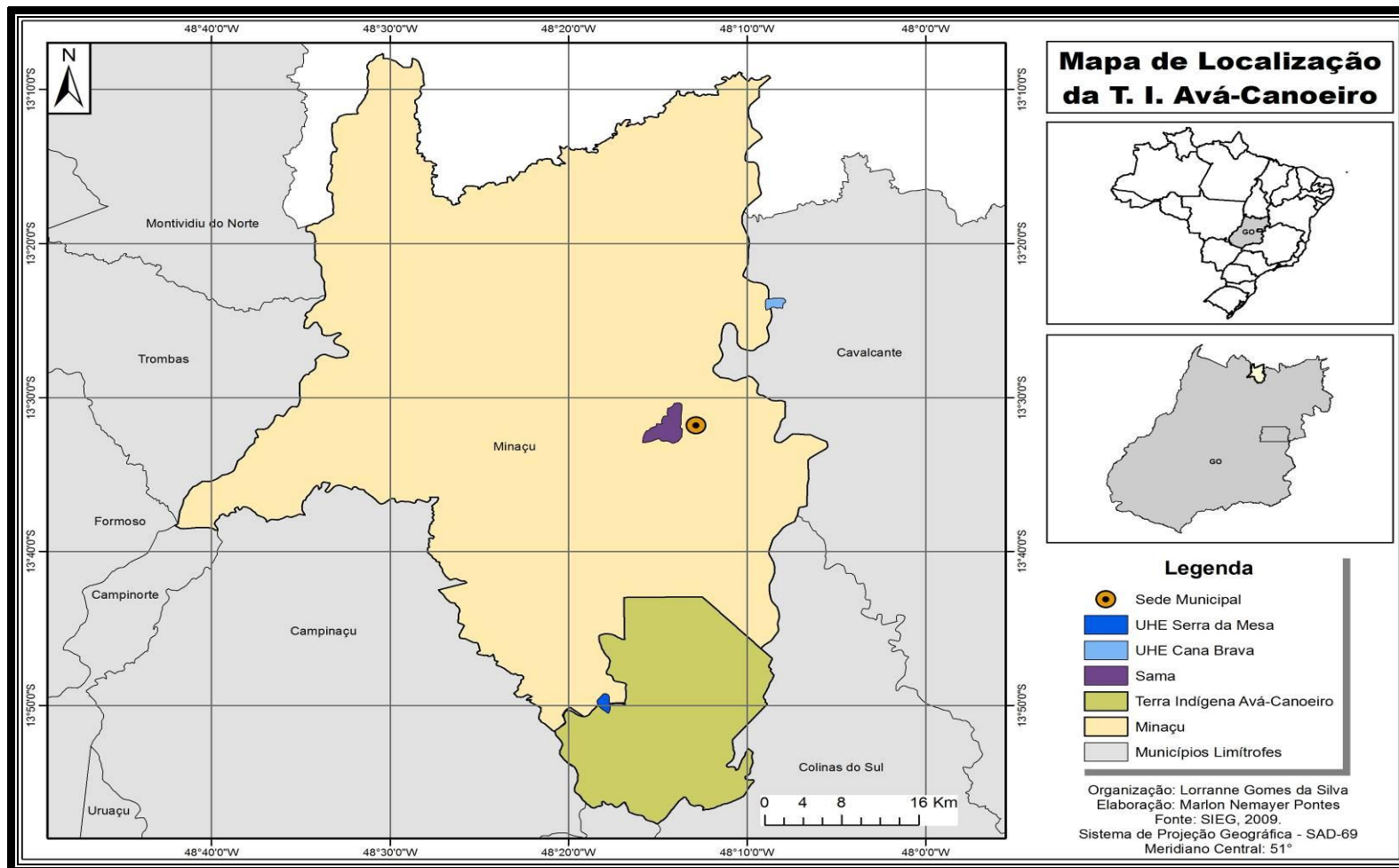
Elaboração: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009 e Toral (1984/1985)

Para essa pesquisa, foi eleita a família que vive na Terra Indígena Avá-Canoeiro¹⁴ em Goiás. A escolha ocorreu pela viabilidade do tempo de realização dos trabalhos de campo; pela família ter terra própria e, sobretudo, pela história de resistência diante aos inúmeros massacres sofridos, o que levou à redução desse grupo e pelos conflitos que incidem na Terra Indígena Avá-Canoeiro.

A Terra Indígena Avá-Canoeiro está situada precisamente nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul – no extremo norte do Estado de Goiás, pertencendo à mesorregião do Norte goiano e a microrregião de Porangatu, a 510 km de Goiânia (via Nerópolis) e 445 km de Brasília (via Barro Alto), como mostra a mapa 02:

¹⁴ De acordo com a Constituição brasileira de 1988, estas terras são da União e de posse permanente e inalienável dos povos indígenas.



Mapa 02: Localização da Terra Indígena Avá-Canoeiro

Historicamente, a origem da economia goiana está ligada à mineração, e às cidades da mesorregião do norte de Goiás não fogem da regra. A origem de Minaçu¹⁵ e a mineração se confundem. Foram os goianos Darcy Lopes Martins e Pedro Coelho de Souza Barros, originários do antigo norte, que povoaram a região em torno do ribeirão Bonito. Foi o vaqueiro de Pedro Coelho, José Cerqueira que descobriu por acaso o amianto.

Na gênese, há um diferencial de que Minaçu não foi o ouro o responsável pela sua origem e posterior desenvolvimento econômico; mas a descoberta de um material não metálico: o amianto crisotila, pela força e desenvolvimento advindos dessa descoberta, o antigo povoado cresceu e em 14 de maio de 1976 foi criado o município de Minaçu, como mostra a figura 03.



Figura 03 - Foto do mineral amianto crisotila
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, Outubro de 2008

As atividades da SAMA¹⁶ atraíram muitas outras atividades econômicas para a cidade, a partir de 1962, nas áreas da prestação de serviços, comércio e indústria. A própria implantação de infra-estrutura, como a construção da vila industrial dotada de estação de tratamento de água e esgoto, centro educacional, centro de formação e treinamento profissional, hospital, clube social, centro esportivo e de lazer demandou uma ampla prestação de serviços, e a mão de obra de muitos operários.

¹⁵ A Terra Indígena Avá-Canoeiro está localizada nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul, escolhemos falar do município de Minaçu, pois é onde os Avá-Canoeiro têm mais contato e relações.

¹⁶ Mineradora de Amianto.

Atualmente, a SAMA não emprega tantas pessoas como em anos anteriores, devido à modernização da produção, fato presente na nova economia capitalista. Na economia do município, a mineradora possui papel essencial, ao atuar na área de produção e exportação de amianto crisotila e é segundo dados do município responsável pela maior parte da arrecadação de ICMS¹⁷. As implantações das Usinas Hidrelétricas de Serra da Mesa e de Cana Brava contribuíram, também, economicamente, para o crescimento da cidade de Minaçu, com a arrecadação de ICMS e ISSQN¹⁸.

Especialmente no período de construção da UHE de Serra da Mesa (1986-1998), houve uma expansão do comércio local. Nesse período, destaca-se: abertura de muitos estabelecimentos comerciais; crescimento do mercado imobiliário e surgimento de bairros novos devido ao grande crescimento demográfico. Dentre os bairros estão: a vila Popular, vila Manchester e vila de Furnas, construída pela empresa Camargo Correia para abrigar os construtores (engenheiros e operários) da UHE de Serra da Mesa.

A SAMA, as Usinas Hidrelétricas de Serra da Mesa e Cana Brava aos poucos foram reconfigurando o município de Minaçu que vem crescendo a cada dia. Há 26 quilômetros de Minaçu está a Terra Indígena Avá-Canoeiro¹⁹. A construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa com a formação do lago não limitou apenas em invadir partes de vários municípios do norte, como também 10% da Terra Indígena.

A Usina de Cana Brava foi uma construção integrada à Usina de Serra da Mesa no aproveitamento hidroelétrico de São Félix, ligado ao sistema interligado da região sudeste. O que invadiu a Terra Indígena não foram as Usinas propriamente ditas, mas o lago que se formou na junção dos dois empreendimentos.

Esse fato explica a total responsabilidade de Furnas pela área invadida da Terra Indígena. O projeto inicial foi para a construção da Usina de Serra da Mesa não da Usina de Cana Brava, que só foi inaugurada quatro anos depois de Serra da Mesa em 2002.

A área da Terra Indígena Avá-Canoeiro que ainda está em processo de homologação²⁰, é de 38 mil hectares ao longo do córrego Pirapitinga, na margem esquerda do rio Tocantins, a 14 km à jusante da Usina de Serra da Mesa (administrada por FURNAS Centrais Elétricas) e a 10 km da Usina Hidrelétrica de Cana Brava (administrada pelo grupo Tractebel Suez).

¹⁷ Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.

¹⁸ Imposto sobre serviços de qualquer natureza.

¹⁹ Parte em estrada de terra, passando por entre morros, atravessando fazendas de gado e campos de Cerrado.

²⁰ Cabe ao presidente da República a homologação da Terra indígena. Após a homologação, o registro das terras deve ser efetuado em 30 dias no cartório de imóveis da comarca onde se localizam as terras e no SPU (Serviço de Patrimônio da União).

Atualmente, vivem na Terra Indígena Avá-Canoeiro, seis pessoas: Matxa, Nakwatxa, Iawi, Tuia e os filhos desta com Iawi: Jatúluka e Niwatima. Como mostra a figura 04:



Figura 4: Foto dos Avá-Canoeiro: da direita para esquerda: Niwatima; Nakwatxa; Jatulika; Iawi; Tuia e Matxa
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Os Avá-Canoeiro vivem em um território permeado por atores e interesses de várias ordens, que estão no Cerrado do norte goiano; sobretudo, pelo hidronegócio²¹ bem representado pelas Usinas Hidrelétricas de Cana Brava e Serra da Mesa.

No entanto, os dois principais atores de disputas que envolvem os Avá-Canoeiro são a Usina de Serra da Mesa, inteiramente responsável pela “invasão” no Território Indígena e a FUNAI que cumpre o papel de proteção dos direitos dessa família.

A FUNAI administra as negociações referentes aos Avá-Canoeiro e ao mesmo tempo, pelo constante controle promove um isolamento no qual tem os deixado “confinados” na imensa reserva.

Esses atores são considerados principais, pois incidem sobre a Terra Indígena; pressionam, protegem; reconfiguram o território e a paisagem local, e promovem disputas e conflitos. Antes dessa análise, é preciso entender o lugar que compõem os deslocamentos dessa família.

Os Avá-Canoeiro passaram grande parte do tempo fugindo para sobreviver; permaneceram por um período em vários locais até estarem hoje no atual local onde vivem.

²¹ Será discutido no capítulo II.

Entende-se que a convivência nesse local surge o lugar que vive os Avá-Canoeiro e, nele, está embutida a vivência, as relações dessa família.

Os Avá-Canoeiro não têm dimensão dos conflitos por seu território, nem do isolamento de seu grupo provocado pela FUNAI, mas, são as relações com os lugares nos quais viveram que compõe suas trajetórias. Por esta razão, a pesquisa busca analisar os conflitos pelo território indígena, já que esses acabam atingindo as estruturas, as organizações, as decisões do grupo e o lugar que envolve a vida, a resistência e o cotidiano desses sujeitos.

1.2 - Avá-Canoeiro: do Lugar ao Território



Figura 5: Foto do estilingue feito por Iawi
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

[...] Iawi me ensinava como atirar com estilingue; confesso que essa é uma tarefa muito difícil para quem nunca pensou em matar passarinho... E como ele tem tiros precisos e certos...! Bem dali de onde estávamos, era possível avistar, mesmo que de longe, um dos locais de caça; segundo Iawi, já havia capturado lá uma anta. Em seus olhos, contando os fatos, era visível o prazer de caçar. Mostrava o lugar onde moravam antes, no topo de um morro, e outros lugares em que costumava caçar. Enquanto falava e apontava os lugares, me desafiava com o estilingue. Ele atirava em árvores distantes e me devolvia dizendo onde deveria atirar. Sorria muito de meus tiros, dizendo que eu morreria de fome se dependesse caçar com estilingue! Depois das inúmeras tentativas, desisti. Iawi fixou o olhar no acaso, seus olhos dissimulados refletiam lembranças inquietas e o silêncio dizia: cada lugar uma história, cada gesto memórias e cada palavra momentos... [...]

É preciso pensar em uma construção textual que discuta as particularidades dos Avá-Canoeiro, já que estes têm suas próprias formas de conceber os conceitos, as formas e as regras. Por esta razão, partimos da análise do lugar de vivência do índio para depois fazer um estudo do território de disputa.

O grupo Avá-Canoeiro não tem dimensão dos conflitos sofridos em seu território e nem deveriam ter. Para eles, outras percepções lhes envolvem como: a importância da natureza para sua sobrevivência, do lugar onde constroem suas formas particulares de vivências, da terra que lhe oferece com o cultivo os alimentos da vida.

A terra na visão capitalista, tem sentido voltado ao lucro, à valorização monetária, ao suposto "desenvolvimento", mas para os Avá-Canoeiro e grande parte dos povos indígenas a terra é a "mãe" que lhes fornece o sustento da vida; ela é sagrada; nela viveram seus ancestrais e habitam suas tradições, por isso representa seus sentimentos. Albagli (2004, p.26) afirma que: "Nas sociedades indígenas, o fundamental é o sentimento de identidade com a Terra-Mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica".

Os Avá-Canoeiro respeitam a terra como uma "mãe", ela significa mais que apenas um elemento onde podem ser retirados os recursos naturais, mas o local em que constroem a vida de seu povo e por esta razão, nela está gravado o passado e o presente de suas trajetórias e de sua cultura. Para Ramos (1986, p. 13):

Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural - é tão importante quanto este - é um recurso sócio-cultural.

Essa relação dos Avá-Canoeiro com a terra pode ser percebida no lugar de vivência. Pois é no lugar que gravam o modo de ser e viver Avá-Canoeiro. Como já viveram em vários lugares por causa das fugas, cada um representa parte da história desse grupo, das lembranças, das vivências e de táticas de vida que tiveram que desenvolver para sobreviverem.

O lugar, nesse sentido, não deve ser confundido como um local. O local é considerado como uma referência física, cartográfica de dimensão pontual, uma localização, enquanto o lugar remete a reflexão da relação com o mundo vivido, com a existência.

Cada pessoa pensa o mundo de uma forma, essas formas estão tatuadas em lugares e conhecimentos que nos dão referências para pensar o mundo. Para Santos (1997 p. 252): "Cada lugar é, à sua maneira, o mundo" e Souza (1995, p.65): "Todos os lugares são

virtualmente mundiais”. A muito de universal em cada lugar do mundo. A sabedoria dos mais velhos Avá-Canoeiro, atesta tal fato, quando nos conta sua história e faz suas leituras de um mundo que é bem diferente do nosso – não-índio.

A fenomenologia e o existencialismo consideram que a subjetividade, a identidade e o sentimento de pertencimento são categorias indicadoras para impor, propor e compor um lugar. Assim, o lugar é considerado como uma base da própria existência humana por intermédio de uma experiência profundamente imediata do mundo ocupado com significados Relph (1979).

Nessa perspectiva, afirma Tuan (1982, p. 149) que: “os lugares humanos variam grandemente em tamanho. Uma poltrona perto da lareira é um lugar, mas também é um estado-nação. Pequenos lugares podem ser conhecidos por intermédio da experiência direta, incluindo o sentido íntimo de cheirar e tocar”.

De um lado, o lugar se singulariza a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas, a exemplo do sentimento topofílico (experiências felizes) das quais se refere Tuan (1975). De outro, o lugar pode ser lido por meio do conceito de geograficidade, termo que, segundo Relph (1980), encerra todas as respostas e experiências que temos de ambientes na qual vivemos, antes de analisarmos e atribuirmos conceitos a essas experiências.

Tuan (1983) acrescenta que os lugares, assim como os objetos, são núcleos de valor, e só podem ser totalmente apreendidos por meio de uma experiência total que engloba relações íntimas, próprias do residente (*insider*), e relações externas, próprias do turista (*outsider*). E Relph (1980) afirma ainda que o lugar deve ser analisado a partir das experiências diretas do mundo e da consciência que temos do ambiente em que vivemos.

Para Santos (1996) o lugar pode ser trabalhado na perspectiva de um mundo vivido, que seja possível levar em conta, outras dimensões do espaço geográfico. Assim, emerge a força do lugar no contexto atual da Geografia e, desse conceito, para compreender os sujeitos dessa pesquisa. O lugar, nesse contexto, implica a consciência da existência da família Avá-Canoeiro, que estabelece relações necessárias para fazer de um local um lugar.

Para Damiani (1999, p. 164): “(...) a história pode começar no lugar. Mais apropriadamente, e a esse respeito, a profunda especialização dos lugares, com a mundialidade, retira do lugar sua historicidade complexa, e ele tende a ser o simulacro da história”.

Dentre os contextos vividos pelos Avá-Canoeiro, é justamente sua história no e com o lugar que refletirá as marcas e pistas que dizem sobre esta família. Em cada lugar que viveu por um tempo é que eles testemunharam os massacres de suas famílias e povo; correram

e fugiram sem destino por meio das matas; foram espoliados pelos fazendeiros, políticos e não-índios. Vivenciaram situações de extermínio tantas vezes.

Os lugares que permeiam os deslocamentos históricos dessa família se relacionam. De acordo com Chaveiro (2005, p.58):

Nascemos num lugar dentro do corpo da mãe; a mãe está num lugar dentro de uma casa ou de um hospital; esse está num lugar na cidade ou no campo que, por vez, está num lugar dentro do Estado, de um país, de um continente. Mas, há outros lugares – os de dentro, os que não se enxergam, não se pisam, não se tocam... O meu lugar no olho daquele que me vê; o lugar do estranho na sensação do meu espanto; os trieirinhos da alma, cada coisa sentida, cada afeto recebido, cada desejo não cumprido. Ou mesmo os rios das paixões desacertadas, os mares transbordantes do medo que quiseram se transformar em dores... Sempre perguntamos “qual é o meu lugar?” O Lugar do meu nome na língua...

Diante a afirmação de Chaveiro (2005) para além do seu sentido concreto, os lugares se relacionam e estão vivos nas lembranças de cada Avá-Canoeiro. Os povos Avá-Canoeiro guardam muitos traumas, por ter visto seu povo morrer nos massacres. Matxa, a mais velha, mostra marcas dos tiros²² e descreve detalhadamente o barulho das balas e dos familiares a gritar. São marcas de horror de um tempo marcado por profundas disputas por terras.

Esses episódios aconteceram na década de 1950, quando alguns posseiros começaram a se apossar das terras férteis da Mata do café, nos atuais municípios de Campinaçu e Minaçu; na região da Serra da Mesa. As cenas são de barbárie e crueldade. Sobre esse massacre do povo Avá-Canoeiro, Barreto (1987, p.31), conta que:

Os quatro sobreviventes assistiram do seu esconderijo, ao macabro assassinato do seu povo e ao incêndio da grande aldeia. Segundo Matxa, o número de mortos foi igual aos dedos das mãos e dos pés; mas o relato dos brancos aponta bem mais que isso talvez ela não tenha dedos suficientes para enumerar aproximadamente, 41 como soubemos.

Dessa forma, a ligação com o lugar para os Avá-Canoeiro é comparável a ligação da criança com a figura paterna e ocorre tanto no nível material quanto no social e no imaginativo Hayden (1997).

O lugar dispara a lembrança daqueles que o vivenciaram, que compartilharam um passado comum, ao abrir a possibilidade de sua compreensão para o *outsider* (externo) por intermédio do passado compartilhado e inscrito nos lugares que percorreram.

O conceito de memória, seja ela pessoal ou coletiva, está deste modo, intimamente ligado ao de lugar. Estas memórias se encontram armazenadas nos lugares que seriam deste

²² Matxa conta sobre as inúmeras fugas no meio da mata onde eram perseguidos por fazendeiros que moravam na reserva. Ela mostra as marcas dos tiros nas pernas e nas costas.

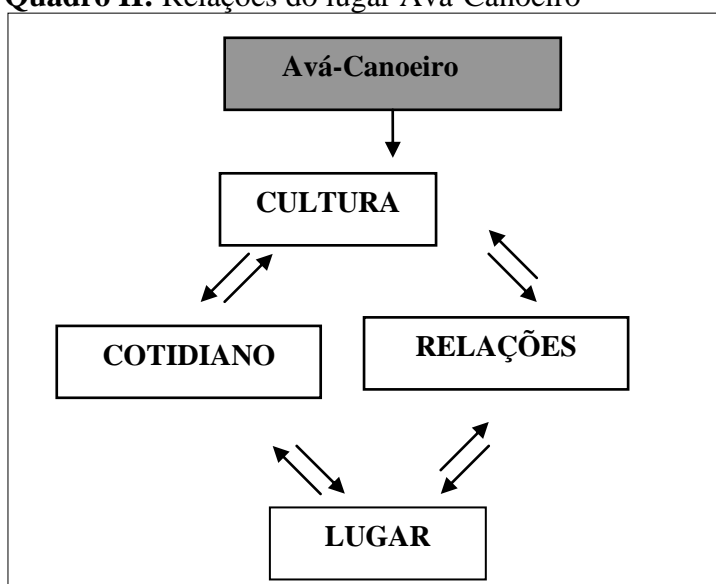
modo, verdadeiros "armazéns de memória social", Hayden (1997), visto que tanto os elementos naturais quanto os construídos pelo homem frequentemente sobrevivem a muitas gerações.

Em meio a tantas fugas, os lugares nos quais percorreram ou permaneceram por algum período são para eles símbolos de sua existência, uma conexão de acontecimentos e períodos. Para os Avá-Canoeiro ou para qualquer povo é no(s) lugar (es) que estão seus saberes, suas vivências, sua história, em que a vida ao se reproduzir no espaço ultrapassa as práticas cotidianas; pois requer o tempo da memória, o qual, por sua vez, requer contatos, resistências – um lugar.

O lugar é o mundo do vivido, é em que se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos. O lugar é à base da reprodução da vida e pode ser analisada pela tríade habitante-identidade-lugar Carlos, (1996).

Dessa forma, a organização social, os costumes, os sentidos se moldam num tempo que resiste às disputas, aos massacres, aos conflitos. É no lugar, no cotidiano da vida dos Avá-Canoeiro, que se estabelece um conjunto de relações para a produção da vida; ao envolver o ato de morar, trabalhar, caçar, comer, caminhar, os objetos, a natureza e são essas relações que englobam a cultura desse povo. Como mostra o quadro II:

Quadro II: Relações do lugar Avá-Canoeiro



Organização: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Dessa relação entre lugar, cultura e cotidiano pode-se afirmar que não há ação e nem narrativas sem um lugar. O cotidiano servirá para pensar e entender o lugar, ao buscar uma melhor compreensão da leitura do espaço geográfico, porque é a base da vida em comum em que cada qual exerce uma ação própria, onde a vida social também se individualiza Santos (1996).

O cotidiano é uma das bases para entender as relações com o lugar, ele muda e remonta a história do povo Avá-Canoeiro ao se considerar os deslocamentos. O Quadro III mostrará alguns aspectos que incidem no lugar Avá-Canoeiro:

Quadro III: Os Avá-Canoeiro no Cerrado do norte goiano

1. Ano do contato	1983;
2. Localização	A 80 km da cidade de Minaçu, no Estado de Goiás, e a 14 km do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa;
3. População	06 pessoas: 02 homens (Iawi e Jatulika) e 04 mulheres (Matxa, Nakwatxa, Tuia e Nywatxima);
4. Órgãos/Instituições que prestam assistência ao grupo	FURNAS e FUNAI;
5. Aldeia	Área Avá-Canoeiro, de cerca de 38.000 hectares;
6. Subsistência	1. Compras feitas por FURNAS, com verbas do PACTO ²³ ; 2. Pequenas coletas de plantas e caça de pássaros e animais de pequeno porte; 3. Produtos colhidos nas pequenas roças que fazem;
7. Relacionamentos com a sociedade não-indígena	Sistema de rádio-amador; rádio; visitas levadas pelos funcionários; visitas ao odontólogo em Minaçu; contatos com os funcionários do Posto Indígena e com a enfermeira; pesquisadores, jornalistas e fotógrafos;
8. Atividades Cotidianas	Coletas; pequenas caças, principalmente de pássaros e animais de pequeno porte, como o tatu; plantação de pequenas roças; cuidados com a casa e os animais; banhos esporádicos no rio;

Organização: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: BORGES, Mônica Veloso. **Aspectos Fonológicos e Morfossintáticos da Língua Avá - Canoeiro (Tupi-Guarani).** (2006, p. 50-51)

²³ Programa Avá-Canoeiro, realizado entre Furnas e FUNAI.

Ao observar alguns aspectos que incidem no lugar Avá-Canoeiro, nota-se que eles vivem em uma lógica temporal contrária a dos não-índios. Priorizam o presente, as ações que concretizam sua sobrevivência. Há quase uma total ausência de tecnologias e contatos com não-índios.

O lugar nessa análise é a categoria geográfica necessária para compreender o território que será discutido no próximo capítulo, pois, quando as relações estabelecidas envolvem a cultura, elas produzem o lugar, instituem usos e se apropriam da terra, que, por sua vez, formam o território.

Como não há uma única concepção de território, é preciso considerar, nessa pesquisa, o território simbólico dos Avá-Canoeiro (aqui representado pelo lugar de vivência) e o território de disputa que envolve os conflitos e os atores como Furnas e FUNAI; nesse sentido, o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder Souza, (1995).

Ao considerar o território de disputa pergunta-se: quem domina ou influencia nesse espaço e de que maneira?

O território, nesse sentido, representa o espaço da produção econômica, da política, das disputas e conflitos que são refletidos no lugar. No caso estudado, nota-se que instituições públicas como a FUNAI e Furnas acabam apropriando por via da “assistência social” do uso direto e indireto do território indígena.

Assim, o território de disputa dos Avá-Canoeiro não se reduz como disse Raffestin, (1993) em apenas uma dimensão material ou concreta, ele é também um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço.

O território é atravessado econômico e, simbolicamente, pelo capital, em que a economia é o campo de controle, direção, pressão e possibilidades de conflitos. O território de disputa revela as relações marcadas pelo poder, submissões, estratégias, atores internos e externos; uma verdadeira trama de controle

Enquanto o território simbólico, aqui discutido pelo viés do lugar concretiza a existência dos Avá-Canoeiro e destes com o mundo. Nos lugares estão gravados parte de sua vida. Por esta razão, os Avá-Canoeiro não estão diretamente ligados aos conflitos pelo seu território. Esta família está seguramente ligada ao lugar.

Por isso, o próximo capítulo buscou compreender o lugar indígena que de certa forma está desvinculado do território de disputa. Os Avá-Canoeiro são protagonistas do lugar que vive, enquanto Furnas e FUNAI são protagonistas do território de disputa.

1.3- A significação e a representação do lugar de vivência dos Avá-Canoeiro



Figura 6: (A) Foto de Iawi plantando feijão na roça; (B) Foto de Niwatima trançando o cabelo de sua mãe Tuia e Matxa comendo milho deitada na rede

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

[...] Naquele dia, como de costume, todos acordaram bem cedo, o sol começara a ascender seus fortes longos raios, como disse Iawi, “sol pequenininho”. O barulho do rio fazia ainda seresta como uma canção de ninar. Das redes, pessoas se levantavam para mais um dia de Avá-Canoeiro. Em uma manhã de brisa calma, vou descobrindo o tempo do índio, o tempo ocioso e de tantas coisas tão profundas... As diversas fogueiras acesas enfumaçavam o lugar; Nakwatxa procurava água e já se arrumava para a caça; Matxa comia milho socado no pilão; Niwatima trançava o cabelo de Tuia, Iawi selecionava o feijão que seria plantado na roça enquanto Jatúlika olhava o pai atentamente para acompanhá-lo. Iawi pegou uma “matraca” daquelas antigas, de plantar, uma capanga na qual colocou algumas coisas que não consegui ver, um facão e caminhou para a roça. Após um tempo, pedi a Niwatima que me acompanhasse até lá. No caminho observávamos o Cerrado torneado por suas árvores; ela parecia gostar de flores, acariciava algumas, porém, não arrancava. Fomos conversando sobre a vida, seu casamento, seus sonhos, dilemas... De longe avistamos Iawi plantando feijão. Encontramos uma árvore queimada deitada no chão, tiramos algumas fotos, bebemos água no rio, ficamos observando as plantações de mandioca, arroz, milho, melancia por um tempo e voltamos. [...]

Na sequência dos estudos da pesquisa, esta se evidencia com o objetivo de continuar as discussões sobre as formas de perceber, considerar o lugar de vivência dos Avá-Canoeiro. Para compreender o Território, nesse momento, é possível destacar, de maneira detalhada, alguns componentes do lugar.

A cultura está em constante diálogo com os processos que fazem com que ela se transforme e a ela sejam incorporados novos elementos pela necessidade de fornecer respostas aos quadros históricos que discorrem em diferentes momentos. Dessa forma, a cultura não se perde como uma roupa que não serve mais, e, sim, se transforma²⁴.

Apesar de alguns esforços mais recentes, os povos indígenas continuam sendo pouco conhecidos e são muitos os estereótipos veiculados a eles. A visão romântica e dos relatos antigos de um índio, que vive nu na mata, mora em ocas, só vive da caça e pesca, ainda existe.

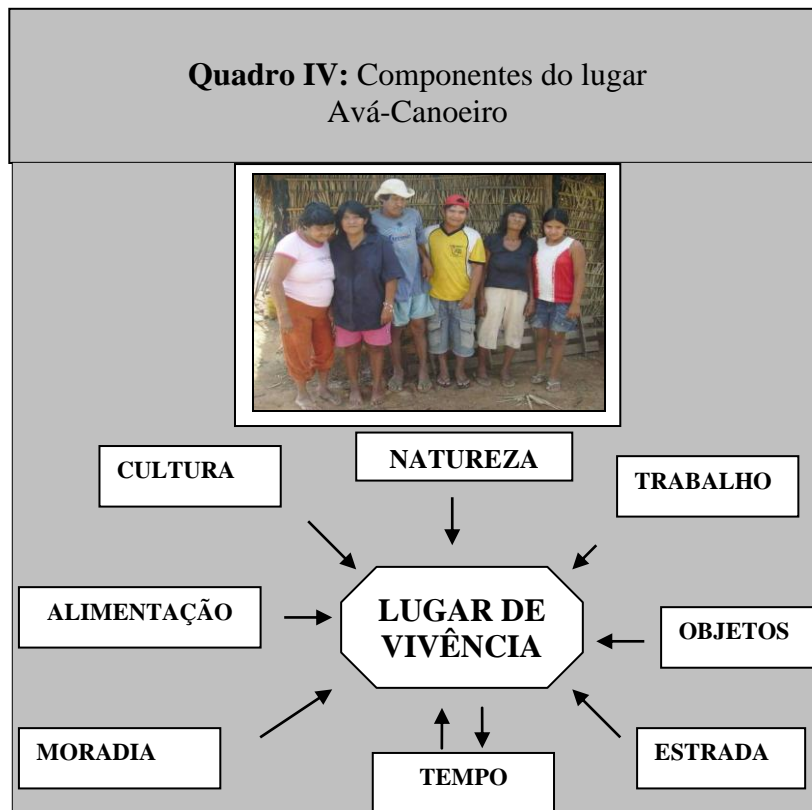
Mas, a realidade que vemos é de um índio que cada dia teve que inserir nos novos modelos de sobrevivência ditada pelo capital, mas que ainda são povos distintos e com identidades próprias.

As práticas sociais são constantes e a incorporação de novas manifestações é inevitável. Para Canclini (2005, p. 41): “Pode-se afirmar que a cultura abarca o conjunto dos processos sociais de significação ou, de um modo mais complexo, a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção da significação na vida social”.

Desse modo, a significação e a representação do lugar de vivência dos Avá-Canoeiro constroem-se. A cultura é vista e discutida como expressão do lugar que configura e reconfigura a existência desses sujeitos, ao definir diferentes significações. Como as ações culturais vão construindo o lugar e este o Território, os Avá-Canoeiro constituem componentes que produzem táticas de vida.

A redução da família que vive na Terra Indígena Avá-Canoeiro em Goiás, além de comprometer o futuro do grupo, provocou modificações profundas no modo de vida, como: a organização do trabalho, alteração dos objetos, alimentação, moradia, as lideranças, os rituais, entre outros, aspectos que serão apresentados no quadro IV e analisados a seguir.

²⁴ Remeter a cultura como algo imutável, fechado e pensar em perda de cultura é o que sempre condena os índios no arcaico conceito de 'desaculturação'.



Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo. Março, 2009

Os componentes escolhidos para análise foram evidenciados no cotidiano²⁵ durante os trabalhos de campo, nas narrativas e na importância desses para a vida dos Avá-Canoeiro. É possível notar como, aos poucos, esses componentes estão incorporados na formação do Lugar.

1.3.1- Moradia – um direito?

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a moradia adequada é um direito universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como fundamental para a vida das pessoas. O Artigo 25, parágrafo 1º, afirma que:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

²⁵ De acordo com a estadia da autora na aldeia, as observações e anotações realizadas nos trabalhos de campo.

A importância da moradia adequada para todos, indivíduos, famílias e comunidades é óbvia. A moradia e as questões a ela ligadas são de interesse de todos e estão constantemente no centro das atenções públicas. Apesar disso, bilhões de pessoas vivem em condições inadequadas de moradia no mundo, inclusive nos países ricos.

A falta de moradia, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos desenvolvidos, é um dos sintomas mais visíveis e graves do não usufruto do direito à moradia adequada, fator preponderante em muitos casos para a crescente violência nos grandes centros urbanos. No Brasil, esse direito é bastante violado.

No que se refere aos povos indígenas, esse problema também é evidenciado de forma acentuada, pois entre os povos indígenas a preocupação não é apenas a moradia, mas as condições mínimas de terem um espaço físico que lhes permita um vínculo seguro com a terra.

Como a maioria dos povos indígenas no Brasil ainda não são respeitados ao terem seus direitos muitas vezes violados, acabam tendo seus territórios “invadidos” por inúmeros atores do capital e perdem grande parte de suas terras e em alguns casos são até transferidos para outras terras improdutivas e sem significações culturais para eles.

Apesar da “invasão da Usina de Serra da Mesa” na terra indígena Avá-Canoeiro, foi possível permanecerem com uma quantidade de terra que lhes permita desenvolver suas atividades, não interferindo em seus locais de morarem. O modo como são escolhidos os locais e o material para a construção de novas casas, a abertura de roçados, o que plantar, o tempo que ficarão no local²⁶, são os Avá-Canoeiro que decidem. A interferência da FUNAI, às vezes, parece impositiva, como uso de poder que tem sobre os índios, mas ainda há muita resistência destes sobre determinadas escolhas.

Em 2004, de acordo com Silva (2005), a FUNAI construiu na reserva três casas de alvenaria para a família Avá-Canoeiro, como mostra a figura 07:

²⁶ Considerando o conhecimento que tem sobre: deteriorização da oca, produtividade da roça e outras necessidades.



Figura 07: Fotografias das casas de alvenaria construídas pela FUNAI

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Foi um investimento que não deu certo, os Avá-Canoeiro rejeitaram as casas de alvenaria optando em ficarem em sua oca²⁷ de palha. Segundo eles, as casas são frias o espaço é ruim e não gostam do local que foi escolhido. De acordo com o depoimento de Iawi, Jatúlika e Niwatima, a oca por ser coberta de folhas de buriti tem uma temperatura ótima, cada um fica no seu canto e o local é muito bom porque fica mais perto da roça.

Diante do apresentado, nota-se que o direito a moradia descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos vigora na aldeia, apesar de algumas imposições da FUNAI; a família resiste à escolha de onde querem morar, mesmo que por um tempo, o que faz a questão da moradia não ser um problema para eles.

Depois de morarem um tempo no topo de um morro, hoje vivem em um local mais plano, como mostra a figura 08.

²⁷ É a mais comum habitação indígena, principalmente entre os índios da família tupi-guarani. Consiste em uma grande cabana, feita com troncos de árvores e cobertas com palha ou tranco de palmeira. Na oca, podem viver várias famílias de uma mesma etnia.



Figura 08: Foto da oca atual dos Avá-Canoeiro
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

A família Avá-Canoeiro de Goiás é considerada nômade²⁸, devido ao determinismo histórico no qual foram obrigados a passarem para garantir sua sobrevivência. A movimentação no território era estratégica para as fugas, por isso passaram por vários locais nos quais compõem sua trajetória de vida. Pedroso (1994, p. 105) afirma que:

No final do século XIX, os Avá-Canoeiro se encontravam dispersos em grupos menores nos territórios imemoriais e, também, em outras áreas de movimentação de outros povos indígenas já exterminados ou aldeados. Em fuga constante os Avá-Canoeiro seguiam os cursos d'água atingindo suas cabeceiras e assim tinham acesso a regiões antes desconhecidas. Os índios buscavam áreas em que, efetivamente, não havia o colonizador.

Essas fugas e movimentações fizeram com que Dulce Pedroso (1992) considerasse os Avá-Canoeiro em seu estudo, como o “Povo Invisível”. Viver em silêncio e não permanecerem por muito tempo em um local representava tática de vida. Atualmente, devido a debilitações físicas de Matxa nos últimos anos o grupo foi orientado pela FUNAI a morar em locais com maiores facilidades de acesso. Em caso de emergências, os funcionários terão acesso à aldeia mais rápido já que demoravam horas a pé para chegar onde moravam anteriormente.

²⁸ O nomadismo é a prática dos povos nômades, ou seja, que não têm uma habitação fixa, que vivem permanentemente mudando de lugar.

1.3.2 - Cultura - Objetos: símbolos da vida

Para Santos (1983, p. 64): “A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais”. Os objetos naturais são comuns entre os povos indígenas e são confeccionados com muita técnica e habilidades.

Os objetos utilizados no cotidiano pelos Avá-Canoeiro também representam o ser índio. Cada objeto natural ou artificial obedece basicamente às exigências ditadas por sua funcionalidade. Como mostra a figura 09, cada objeto tem seu local na oca e estão distribuídos de acordo com a organização de cada um.



Figura 09: (A)Foto da parte interna da oca; (B) Foto do Rádio de pilha de Iawi
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Embora a maioria dos objetos se dispore em forma de uso coletivo, Nakwatxa, prefere preparar suas alimentações separada; ela gosta de cozinhar no chão, apesar de terem um fogão de lenha, como podemos ver na figura 10:



Figura 10: Foto de Nakwatxa preparando seu alimento
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Os Avá-Canoeiro dormem em redes; elas são distribuídas na oca e cada um tem a sua. Costumam dormir por volta das 20h00min e acordam com o nascer do sol. A figura 11 mostra a distribuição das redes dentro da oca:

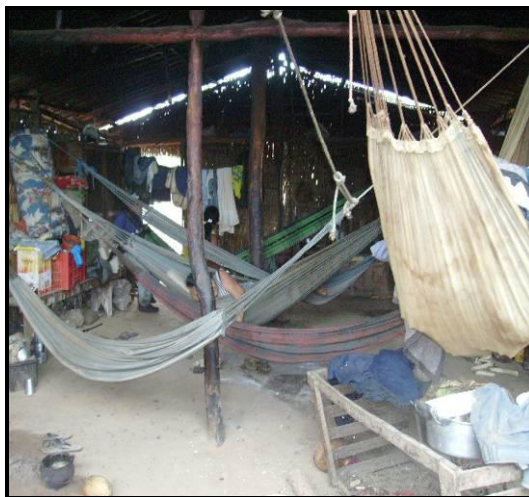


Figura11: Foto da posição das redes dos Avá-Canoeiro dentro da oca
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Entre os objetos de dentro da oca encontra-se: painéis de alumínio, garrafas plásticas, martelo, facões, pratos, canecas, pregos, chapéus, cabaças, galões de plásticos, copos, chinelos, sapatos, malas, roupas guardadas dentro de cabaças, sacolas de plástico, de

pano e mochilas, colchões, cobertas, tênis, fitas cassetes, um gravador portátil²⁹, revistas, cadernos, facas, talheres, folhas de jornal, pilhas, caixa de fósforos, velas, baldes, canetas e lápis de cor, fogão a lenha e lenhas empilhadas no chão.

Fora da oca, encontram-se objetos de caça/pesca/coleta e da roça como: foices, machados, enxadas, facões, carrinho de mão, matracas, lanças, flechas, estilingue como mostra a figura 12. A FUNAI não dispõe desses instrumentos; os objetos que eles utilizam são ganhos de fazendeiros que ainda estão na reserva. Há, também, uma pequena plantação de fumo que é consumido pelos mais velhos.



Figura12: Foto da parte externa da oca
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

O grupo sempre gostou de criar animais, atualmente criam quatro periquitos, dois pombos, um cachorro e o burro de Nakwatxa; todos os animais vivem amarrados³⁰, como mostra a figura 13:

²⁹ Iawi é o que mais o utiliza; adora ouvir músicas sertanejas – é o único eletro doméstico que existe na reserva e funciona a pilha, pois não tem energia elétrica.

³⁰ Conta Niwatima que os animais vivem amarrados para não ser comidos por outros animais nem fugirem dali. Em outros lugares que viveram havia indícios de muitas onças a partir daí eles começaram a prender os animais para evitar a morte dos mesmos.



Figura13: Fotografias dos animais que os índios criam dentro e fora da oca (periquitos, pombos, um cachorro e um burro)
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

A disposição indígena de fazer objetos bonitos para usar no dia-a-dia pode ser apreciada principalmente na cerâmica, no trançado e na tecelagem. Uma verdadeira produção de artefatos úteis destinados para vários fins. A partir de matérias-primas abundantes, como folhas, palmas, cipós, talas e fibras, os povos indígenas no Brasil são detentores das mais variadas técnicas de confecção de objetos entre eles: cestos, abanos e redes.

A cerâmica é um dos utensílios que auxilia a identificação das diferentes culturas indígenas no Brasil. É realizada para vários usos, como: funerais, bonecas, vasos, panelas. Os conhecimentos ancestrais das técnicas para a produção de objetos cerâmicos envolvem a escolha da matéria prima, a técnica para queimar e a arte do acabamento. Outras artes não destinadas para fins utilitários comuns entre os povos indígenas são: as pinturas corporais, a plumária e as máscaras.

As pinturas corporais dão identidade social e espiritual aos grupos indígenas, unindo o ético e o estético. De acordo com Lévi-Strauss (1935), as pinturas do rosto atribuem de início, ao indivíduo, sua dignidade de ser humano; elas atuam na passagem da natureza à cultura, do animal estúpido ao homem civilizado. Em seguida, diferentes quanto ao estilo e à composição segundo as castas, elas demonstram, numa sociedade complexa, a hierarquia dos *status*. Elas têm, assim, uma função sociológica.

A arte plumária é realizada para a busca da beleza e para estabelecer a comunicação entre seres humanos e o universo. Sua beleza se manifesta na dança e nos ritos cerimoniais. Para alguns povos, a força mágica é atribuída às penas de pássaro. As máscaras têm um caráter duplo: ao mesmo tempo em que são um artefato produzido por um homem comum, são a figura viva do ser sobrenatural que representam. Elas são feitas com troncos de árvores, cabaças e palhas de buriti e são usadas geralmente em danças cerimoniais.

Segundo o depoimento de Maxta, quando a família Avá-Canoeiro era grande, eles confeccionavam vários objetos de trançados entre eles as cestarias. Os Avá-Canoeiro não

mais realizam essas atividades, as pinturas corporais e a plumária desapareceram e os rituais também. Uma das coisas que ela sente saudade é tocar flauta, algo muito comum quando não estava debilitada fisicamente, como mostra a figura 14:



Figura14: Foto de Maxta tocando flauta, 2003
Autor: SANCHES, Walter
Fonte: Cedida do arquivo pessoal de Walter Sanches, chefe de posto da FUNAI

Atualmente, existe um amplo acesso com relação a músicas de não-índios³¹. Um dos rituais mais frequentes dos Avá-Canoeiro era a cachimbação. Eles cachimbavam em círculo, dançando ao ritmo do maracá³², de uma forma bem restrita, entre os mais velhos. Esse ritual promove contatos com antepassados mortos. Atualmente, eles não mais realizam esse ritual³³, apenas fumam cachimbos. A figura 15 mostra os cachimbos de Tuia e Nakwatxa:

³¹ Como já mostrado o rádio de Iawi que fica ligado boa parte do dia tocando fitas cassetes na maioria de músicas sertanejas.

³² Maracá ou chocalho é um instrumento musical usado para acompanhar o canto. Para fazer o instrumento, os índios pegam uma cabaça e colocam dentro dela pequenas pedras e sementes. Depois fecham o buraco, encaixando no chocalho um cabo de madeira e o enfeitando com penas.

³³ Perguntei Matxa porque não realizavam mais a cachimbação, ela recusou responder.



Figura 15: Foto dos cachimbos de Tuia e Nakwatxa
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Os Avá-Canoeiro são extremamente reservados com relação aos rituais e não prestam informações aprofundadas a respeito deles. A utilização de instrumentos e ferramentas de metal que eram tradicionais no grupo vem dando lugar a objetos de não-índios, como mostra a figura 16:



Figura 16: Foto das ferramentas ganhadas por Iawi de fazendeiros que ainda vivem na região
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Nota-se que com o tempo e a incorporação de objetos, instrumentos, músicas, costumes, organizações de não-índios os Avá-Canoeiro foram deixando suas atividades

tradicionais, ao tornar o tempo na aldeia cada vez mais ocioso, tedioso, quando ficam desiludidos, desencantados.

A ausência desses costumes, cada vez mais esquecido pela família provoca tristeza e sofrimento, principalmente entre os mais velhos, que tentam conviver com as lembranças e a saudade de outro tempo, de outros significados. A explicação que se tem para a não realização dessas manifestações é a redução do número de pessoas que acabam por desmotivar o grupo bem como as debilitações de Matxa, a matriarca, assim como a dolorosa e amarga lembrança de um tempo dizimado.

A importância dessas manifestações na vida dos Avá-Canoeiro se dá porque a extinção delas atinge consideravelmente a cultura dessa família. É por meio da cultura que todas as pessoas atribuem significado ao mundo e às suas vidas, pensam suas experiências diárias e projetam seu futuro.

É, portanto, um código dinâmico que se transforma ao longo do tempo e através do espaço, dando sentido à própria vida, do nascimento até a morte do povo. O conjunto de objetos incorporados à vivência dos Avá-Canoeiro expressa concretamente significados e concepções dessa família, bem como a representa e a identifica.

A cultura, nesse sentido, tem um papel fundamental na proteção dessas práticas que são seculares e refletem as características e identidade desse povo. Nesse estudo, a cultura reflete a ameaça de extinção dessa etnia.

1.3.3 - Trabalho: uma construção do cotidiano

De acordo com Júnior (2002) ontologicamente prisioneiro da sociedade, o trabalho, em todas as suas dimensões, é a base fundante do auto-desenvolvimento da vida material e espiritual.

Para Mendonça (2004) o (re) ordenamento do território por meio da re-existência do trabalho significa o primeiro passo ao enfrentamento do estranhamento, para Júnior (2002) o trabalho é resultado de um pôr teleológico por meio do qual o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. O trabalho dessa forma, para os Avá-Canoeiro é um elemento da sobrevivência e da reprodução da vida.

O trabalho entre o grupo é bem distribuído e não tem um tempo preciso para ser realizado. Fazem conforme a necessidade das horas, bem como: cozinhar, lavar as vasilhas, varrer a oca, cuidar da roça. Para a caça preferem de manhã quando o sol nasce e para a pesca no findar da tarde.

São as roças dos Avá-Canoeiro que constituem um espaço mais representativo de sua organização social, justamente pelas noções de sobrevivência nômade de seus ancestrais. Nota-se o cuidado com o plantio de milho, arroz, mandioca, feijão, fumo, abóbora, melancia etc., e as escolhas do que plantar. Como mostra a figura 17:



Figura 17: (A)- Foto da plantação de arroz; (B) Foto de Iawi plantando feijão com uma matraca; (C) Foto da plantação de abóbora

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

É perceptível a divisão do trabalho entre eles: Iawi e Jatúlika se ocupam dos roçados, derrubada de árvores e do transporte dos produtos para roça. Tuia e Nakwatxa ficam com a coleta, transporte de lenha e água. Niwatima é quem mais cozinha, apesar de todos saberem cozinhar, apenas Maxta devido suas debilitações físicas recebe todas as refeições na rede onde passa a maior parte do tempo.

Portanto, o trabalho na aldeia aos poucos foi diminuindo, ao ficar desinteressante devido ao pequeno número de pessoas e as contribuições da FUNAI que de certa forma os deixam acomodados. Segundo relatos dos índios, antes eles confeccionavam seus instrumentos de trabalho como as flechas, facas, facões e foices, vassouras, peneiras, cestas, entre outros, atualmente não fabricam mais nada.

Nakwatxa gosta muito de coletar madeira e frutos pelo Cerrado. A figura 18 a mostra indo para a coleta, ela chega a carregar de 30 kg a 50 kg nas costas, leva sempre um facão e uma foice, vai calçada com tênis ou chinela de borracha e na volta costuma tirar a camiseta devido o calor.



Figura 18: Foto de Nakwatxa indo para a coleta
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Para Santos (1997, p. 88): “O homem é ativo. A ação que realiza sobre o meio que o rodeia para suprir as condições necessárias à manutenção da espécie chama-se ação humana”.

Ao considerar a trajetória desse grupo o trabalho preencheu e preenche suas vidas, tendo que criar e recriar maneiras para sobreviver, o que chamamos no âmbito desse estudo de táticas da vida. Foi e é por intermédio do trabalho que o tempo do índio vai sendo moldado pelas horas, minutos, segundos do cotidiano.

Embora a FUNAI lhes proporcione outras formas de sobrevivência, o trabalho ainda é fundamental para a dinamização da vida, do modo de ser Avá-Canoeiro.

1.3.4 – O caminhar do índio – as estradas da aldeia

O caminhar do índio pela aldeia e fora dela mostra a relação deles com o lugar onde vivem, com as pessoas que se relacionam e com tudo que encontram no mundo do índio e no mundo do não-índio. Matxa, Tuia e Nakwatxa são as que raramente saem da aldeia.

Iawi, Jatúluka e Niwatima adoram passear e conhecer novos lugares com diversos fins (passeios, consultas médicas e odontológicas, encontros indígenas, entre outros). Iawi diz conhecer São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, de avião³⁴. Iawi e Jatúluka gostam também

³⁴ Segundo o chefe do posto da FUNAI, Furnas S.A já proporcionou algumas viagens para eles no avião particular da empresa. Com a finalidade de passeios, tratamento médicos, encontros interétnicos, visitas a outras aldeias.

de visitar famílias que ainda moram na reserva, eles sabem onde fica a casa de cada pessoa; porém visitam as que mais gostam, onde são bem recebidos e lhes dão atenção.

É o caminhar pela aldeia que reflete as experiências que tiveram em determinados locais, o conhecimento dos lugares que viveram ou permaneceram por algum tempo e as fotografias que carregam em mente das cenas e ações de vida de cada um desses momentos. Iawi, Jatúlika e Nakwatxa conhecem muito bem os caminhos que ficam perto e longe da aldeia. Todos os dias bem cedo Jatúlika e Iawi caminham em direção da roça, como mostra a figura 19:



Figura 19: Foto de Jatúlika e Iawi indo para a roça

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Nakawtxa caminha em busca de alimentos, madeiras e palhas, como mostra a figura 20:



Figura 20: Foto de Nakwatxa voltando de uma coleta
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Iawi ao caminhar além da indicação de estradas, trilhas atuais e antigas e suas destinações, indica locais de passagens e alimentação de animais de caça, como cotias, veados, pacas e antas, além de locais onde teria abatido bois, e aponta pássaros, insetos e árvores.

Assim, percebe-se que os locais vão tornando significativos e relembram em cada um dos familiares, as mortes, as perseguições, o massacre, os amigos, a fome, os rituais. Silva (2005, p. 218), ao passar um tempo na Terra Indígena em questão observou que:

...caminhadas de coleta pelas trilhas da terra indígena “espacializam” a história próxima e “historicizam” o espaço local através de associações metonímicas entre lugares, pessoas e bens. Caminhar suscita lembranças sobre os múltiplos mundos do mato, dos 'homi', de furnas (ou grande obra) e da Funai promovendo conexões e compreensões entre estes mesmos mundos do mesmo modo como as trilhas entrecruzam e unem lugares, pessoas e bens espacialmente, tornando-os e tornando-nos como nós de uma mesma rede de histórias compartilhadas.

Assim, o caminhar passa a ter um sentido de existência. Quando cada local vai sendo descoberto os Avá-Canoeiro demarca-o com características próprias, singulares e significativas. A cada coleta e caça, outros locais são inseridos no conhecimento deles que, ao se aproximarem, relembram as características nas quais foram configurados pela primeira vez. Segundo Santos (1997, p. 88-89):

A relação do homem com a natureza é progressiva, dinâmica, podemos dizer que é reciprocamente progressiva. A natureza vai registrando, incorporando a ação do homem, dele adquirindo diferentes feições, que correspondem às feições do respectivo momento histórico.

O caminhar também retrata a relação do índio com a natureza que para eles é sagrada, como disse Iawi: “É do Deus grande”. A vida está na natureza e a natureza está na vida. “*Sem o rio, árvores, frutos, floresta não existe índio*”, disse Jatúlika. Nota-se, então, que há uma relação de profundo respeito e carinho pelas coisas naturais, a ponto de considerar como sendo deles o rio a floresta.

1.3.5 - Alimentação: o corpo que resiste

A alimentação é essencial para os sujeitos desde o nascimento. É da alimentação que os Avá-Canoeiro retiram os nutrientes necessários ao funcionamento do organismo, ou seja, à vida. Barbosa (2008, p. 205), afirma que:

Desde os tempos do Paleolítico (inferior e superior) já ocorria uma preocupação especial com o que comer. Naqueles tempos as formas disponíveis de consumo se acentuavam nos componentes disponíveis na natureza: coleta de frutos de variados gostos e regiões, a pesca, a caça entre outros.

O primeiro depoimento sobre a alimentação indígena é a carta de Pedro Vaz de Caminha; o escrivão da frota de Cabral, 510 anos atrás. O capitão da embarcação e também responsável pela descoberta do Brasil, Pedro Álvares Cabral, relata o comportamento dos ameríndios: “deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, mel”.

Os primeiros cronistas que relataram sobre a gênese de nossa formação cultural e culinária foram unânimes em ressaltar com louvor a generosidade da nova terra, a doçura surpreendente de suas águas, a fartura de peixes e outros animais, frutos silvestres e a robustez dos índios, já vistos como “bons para o trabalho braçal”, conforme ressaltou Sérgio Buarque de Holanda, ao se basear nos relatos de Jean de Lèry (1534-1611), um simples sapateiro que fez os primeiros importantes relatos sobre a alimentação do Brasil. Não quiseram comer quase nada daquilo; se alguma coisa provaram, logo a lançavam fora”. O mesmo ocorreu com a água e com o vinho, mas apenas a princípio, pois foram se acostumando aos poucos com o que os europeus lhes ofereciam.

Sobre a alimentação dos índios goianos há interessantes estudos do folclorista Bariani Ortêncio (2004) em seu livro *A cozinha goiana* e da pesquisadora Divina de Oliveira Pelles (1979) em *Antiga e moderna culinária goiana*. Vários fatores influenciam nas escolhas alimentares entre eles: a cultura; as crenças, a religião e os recursos disponíveis. De acordo com Claval (1995, p. 255):

Alimentar-se, beber e comer: não há terreno de análise mais fascinante para os geógrafos. As relações ecológicas dos homens com seu ambiente exprimem-se diretamente nos consumos alimentares (...) o homem imaginou então uma gama

variada de técnicas para produzir abundantemente os gêneros que pudesse ingerir, e transformá-los em apetitosos.

Se as relações ecológicas dos homens com seu ambiente como afirma Claval está diretamente relacionada aos costumes alimentares, para a vida dos Avá-Canoeiro o ato de alimentar esteve mais relacionado à disponibilidade de comida encontrada em cada local que viveram.

Matxa e Nakwatxa as mais velhas do grupo viveram a vida em aldeias. Em um contexto de fugas, casaram, tiveram filhos – seus filhos e maridos foram mortos, casaram-se novamente, tiveram novos filhos, que não chegaram a nascer em virtude de partos difíceis e outros morrido por causas diversas. Tuia a única filha de Matxa que sobreviveu se casou com Iawi que fazia parte de outra família de Avá-Canoeiro, totalmente morta nos massacres.

Em uma fase crítica, os Avá-Canoeiro foram obrigados a buscar refúgio em grutas³⁵ e a incorporar novos animais em sua alimentação além de cavalos, bois e porcos, passaram a comer morcegos e roedores, porém tinham uma alimentação natural, pois eles consumiam alimentos retirados diretamente da natureza.

Atualmente, a viver sob a “proteção” da FUNAI, tendo terra própria, uma realidade totalmente diferente do passado, esse povo acabou por incorporar novos alimentos, não só os advindos da reserva. Desta forma, acabam consumindo alimentos com agrotóxicos e outros produtos químicos.

A FUNAI que acompanha diariamente o grupo acabou promovendo uma dependência alimentar colaborando com uma cesta básica³⁶ de alimentos por mês. Essa contribuição alimentar segundo a FUNAI foi por medo dos índios passarem fome devido a redução do grupo e suas disposições para caçar, pescar e coletar. Os produtos e alimentos ficam guardados em uma das casas de alvenaria e vão sendo repassados aos índios na medida de suas necessidades, como mostra a figura 21:

³⁵ Foi em uma dessas grutas que o pai de Tuia foi comido por uma onça, uma cena presenciada por Tuia, Iawi e Nakwatxa.

³⁶ Essa cesta é composta por: arroz, óleo vegetal, sal, açúcar, carne vermelha, frutas e verduras e produtos de limpeza e higiene.



Figura 21: Foto da cesta básica de alimentos cedida pela FUNAI
Autora: SILVA, Lorraine Gomes
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

De uma alimentação saudável e rica em vitaminas, sais minerais e outros nutrientes hoje consomem produtos industrializados, sujeitos aos efeitos nocivos dos conservantes, corantes artificiais, realçadores de sabor e outros aditivos artificiais usados na indústria alimentícia.

Mas apesar do “comodismo” imposto pela FUNAI desestimular atividades tradicionais do grupo, os Avá-Canoeiro ainda caçam, pescam e coletam³⁷. Mas, não costumam estocar alimentos em grande quantidade como antigamente. A carne de caça quando obtida é consumida o mais rápido possível para não perder.

Iawi e Nakwatxa são os que mais caçam, Jatúlika está aprendendo³⁸. Iawi, geralmente leva sua espingarda e Nakwatxa prefere facão, facas e foices. Quando vão pescar, levam arco e flechas e quando vão coletar frutos ou legumes na roça levam baldes e capangas de pano. Há muito tempo não abatem caças grandes, como anta, queixada e guariba³⁹, segundo Iawi o transporte do animal é difícil.

Os Avá-Canoeiro buscam água em garrafões e baldes no rio Pirapitinga; que fica há uns 100 metros da oca, essa água é para cozinhar e beber. O grupo tem uma alimentação diária basicamente composta por duas refeições almoço e jantar.

A alimentação dos índios consiste basicamente em arroz, feijão e carne (de vaca trazida pela FUNAI, ou de alguma caça realizada pelos Avá-Canoeiro). Gostam de misturar no arroz verduras e legumes como: mandioca, abóbora, batata entre outros que plantam na

³⁷ Como já foi descrito nos componentes anteriores.

³⁸ Porém Iawi disse que ele não pode ir caçar porque atrapalha, faz muito barulho.

³⁹ Apesar de não abaterem Iawi conta que existe muito desses animais na reserva ainda.

roça. Em alguns dias as refeições são acompanhadas de macarrão, saladas, sucos e frutas, trazidos pela FUNAI.

Quanto ao preparo de animais, alguns são assados e mantidos quase queimados sobre o fogão a lenha. Outros animais como macacos eles jogam água quente para retirar os pelos, tiram as tripas e fritam a carne no óleo de soja apenas com sal, como mostra a figura 22:



Figura 22: Foto de um macaco capturado por Iawi sendo preparado para o almoço
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Comem esses alimentos raspando a carne, ossos e tutano, até o consumo de toda carne do animal. Os mais jovens, no fim das refeições, geralmente lavam as vasilhas⁴⁰. É possível já perceber as panelas industrializadas de alumínio substituindo as anteriores, artesanais e de barro.

Nota-se que associaram o uso de óleo industrial e sal na alimentação, o que tem com certeza, aumentado os casos de colesterol e hipertensão entre eles não afeitos historicamente a este tipo de alimentação. A enfermeira da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) que acompanha a família diz se preocupar com doenças relacionadas a alimentação como é o caso da hipertensão⁴¹ e a obesidade⁴².

⁴⁰ No rio Pirapitinga onde também tomam banho.

⁴¹ Matxa toma remédios controlados.

⁴² Niwatima diz que gorda não arruma casamento.

1.3.6 - O compasso do tempo - o ritmo da vida

Os povos indígenas dedicam grande parte do seu tempo em atividades relacionadas à alimentação. Tal fato porque é preciso obter ou produzir os alimentos: criar animais, como galinhas e porcos; realizar empreitadas de caça e de pesca; coletar frutos no mato; preparar a roça e colher seus produtos.

Além de produzir o alimento, também é preciso construir as ferramentas e os utensílios como armadilhas, canoas, cestos, arcos e flechas, zarabatanas, entre outros, necessários para realizar as tarefas. Para realizar cada uma das atividades, os índios devem conhecer muito bem a aldeia: quais são as épocas de chuva e de seca; como é o comportamento de cada animal; qual é a época em que os frutos amadurecem; qual é o melhor período para preparar, plantar e colher os produtos da roça etc.

Os componentes do lugar que foram caracterizados nos itens anteriores como: moradia; objetos; trabalho; estrada; natureza; alimentação e cultura; são regidos pelo tempo dos Avá-Canoeiro que não o concebem de forma mecânica nem cronológica como os não-índios, mas como uma marcação simbólica de determinadas atividades presentes no cotidiano.

Segundo Tommasino (2000, p. 192): “cada sociedade elabora sua concepção de tempo e de espaço conforme a sua visão de mundo, a qual também orienta as suas práticas e relações sociais e simbólicas com a natureza e entre si”. Com astronomia própria, os Avá-Canoeiro definem o tempo de colheita, a contagem dos dias, meses e anos, a chegada das chuvas. Desenham no céu histórias de mitos, lendas e seus códigos morais, ao fazer do firmamento esteio de seu cotidiano.

Os Avá-Canoeiro percebem que atividade de caça, pesca, coleta e lavoura estão sujeitas às flutuações sazonais⁴³. Mas, para eles não basta saber apenas onde e como obter alimentos é preciso definir, também, a época apropriada para cada uma das atividades de subsistência. Esse calendário é obtido pela leitura do céu.

A caça e a coleta geralmente são feitas no período da manhã quando o sol proporciona uma caminhada mais tranquila. Eles saem bem cedo e não se prendem a horários precisos para voltarem. Os rituais como a cachimbação, quando faziam, eram realizados à noite, de forma bem restrita, como já dito.

⁴³ A sazonalidade é uma característica freqüente na demanda por alimentos, sendo causada por variações climáticas.

O tempo para os Avá-Canoeiro faz do dia um momento de interação social com os não-indígenas⁴⁴ e da noite um momento deles. Aproximadamente às 18h00min, cada Avá-Canoeiro faz uma fogueira embaixo das redes, todas as noites, para espantar animais e se aquecerem do frio. Também é comum assarem milho, como mostra a figura 23:



Figura 23: Foto de Tuia assando milho
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Aos poucos, o silêncio domina a oca, os sons dos animais são mais presentes, todos permanecem muito quietos, o sono chega rápido até que todos dormem. O tempo está constantemente presente nas atividades e práticas dos Avá-Canoeiro que passam à maioria das horas na “ociosidade” dele.

O tempo para o índio não é um ditador de regras e obrigações como na vida dos não-índios que acaba controlando a vida das pessoas. Como as atividades do grupo Avá-Canoeiro estão diminuindo cada vez mais, principalmente as voltadas à busca pela alimentação, o tempo tem também sido resignificado pelas ações dos índios.

Adentrar na história dos Avá-Canoeiro é considerar que esse povo carrega em si, no lugar, a resistência que fez com que sobrevivessem até hoje. E a memória de Goiás, ainda diante de nós, apresenta-se em vozes, cores, cheiros e afetos.

Mesmo diante de um universo distinto de particularidades com inúmeras entranhas do capital, a cultura respira e resiste na pele das palavras, e na pele do lugar. Um grupo

⁴⁴ Pessoas contratadas pela FUNAI que frequentam diariamente a aldeia, como a enfermeira Maria Antônia da figura 23-A; ela cuida da saúde de todos, afere a pressão de Matxa, confere os alimentos e leva remédios como analgésico, antiinflamatórios.

distinto, que compõe experiências permeadas de práticas, narrativas, cenas do cotidiano, lembranças, desejos, traumas, representações de um passado que nunca deixa de existir no agora.

Assim sendo, o lugar foi à categoria central para compreender essa pequena família que sobreviveu a ataques e massacres históricos e violentos. Que tem a sua existência calcada em locais em que a cada momento desenvolveram táticas de vida para sobreviverem e atualmente no lugar que é tatuado de marcas, processos, e vivências.

Buscou-se nesse capítulo construir uma análise baseada no conceito de lugar, destacando os componentes e a vivência dos Avá-Canoeiro no cotidiano. Baseando-se em algumas concepções e estudos sobre lugar, foi possível a realização da análise que objetou evidenciar o modo de ser Avá-Canoeiro.

O próximo capítulo evidenciará os atores que disputam e acabam se certa forma por controlar o território Avá-Canoeiro. Fazer-se a análise na perspectiva do Cerrado do Norte goiano e das instituições inseridas nesse contexto. As porteiras do território indígena estão assim abertas a novos ideários daqueles que perderam as raízes mais profundas e buscam uma segurança na fragilidade das certezas, revolvida pelos duros arados da dor e da morte.

CAPITULO II

AVÁ- CANOEIRO: ENTRE CERRADO E INSTITUIÇÕES – O TERRITÓRIO



Foto: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

2.1- Onde está o Território Avá-Canoeiro em Goiás?



Figura 24: Foto da família Avá-Canoeiro de Goiás

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

[...] Uma borboleta amarela pousou nos negros cabelos de Niwatima, ficou parecendo uma presilha. Ela me perguntou: Lorraine será de onde veio essa borboleta? Você sabe? Fixei meu olhar na borboleta e respondi: Ela veio de algum lugar. Insatisfeita com a minha 'não-resposta' ela disse: "O vento a trouxe aqui, ela veio do rio Pirapitinga porque quando me tocou senti suas patas tremerem de frio, a água do rio é fria, tomo banho lá". E fiquei pensando como é conseguir sentir e perceber um lugar por apenas um toque de patas de borboleta... [...]

Esse capítulo evidenciará as disputas e os conflitos que incidem no Território Indígena Avá-Canoeiro. Para embasar tal discussão, busca-se compreender quais as instituições disputam e controlam o território, quais seus interesses e formas de ações e gestões.

Quando perguntamos: *Onde está o Território Avá-Canoeiro em Goiás?* Não estamos a remeter apenas a localização física; à sua dimensão material ou à noção de terreno ou área. Mas, no contexto em que se insere esse povo, seu território é um conceito muito mais amplo e carregado de significados múltiplos.

A categoria geográfica Território tem sua raiz na Geografia Clássica, quando permanecer muito tempo ligada à idéia de território nacional. O território tinha uma vinculação apenas com a conquista e anexação de terras; o que só vem autenticar a relação de poder presente no espaço. O conceito de território na Geografia compõe uma análise histórica que o vem a se constituir de diferentes visões e leituras.

Friedrich Ratzel (1844 – 1904) foi um dos primeiros geógrafos a discutir o conceito de território. Segundo este, o território é como um espaço concreto apropriado por um grupo social ou por um Estado-Nação que o rege por meio de leis, em que todos serão unidos por laços comuns, tais como a linguagem, os hábitos culturais, a sua formação social. Santos (1996, p. 189 -190) afirma ser:

O Estado-Nação [...] essencialmente formado de três elementos: 1) o território; 2) um povo; 3) a soberania. A utilização do território pelo povo cria o espaço. As relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania.

De acordo com Albagli (2004, p. 26): “No mundo ocidental, o conceito de território foi de início centralmente associado à base física dos Estados, incluindo o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais”. Hoje, este conceito ganhou uma nova dimensão que para Moraes (2002, p. 62):

[...] as teorias geográficas acordam a necessidade de romper com essa visão coisificada do seu objeto e passam a buscar abordagens processuais. Nesse enfoque o território passa a ser visto como um resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço [...] Trata-se, portanto, não mais de descrever e caracterizar um território, tornando-o como um acidente geográfico da superfície da Terra, mas de captar uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre.

Haesbaert (2004) assevera que o termo território nasce de uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar.

Assim, o território passa de um delimitador de áreas e fronteiras para uma categoria de múltiplas intervenções sociais, construídas historicamente, que assume significados distintos em cada período de seu uso e ocupação.

Na perspectiva humanística-cultural, nasce uma nova leitura para a compreensão do território ao considerar o pertencimento que implica na representação da identidade cultural, marcada por geossímbolos. Dessa forma, o território é primeiro um valor, pois a existência e a necessidade para toda sociedade humana de estabelecer uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida, parece claramente estabelecida.

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, não podem ser percebidos apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita, pois representa uma identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço.

Sobre o assunto Haesbaert (2006, p.50) ratifica: “(...) que a ligação dos povos tradicionais ao espaço de vida era mais intensa porque, além de um território-fonte de recursos, o espaço era ocupado de forma ainda mais intensa através da apropriação simbólico-religiosa”.

Portanto, para os povos indígenas não é o território, mas a terra a base material sobre a qual gravam os padrões identitários, de parentesco e afinidade; determinam suas regras de residência e descendência. Representa, ainda, o espaço onde habitam os espíritos e outros seres sobrenaturais. Por isso, partimos da análise do lugar e sua relação com a terra e o modo de ser Avá-Canoeiro, para compreender as disputas imersas no território.

Nesse estudo, é necessário considerar a análise do território como uma análise integrada que parte do pressuposto de uma imbricação de múltiplas relações de poder entre sociedade, natureza, política, economia, cultura, materialidade e idealidade, todas numa interação espaço-tempo, para conseguir enxergar as dimensões dos conflitos que incidem no território indígena, não ignorando a realidade, o modo ser Avá-Canoeiro e nem os considerando externos aos processos.

Assim, é possível colocar em foco a importância de compreender o Território Indígena como uma teia de relações incorporada nos processos históricos. Nos diferentes tempos, esta relação esteve sob enfoque de violência e exclusão, ao sugerir, inclusive, os massacres.

Para Albagli (2004, p.27): “A gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões, tais como: física; econômica; simbólica e sociopolítica”. O Território Indígena, no sentido antropológico, é compreendido como ambiente de vida, de ação, e de pensamento de uma comunidade, associado a processos de construção de identidade (Tizon, 1995). A noção de território étnico para Carlos (1996), é analisada por três elementos: “habitante, identidade e lugar”. São os territórios habitados, apropriados, vividos, sentidos e lembrados.

Discutir o Território indígena é refletir, sobretudo, o jogo político e econômico do capital entranhado na cultura. É entender como os agentes sociais e econômicos promovem a disputa desse território no contexto atual da globalização; que considera a valorização dos aspectos étnicos, porém; ao transformá-los em produtos exóticos, vendáveis e rentáveis.

De acordo com estudos de Barreto (1987), desde 1791 os Avá-Canoeiro enfrentaram e enfrentam uma severa disputa pela sobrevivência confrontando com diversos atores e interesses. A discussão inicial para se pensar a situação atual dos Avá-Canoeiro parte do sentido de fotografar o Cerrado goiano como território de diferentes disputas e agentes. Este cenário sofre diferentes modificações conforme mudam de posição esses mesmos atores.

2.2 – Avá-Canoeiro: disputas territoriais no Cerrado do norte goiano



Figura 25: Foto do carro da FUNAI chegando à oca dos Avá-Canoeiro
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

[...] Por um instante queria muito acalmar as inquietações do meu pensamento e olhando o findar da tarde na Terra Indígena o silêncio se fez presente dentro de mim. De longe, uma cachoeira pequenina balançava as águas... Pássaros, vento, árvores, flores, todos se comunicando por alguma linguagem que minha tamanha ignorância não alcançava. Jatúlika foi chegando bem perto de mim sem dizer nada sentou-se no chão. Depois de alguns minutos em silêncio me perguntou: “O que você está fazendo, Lorraine”? Estou olhando o sol ir embora, respondi. E ele disse: “Mas, o sol não vai embora ele sempre existe em algum lugar”. Rapidamente meus pensamentos foram acordados novamente e pensei: existe na sabedoria humana tantas coisas que a sensibilidade e o conhecimento de muitas pessoas jamais conseguirão alcançar. Enquanto o não-índio luta, briga, por um pedaço do Território a fim de produzir riquezas e ganhar dinheiro, os Avá-Canoeiro pensam no agora - na comida que não pode faltar – na água que dispõe – e em um lugar que os proteja da chuva [...].

Os dados demográficos da população indígena atual no Brasil transitam entre 350.000 a 550.000 indígenas. Na área contínua do Cerrado dos chapadões centrais do Brasil, a população encontra-se em torno de 44.000 e 45.118 habitantes, conforme Barbosa (2008, p. 80); distribuídos em terras do Maranhão, do Tocantins, de Goiás, do Leste de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Na atualidade Barbosa (2008) aponta que há 26 povos indígenas que vivem na área contínua do Cerrado.

No Estado de Goiás, de acordo com a FUNAI (2004), existiam 21 grupos Indígenas no início da formação do antigo território da Capitania de Goiás. Esses grupos espalhavam-se desde o sul da capitania no Rio Paraná, hoje Mato grosso do Sul, até no extremo norte da capitania, atual microrregião do Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins.

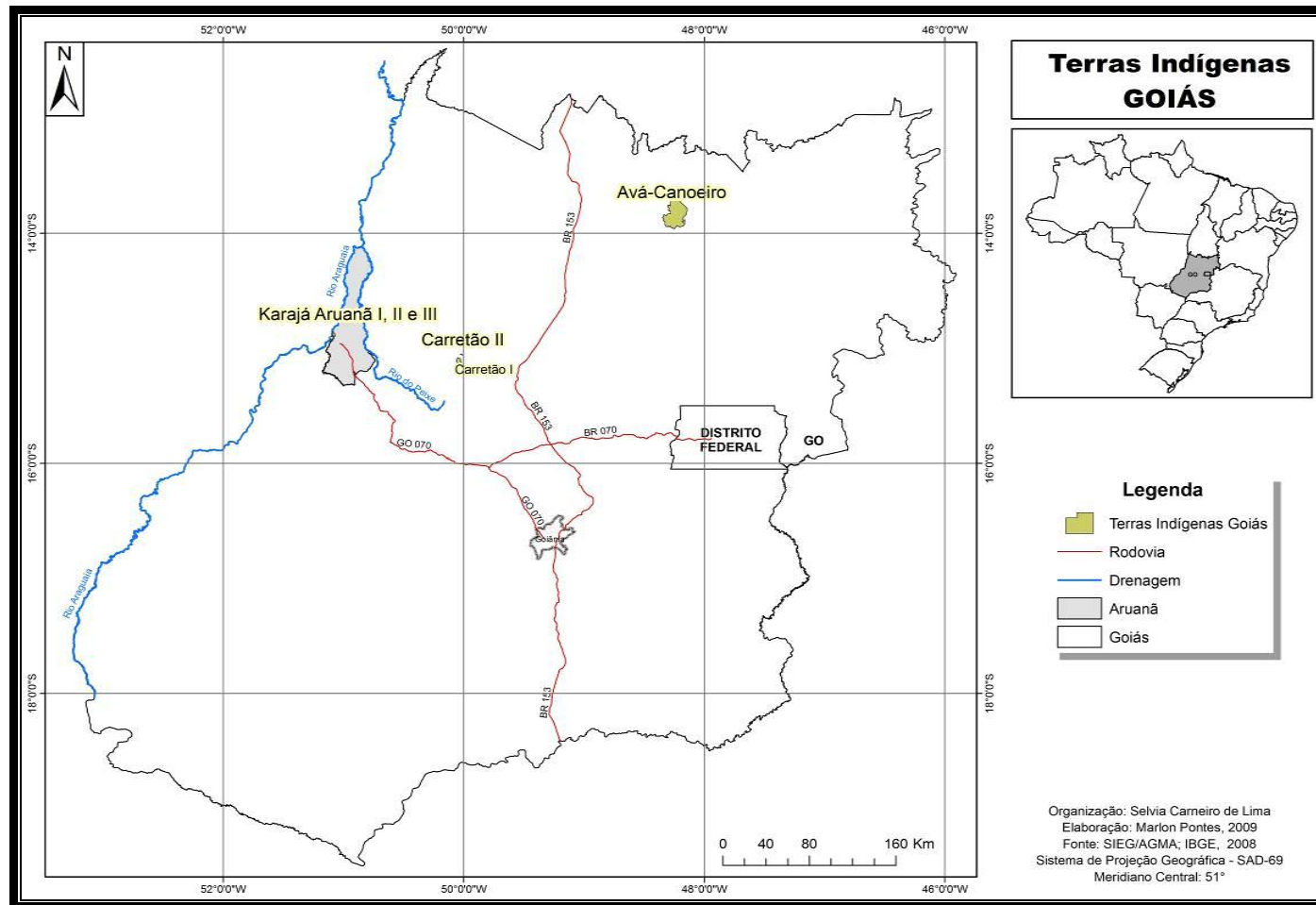
Goiás foi formado sobre territórios dos povos Indígenas como: os Goyá, Krixá, Kayapó, Xavante, Araés, Canoeiro, Apinajá, Capepuxi, Temimbó, Amadu, Xerente, Tapirapé, Poxeti, Karajá, Gradaú, Tecemedu, Guiaguçu, Porecramecrã, Curemecrá que aqui habitavam antes da chegada dos colonizadores.

Esses povos deslocavam-se dentro de um espaço cujo povoamento regular era feito por povos aparentados. Teixeira Neto (2002, p.38) compreende que:

O espaço inicial, ocupado por tribos indígenas, foi apenas o esboço que serviu de base para, mais tarde, se institucionalizar o território da Capitania, depois Província e Estado de Goiás. Por si só já dividido, segundo a distribuição geográfica daquelas tribos, esse espaço, agora institucionalizado, perdeu a solidariedade de que necessitava para manter-se coeso.

Tendo seus territórios usurpados, recortados ou invadidos; muitos povos indígenas desapareceram. Outros ficaram impedidos de desenvolver suas atividades de subsistência material e reprodução social nos moldes tradicionais e passaram por um processo que envolve múltiplas formas para adaptação sócio – ecológicas; com perdas de difícil mensuração, já que cada uma dessas sociedades define e utiliza de forma singular seu meio ambiente.

Atualmente, vivem no Cerrado Goiano apenas três etnias: os Tapuios do Carretão em Rubiataba; os Karajá em Aruanã e os Avá-Canoeiro em Minaçu/Colinas do Sul, sujeitos dessa pesquisa, como mostra o mapa 03:



Mapa 03: Localização das Terras Indígenas no Estado de Goiás
Fonte: LIMA, Sélvia Carneiro, 2010.

Como mostra o quadro V, as reservas e terras indígenas de Goiás estão localizadas na parte centro e norte do Estado e apresentam-se constituídas do seguinte modo:

Quadro V - Distribuição das Terras Indígenas em Goiás

POVO	TERRA INDÍGENA	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
AVÁ-CANOEIRO	Avá-Canoeiro	Minaçu e Colinas do Sul	38.000
KARAJÁ	Karajá I	Aruanã	14
	Karajá III	Aruanã	705
TAPUIOS	Carretão I	Rubiataba	1.666
	Carretão II	Nova América	77
TOTAL			40.462
Relação ao Estado (34.008.669.800 ha)			0, 0001%

Elaboração: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: FUNAI, 2009.

Apesar da Constituição Federal de 1988, em que, no seu bojo, o artigo 231 afirmar que: “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes e línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Os povos Indígenas no Brasil, sobretudo os povos do Cerrado goiano, enfrentaram e enfrentam uma severa disputa pelo Território diante as diversas visões economicistas atuantes nele. Foram duras páginas da história de Goiás, marcadas, sobretudo, pela luta desigual entre forte e fraco.

A luta pela sobrevivência física e cultural é evidente. Criam formas alternativas de convivência, para resistirem aos atores hegemônicos que transformam o Cerrado intensamente.

A terra sempre foi um grande fator de disputa na relação índio e não-índio. Em Goiás, para analisar a dimensão das questões que envolvem as três etnias, sobretudo os Avá-Canoeiro, é necessário considerar o contexto do Cerrado goiano frente ao novo olhar economicista que vem a estabelecer fortemente em muitas regiões, como: as mudanças

recentes, ocorridas no meio informacional e científico, o surto de desenvolvimento urbano, a ampliação da fronteira agrícola que tem acelerado nos últimos anos, a ampliação da produção sugerida pelo Agro-hidronegócio, Indústrias, Comércio.

Como o processo de valorização desse bioma ocorreu no decorrer dos anos, no século XXI, o Cerrado goiano passou ser um palco da produção nacional; tornando-se o quarto cinturão produtivo do país. São essas mudanças que destaca Chaveiro (2008), que vão inserindo o território goiano nas discussões e interesses em diferentes escalas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Os povos indígenas do Cerrado goiano acabam sofrendo pressões do capital de vários níveis, que direto ou indiretamente disputam seus territórios e acabam interferindo no modo de vida de cada povo, quando configurarm tradições milenares. Para Santos e Andrade, (1988, p. 19):

De um modo geral, para os agentes do desenvolvimento econômico, os territórios indígenas tendem a ser concebidos como espaços geométricos, onde a única questão a ser levada em conta é o seu tamanho e não a identidade do povo com o território específico. Sendo mutável e não fixo, dá-se a ele valor quantitativo e não qualitativo, a exemplo das indenizações financeiras que não atendem as necessidades das populações indígenas afetadas por projetos econômicos. Os territórios indígenas não se definem unicamente como meios de produção e de obtenção de recursos naturais, mas territórios que encerram uma dimensão sócio-político-cosmológica mais ampla.

A demanda *questão indígena*, baseada que é na cobiça sobre as terras indígenas não existiria, se realmente se fizessem cumprir as leis no Brasil. Ainda que os direitos indígenas estejam garantidos na Constituição Federal e em outros dispositivos legais; raros são os casos em que as leis vêm sendo impostas com o devido rigor; principalmente no embate entre populações indígenas e os interesses econômicos focados sobre seus territórios, o que tem causado sistematicamente efeitos deletérios aos modos de vida dessas populações atingidas.

Na Terra Indígena Avá-Canoeiro, existem vários atores que pressionam e estão presentes direta ou indiretamente nas disputas e nos conflitos como: a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa (comandada por Furnas Centrais Elétrica); a Usina Hidrelétrica de Cana-Brava (comandada pela Tractebel); os fazendeiros que ainda estão na reserva e a FUNAI.

Portanto, destaca-se nessa pesquisa a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa e a FUNAI, por serem as duas instituições pivôs das disputas, de um lado FURNAS representando os interesses do capital e do outro a FUNAI representando os “interesses indígenas”.

2.3- Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa



Figura 26: Foto parcial da Usina de Serra da Mesa

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

*[...] Olhava a imensidão e me imaginava brincando de esconde-esconde, será que seria fácil me encontrar? Era muita água para se juntar, muitas coisas desfeitas, reordenadas, uma construção a base de concreto, dias de trabalho, vidas, areia, ferros, papéis, listas de desejos e ambições, tecnologias, inovações, conforto, corpos temperados do sol etc. Como conseguem? Entre técnicas e tecnologias e inteligências, as obras fantásticas do capital. Nas curvas do Cerrado do norte goiano com suas árvores distorcidas, marcas de queimadas pela terra, formas distintas e irregulares, morros, flores, frutos, lá estava ela com sua imponência, linearidade, com imensas torres de aço, cabos elétricos, ferro, turbinas, túneis...: **a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa**. Na brincadeira de esconde-esconde, a usina não conseguiria jamais se esconder, mas para sua existência muitas pessoas foram escondidas e muitas coisas enterradas.*

Desde a Revolução Industrial no século XVIII, as fontes de energia, sobretudo a elétrica, tornaram-se fator essencial para alavancar o desenvolvimento do mundo. No começo, era a energia a vapor que movia as fábricas hoje as matrizes energéticas são variadas e sofisticadas.

No Brasil, a produção de energia elétrica teve grande importância com o processo de industrialização nas décadas de 1950 e 1960. Com o surgimento do Plano de Metas⁴⁵ (1956-1961), no governo de Juscelino Kubistchek, período em que houve um aumento da demanda de energia.

Em razão de tal fato, os investimentos no setor Elétrico Estatal passou a priorizar a produção energética por intermédio de construções de Usinas Hidrelétricas, todas focadas em grande desenvolvimento com um alto preço ecológico e forte desgaste social. Tendo em vista que os grandes potenciais hídricos para geração de eletricidade são distantes das regiões de consumo, as características geográficas do sistema elétrico brasileiro são bastante peculiares.

Reafirma-se o pressuposto que principia esse capítulo de que entre limites definidos ou modificados, os territórios começam ser disputados e se reconfiguram para receber os novos investimentos do setor energético no Brasil.

De acordo com dados da Superintendência de Pesquisa e Informação (SEPIN, 2009) o Estado de Goiás possui 27 empreendimentos do setor energético em operação, gerando 8,03 milhões de kW de potência. São seis usinas hidrelétricas, 10 termelétricas, quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e cinco Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs). Está previsto para os próximos anos adição de 1,4 milhões de kW na capacidade de geração do Estado, proveniente dos oito empreendimentos atualmente em construção e mais 21 com sua Outorga assinada.

A pesquisa destacará a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, subsidiada por FURNAS Centrais Elétricas S.A e localizada no norte do Cerrado goiano. A construção da usina não apenas se restringiu aos impactos dos aspectos físicos-ambientais de uso, mas aos socioculturais que envolvem o povo indígena Avá-Canoeiro que teve seu território invadido por ela.

Com o propósito de sanar a crise energética que ameaçava a região centro-sul do Brasil, surge FURNAS⁴⁶, por meio do Decreto Federal nº 41.066 de 28 de fevereiro de 1957,

⁴⁵ Foi um programa de desenvolvimento implantado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), envolvendo grandes investimentos estatais em diversos setores da economia nacional: agricultura; educação; saúde, transporte; energia; mineração e construção civil. O governo tinha como objetivo promover o crescimento do país “50 anos em 5”. Nesse período nasceu Furnas Centrais Elétricas/AS.

⁴⁶ Primeira Usina Hidrelétrica de grande porte no Brasil.

assinado pelo então presidente Juscelino Kubistchek. FURNAS começou a funcionar efetivamente em 1963, em Passos-Minas Gerais. Em 1º de junho de 1971, a sede foi transferida para o Rio de Janeiro, ocasião em que ganhou um novo nome: FURNAS-Centrals Elétricas S.A.

Nos anos seguintes a construção de Usinas Hidrelétricas subsidiada por FURNAS atingiu rapidamente todo o país. Hoje, FURNAS está presente no Distrito Federal e nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santos, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Paraná e Rondônia. De acordo com Granado (2005, p.45):

Atualmente, o parque gerador da empresa é composto pelas dez usinas hidrelétricas e três usinas termelétricas, e dispõe de capacidade instalada de geração de energia de cerca de 10 mil MW, 32 majoritariamente concentrada em usinas hidrelétricas localizadas na região Sudeste e Centro-Oeste, detendo um importante sistema de transmissão composto por mais de 20 mil km de linhas de transmissão, em sua maior parte de extra e ultra tensão, 33 além de 43 subestações, garantindo o fornecimento para uma região que corresponde a 51% dos domicílios do país e que responde por 65% do PIB, conforme dados do órgão de planejamento de FURNAS, em setembro de 2005.

Em 15 de outubro de 1979, o DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) ⁴⁷, confere a FURNAS a autorização dos estudos de aproveitamento dos recursos hidráulicos do trecho do Rio Tocantins e seus afluentes. Em 1981, foi outorgado a FURNAS pelo Decreto 85.923/81, a concessão para o desenvolvimento progressivo do potencial hidrelétrico existente no trecho.

Em 1982, FURNAS finalizou o inventário hidrelétrico da área e apresentou a construção da Usina de Serra da Mesa, como um empreendimento fundamental. Em 1986 foi iniciada a construção de Serra da Mesa por meio de um contrato entre FURNAS e a Construtora Camargo Corrêa, para a primeira etapa das obras civis.

No ano de 1993, FURNAS, com recursos insuficientes para o término da obra, buscou junto à iniciativa privada mais subsídios. Serra da Mesa S.A foi à empresa vencedora no processo de licitação. A conclusão, em 1996, somente foi possível com o aporte de capital público e do capital privado fornecido pelo Consórcio Serra da Mesa Energia S.A. De acordo com Granado (2005, p. 54):

A operação da usina iniciou-se em abril de 1998, com o funcionamento da primeira das três unidades geradoras ⁴⁸ Com a entrada em operação das suas três unidades que totalizam 1.275 MW, a usina torna-se indispensável ao atendimento do mercado de energia elétrica do sistema interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste. Além

⁴⁷ O departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica foi extinto em 1996 com a criação da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

⁴⁸ Conjunto de vários elementos da usina, dentre os quais a turbina, o gerador, propriamente dito, e a tomada d'água.

disso, ela é responsável pela ligação entre esse sistema e o Norte/Nordeste, sendo o elo da interligação Norte/Sul⁴⁹.

A figura 27-B mostra a entrada da Usina de Serra da Mesa, a figura 27-A mostra uma das turbinas e a figura 27-C mostra o Galpão principal que dá acesso a casa de força que controla todo o funcionamento da Usina:



Figura 27: (A) Foto da Turbina Francis; (B) Foto da entrada da Usina de Serra da Mesa; (C) Foto do galpão que dá acesso a casa de Força da Usina de Serra da Mesa

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

As turbinas hidráulicas dividem-se diversos tipos, sendo quatro tipos principais: Pelton, Francis - como a da figura 27-A, Kaplan e Bulbo. Cada um destes tipos é adaptado para funcionar em usinas com uma determinada faixa de altura de queda e vazão⁵⁰. Elas são projetadas para transformar a energia hidráulica (a energia de pressão e a energia cinética) de um fluxo de água, em energia mecânica⁵¹.

A barragem da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, construída sobre uma passagem estreita do rio Maranhão no toponímio denominado Serra da Mesa – município de Minaçu-GO, foi o melhor sítio encontrado pelos engenheiros de FURNAS para a formação do segundo maior Lago artificial do Brasil, o Lago de Serra da Mesa.

Por sua conformação – uma falha geológica “cortando” a serra – e topograficamente, o rio é, nesse local, bem encaixado -, a passagem pelo “estreito” da Serra da Mesa, representando um custo de construção de barragem relativamente bem mais baixo

⁴⁹ Sistema de interligação nacional de transmissão de energia em 500kv.

⁵⁰ As vazões volumétricas podem ser igualmente grandes em qualquer uma delas mas a potência será proporcional ao produto da queda (H) e da vazão volumétrica (Q).

⁵¹ Atualmente, são mais encontradas em usinas hidrelétricas, onde são acopladas a um gerador elétrico, o qual é conectado à rede de energia. Contudo também podem ser usadas para geração de energia em pequena escala, para as comunidades isoladas.

que o de outras Usinas Hidrelétricas. Com 104m de altura, a barragem permitiu o represamento das águas sobre uma extensão de aproximadamente 200 km e 70 m de profundidade em média no leito do rio.

A UHE formou um lago⁵² que ocupa uma área maior que da cidade de São Paulo (1.784 Km²), com 54,4 bilhões de m³. Chega atingir 70 metros de profundidade e inundou partes dos municípios de Niquelândia, Santa Rita do Novo Destino, Minaçu, Uruaçu, Campinorte, Campinaçu, Colinas do Sul e Barro Alto, todos situados no Norte e Nordeste Goiano, Almeida (2005). De acordo com Andrade (2002, p.27):

A barragem da UHE está situada no curso principal do Rio Tocantins, no Estado de Goiás; nos municípios de Minaçu (margem esquerda) e Colinas do Sul (margem direita), a 1.790 Km de sua foz. Seu reservatório é o maior do Brasil, ocupando uma área de 1.784 Km² (na cota máxima de 460 m) e 5,4 bilhões de m³, atingindo partes dos municípios de Niquelândia, Uruaçu, Campinorte, Colinas do Sul, Barro Alto e São Luiz do Norte, em Goiás.

A dimensão do lago confunde o olhar diante da imensidão de água. Nele estão turbinas enfurecidas que trabalham para a produção energética. A figura 28 mostra uma paisagem parcial do lago.



Figura 28– Foto parcial do lago da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

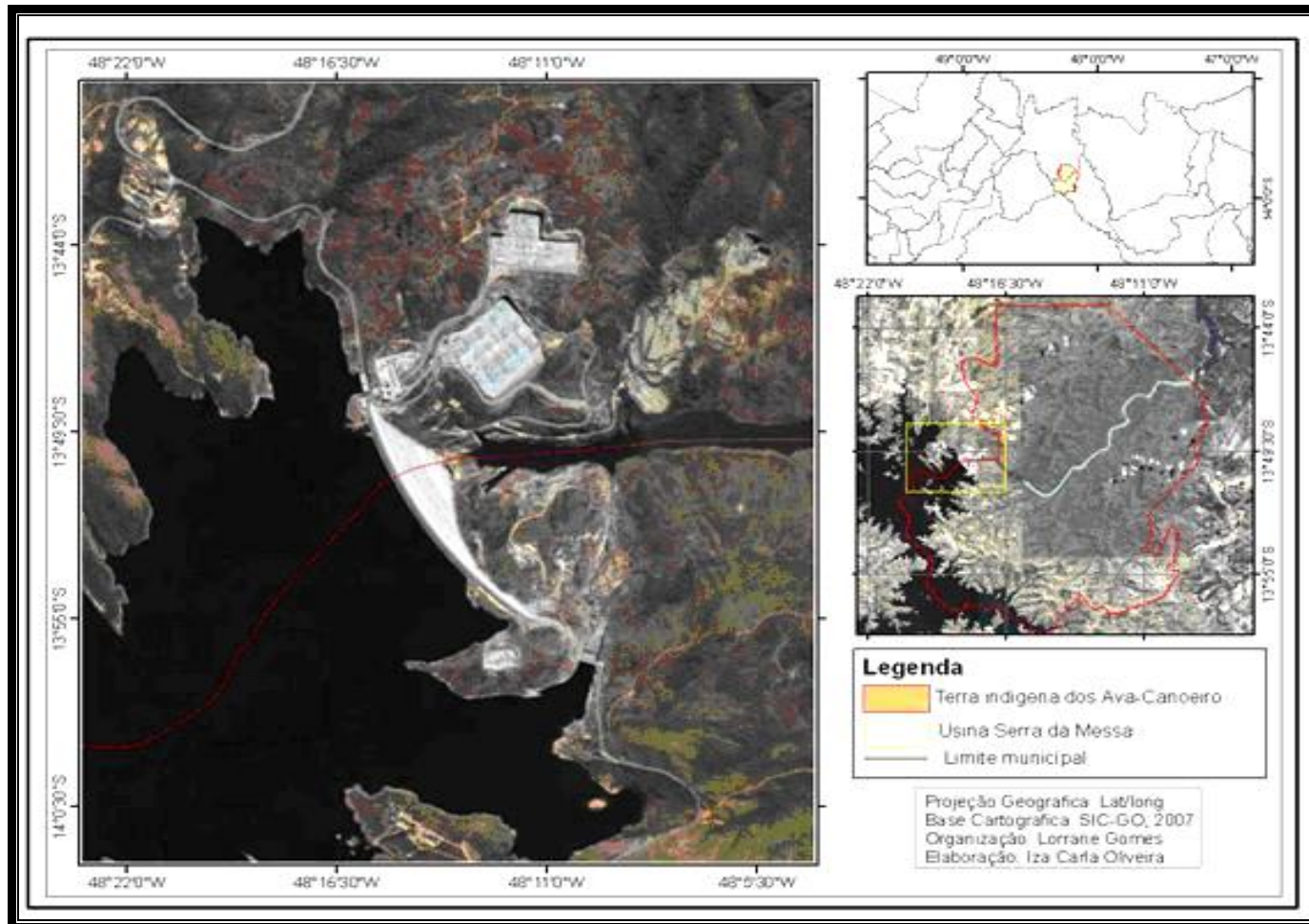
A UHE Serra da Mesa foi um dos empreendimentos técnico-econômicos que levaram à refuncionalização daquele território. Além das características geológicas, geomorfológicas e do potencial hidrelétrico, outros fatores históricos e socioeconômicos favoreceram a localização do empreendimento de tal forma que o processo, as

⁵² O reservatório de Serra da Mesa é o maior do Brasil em volume de água.

desapropriações e os impactos ambientais, políticos e econômicos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica enfrentaram “poucos conflitos”. Segundo Andrade (2002, p. 145):

De qualquer forma, o território goiano foi sendo modelado ao longo dos anos que seguiram sua ocupação num processo lento de construção da paisagem e da cultura, ambos se dando ao mesmo tempo. O espaço vai sendo remodelado à medida que uma nova ordem social vai lentamente sobrepujando a anterior, expressa através de um reordenamento econômico. Este é o processo identificado para a área da UHE de Serra da Mesa.

A construção da Usina Hidrelétrica de Serra Mesa levou aproximadamente 15 anos, resultando uma mudança drástica na paisagem local. O lago inundou as várzeas tidas como as melhores terras para agricultura, as tradicionais áreas de garimpo, os vales, áreas anteriormente ocupadas por cerrado, cavernas, estradas, pontes, roçados, fazendas, engenhos, currais, cemitérios, substituindo-os por um imenso espelho d’água, conforme apresenta o mapa 04.



Mapa 04: Localização da Usina Serra da Mesa, com divisa na Terra Indígena Avá - Canoeiro

A imagem de satélite do mapa 04 mostra a área total da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa ao incluir a formação do lago e a Terra Indígena Avá-Canoeiro. De acordo com o EIA/RIMA⁵³ feito por Furnas, a empresa ficou obrigada a identificar toda a população atingida pela construção da barragem, para fins de concessão de reassentamento rural coletivo e se comprometeu a desenvolver projetos de interesses dos atingidos.

2.3.1 – Atingidos por barragens – “Diga aos Avá-Canoeiro que dinheiro não é problema, pagamos em *royalties*”

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2009). A maior parte da energia brasileira é de origem hídrica. As centenas de barragens espalhadas pelo território brasileiro são responsáveis por aproximadamente 90% da energia consumida no Brasil. O processo de construção das barragens impacta violentamente o meio ambiente e as populações atingidas por barragens.

Apesar das leis ambientais e culturais terem avançado muito no Brasil, a construção da maioria das Usinas Hidrelétricas no Brasil vem acompanhada de muitos problemas: ambientais, sociais e culturais. Muitas famílias foram e são expropriadas de suas terras, perdem suas casas e trabalho e acabam tendo que reorganizar seu modo de vida.

A construção da Usina de Serra da Mesa não foi diferente, em 1997 quando começou o enchimento do lago, das três mil famílias expropriadas da terra nenhuma foi contemplada com projeto de reassentamento rural. Fora as expropriações das famílias de acordo com Santos (2007, p. 34) foram inundados ainda: “02 cemitérios no Município de Minaçu com cerca de 150 cadáveres, cometendo por via de consequência, violação de direitos humanos, cuja competência para investigação e julgamento foi da Justiça Federal”.

Além de todos esses danos, a Usina invadiu um terço da Reserva Indígena Avá-Canoeiro e deixou no Cerrado daquela região, impactos ambientais intensos.

A respeito dos danos ambientais, em 2004, por meio de uma Ação Civil Pública⁵⁴, o Ministério Público Federal pleiteou a transferência do licenciamento ambiental para o órgão ambiental federal – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

⁵³ Estudo e Relatório de Impacto Ambiental.

⁵⁴ Ação Civil Pública N.º 004.35.00.018667-7 em trâmite na 8ª Vara Federal de Goiás / GO. Autores: Associação dos Pescadores Esportivos do Estado de Goiás (APEGO) e Ministério Público Federal. Réus: Furnas, VBC ENERGIA S/A, SEMESA S/A.

Renováveis (IBAMA) – sob a alegação de que os danos ocasionados ao meio ambiente natural e humano eram de impacto regional e de interesse federal.

Em maio de 2005, o MAB⁵⁵, esteve nas dependências da Usina de Serra da Mesa, numa tentativa de forçar FURNAS a acelerar o processo de indenização de 160 famílias. De acordo com dados do MAB (2009), aproximadamente 40 famílias foram contempladas com indenização.

Os atingidos pela barragem cobraram de FURNAS, direito a terra, acesso a crédito, revisão de indenização, entre outros pedidos. Porém, grande parte dessas pessoas recebeu indenizações abaixo do valor real da propriedade, outras nunca recebem nada; outras resistem em sair de seu lugar e estão até hoje na região.

Sobre os danos causados na Reserva Indígena Avá-Canoeiro estão: a inundação da área de aproximadamente 3.163 hectares da terra que corresponde em média a 10% do território; a abertura de estradas e linhas de transmissão; retirada de material argiloso para edificação da barragem e a barragem propriamente dita com diques de contenção que, também, estão no interior da terra indígena, além da modificação da paisagem com os fios e postes de energia. Como mostra a figura 29:



Figura 29: Foto das linhas de transmissão da UHS dentro da reserva indígena

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Tal fato implicou na reposição da área inundada por outras áreas, definidas pela FUNAI e, conseqüentemente, na reordenação dos limites originalmente propostos (Granado, 2005). O canteiro de obras da empresa ficava a apenas 05 km do Posto de Atração Avá-

⁵⁵ Movimento dos atingidos por Barragens.

Canoeiro, instalado pela FUNAI, em que estavam residindo os 04 índios recém-contatados. A figura 30 mostra trabalhadores das obras de Furnas na área da Reserva Indígena:



Figura 30: Foto de trabalhadores nas obras de Furnas na área da Reserva Indígena

Autor: SANCHES, Walter, 2003

Fonte: Cedida do arquivo pessoal de Walter Sanches, chefe de Posto da FUNAI

Nos primeiros anos da construção da UHE Serra da Mesa, os índios eram sucessivamente encontrados passando pelo canteiro de obras, expostos a todos os perigos advindos de uma obra gigantesca além do contato com o grande número de operários de diversas empreiteiras vinculadas à obra, com diferentes concepções e valores em relação aos índios. Como mostra a figura 31, Nakawtxa e Iawi bem próximos as redes de transmissão:



Figura 31: Foto de Nakwtxa e Iawi na Reserva Indígena

Autor: SANCHES, Walter, 2003

Fonte: Cedida do arquivo pessoal de Walter Sanches, chefe de Posto da FUNAI

O contexto político de desenvolvimento e crescimento econômico a todo custo refletido na abertura das Usinas Hidrelétricas no Brasil associado à falta de legislação específica, desconsidera na maioria dos casos, os aspectos socioambientais e as especificidades em relação às comunidades afetadas, sobretudo os povos indígenas. Para Arruda (2001, p. 47):

O índio é visualizado como um entrave arcaico ao crescimento econômico ou passa a ser visto como um “latifundiário” improdutivo, ignorante, indolente e desqualificado, injustificadamente detentor da posse de vastas extensões de terra que, se abertas ao “trabalho produtivo”, supostamente resolveriam a questão da pobreza e do desenvolvimento.

É certo que depois do fato consumado, a custos sociais e financeiros são muito altos. Para Oliveira (1998, p. 43): “Tanto no senso comum como no discurso cotidiano as terras indígenas são colocadas como a antítese do desenvolvimento”.

Desde os primórdios da história, nos relatos de estudiosos e viajantes, essa visão se confirma. Os índios são ideário de passado, de anacronismo, contrários ao desenvolvimento, idéia esta analisada de forma magistral por Euclides da Cunha em seu livro *Os Sertões* publicado em 1902.

Se não houver a preocupação em conciliar os interesses dos investidores com o da população afetada pelo empreendimento, que venham a trazer benefícios socioeconômicos para a região em que se pretende a implantação de hidrelétricas; essas populações passam a ser vistas como um obstáculo a ser removido; um difícil entrave ao progresso e ao desenvolvimento.

Diante dessas reflexões, as preocupações de Furnas foram com o lugar indígena analisado no primeiro capítulo ou com a apropriação do território?

A partir da interdição da área, os contatos entre Furnas e FUNAI passaram a ocorrer com frequência. Enquanto Furnas indicava os locais já ocupados por suas instalações e futuras obras projetadas, assim como os corredores do trânsito de veículos em uso e futuros, a FUNAI estava preocupada com o indenização aos índios

Furnas ficou responsável por formular argumentos, esclarecer os propósitos, elaborar estratégias de curto e longo prazo, enfim responsabilizar-se por sua atuação na Terra Indígena dos Avá-Canoeiro e apresentar um documento argumentativo ao Congresso Nacional.

De acordo com Granado (2005, p. 48):

A elaboração desse documento, denominado *Peça Antropológica*, foi suscitada, à época, pela urgência de construir uma linha de transmissão de 230 kV que traria energia para as operações do canteiro de obras da UHE Serra da Mesa. Essa linha substituiu uma outra, que foi desativada, e serve hoje como um dos veículos de transmissão de energia elétrica produzida para fora. Além dessa, outras três linhas foram construídas por Furnas e compõem o corredor de transmissão que atravessa 14,5 km do território reservado aos Avá-Canoeiro.

Em 1992, Furnas assinou o Convênio 10.323⁵⁶, com vigência de cinco anos, com possibilidade de prorrogação, responsabilizando-se pelos recursos necessários à execução das ações nele propostas.

As quatro partes⁵⁷ a que se referia o Convênio para fins de compensação aos Avá-Canoeiro eram: localização e contato dos Índios Avá-Canoeiro isolados; reestudo dos Limites da Terra Indígena; regularização fundiária e o Programa Avá-Canoeiro (PACTO).

Iniciava-se uma parceria que implicava um aprendizado recíproco envolvendo as duas instituições Furnas e FUNAI. Coube a Furnas como obrigação do empreendedor creditar mensalmente o equivalente a 2% do valor a ser distribuído a título de *royalties*⁵⁸ aos Avá-Canoeiro e aos municípios inundados. Segundo Granado (2005, p. 71):

Em 1990 o Sertanista Sydney Possuelo, até então responsável pelo citado departamento e conhecedor daquela realidade, assumiu a Presidência da Funai. A partir de então, voltaram a se intensificar as negociações entre aquela Fundação e Furnas e, em junho de 1992, foi celebrado o Convênio nº 10.323/92, que teve por

⁵⁶ Convênio que regulava as relações de Furnas com os Avá-Canoeiro, e esteve em vigor de 1992 a 2002.

⁵⁷ Ver: Granado (2005, p.p 73 à 83).

⁵⁸ Os royalties constituem uma das formas mais antigas de pagamento de direitos. A palavra royalty tem sua origem no inglês royal, que significa "da realeza" ou "relativo ao rei". Originalmente, royal era o direito que os reis tinham de receber pagamento pela extração de minerais feita em suas terras. No Brasil, os royalties são aplicados quando o assunto é recursos energéticos, como o petróleo e o gás natural, sendo uma compensação financeira que as empresas exploradoras e produtoras desses bens não-renováveis devem ao Estado e cujo pagamento é feito mensalmente.

objeto estabelecer a forma de compensação aos índios Avá-Canoeiro pelas interferências diretas e indiretas causadas pela construção da Usina Serra da Mesa, que se referem principalmente à inundação de 10% da Terra Indígena, à passagem do corredor de linhas de transmissão atravessando-a em 14 km, além das obras associadas ao empreendimento, como estradas de acesso às torres de transmissão e diques de contenção dentro dos limites demarcados pela Funai.

Coube a FUNAI administrar os recursos, com a fiscalização do Ministério Público Federal, até que a comunidade indígena fosse considerada em condições de administrá-los diretamente.

Mas, os interesses econômicos dos empreendedores, utilizam de instrumentos e atitudes que encobrem suas verdadeiras intenções, passam ao largo dos anseios dos habitantes da região afetada; especialmente quando se trata de ribeirinhos e indígenas; as minorias excluídas, principalmente por não entenderem o processo e estarem à margem de qualquer compreensão dos intrincados processos de apropriação, no caso, usurpação.

O desenvolvimento das ações previstas no convênio não se deu com a rapidez e continuidade necessárias à eficácia de sua implementação. Durante os primeiros anos, era dificultada por entraves decorrentes, de um lado, pela falta de planejamento por parte da FUNAI, que carecia de agilidade por força de limitações administrativas e legais, bem como de pessoal qualificado disponível para as várias funções exigidas, e por outro, da burocracia imposta por Furnas, responsável pelo aporte de recursos para a prática das ações.

Em 2002, o Convênio expirou-se, desde então, tão somente as poucas ações do Pacto que estavam em curso tiveram continuidade. Tentativas de acordos para ajustamento de um novo Convênio se sucederam. Granado (2005, p. 97) afirma que:

Em 1/4/2004 a Funai apresentou a Furnas uma contra-proposta para um Programa de Ações, denominado “Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro”, bem mais abrangente que a proposta anterior a ela apresentada para análise. Furnas, por sua vez, encaminhou o documento ao parceiro privado para ser analisado, sem passar pelo seu próprio quadro técnico, fazendo prescindir de uma análise antropológica preliminar.

É do PACTO que os Avá-Canoeiro obtêm quase tudo de que necessitam para sua subsistência, desde gêneros alimentícios até bens de consumo, tais como artefatos para uso doméstico e produtos de limpeza e higiene pessoal que contribuem para a falta de estímulo para as atividades tradicionais do grupo como caçar, pescar e coletar.

É desse programa que também advém os recursos para pagamentos de funcionários do posto indígena, os que não são contratados pela FUNAI, tais como os vigilantes das barreiras, que controlam a entrada na Terra Indígena e cuidam para que os antigos posseiros de lá retirados não retornem.

Em 2005 foi criado na UHE Usina de Serra da Mesa o Centro de Exposição Permanente, como mostra a figura 32.



Figura 32: Fotografias do Centro de Exposição Avá-Canoeiro dentro da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Foi criado com o objetivo de divulgação dos programas culturais e ambientais desenvolvidos no âmbito do empreendimento. A exposição é composta por fotos e um acervo material do programa de arqueologia histórica e pré-histórica, realizado na época da construção da usina. Montaram também um recorte da casa dos Avá-Canoeiro, reproduzindo a morada desse povo⁵⁹.

Os royalties, o PACTO, o Centro de Exposição Permanente e tantos outros programas divulgados por FURNAS em favor dos índios não deve ser visto como filantropia⁶⁰, mas como o mínimo das obrigações de Furnas para os danos materiais e imateriais causados a esse povo, que a partir da construção da Usina tiveram por muito tempo suas vidas vigiadas e controladas pela FUNAI, por Furnas, pela mídia, por pesquisadores, e tantos outros atores que adentraram em seu modo de vida, muitas vezes a interferir no jeito de ser Avá-Canoeiro.

Ao cumprir seus deveres e acordos com a FUNAI, Furnas ainda ganha a vantagem de divulgar ao mesmo tempo seu papel social – estabelece na mídia e nos meios de

⁵⁹ Em contrapartida a criação da exposição, Furnas ofereceu a Iawi um passeio de avião ao Rio de Janeiro.

⁶⁰ A filantropia pode ser vista limitadamente como a ação de doar dinheiro ou outros bens a favor de instituições ou pessoas que desenvolvam atividades de mérito social. É encarada por muitos como uma forma de ajudar e guiar o desenvolvimento e a mudança social, sem recorrer à intervenção estatal, muitas vezes contribuindo por essa via para contrariar ou corrigir as más políticas públicas em matéria social, cultural ou de desenvolvimento científico.

informações o marketing⁶¹ de uma empresa correta e cordata com o meio ambiente e a sociedade.

⁶¹ É uma função organizacional e um conjunto de processos que envolvem a criação, a comunicação e a entrega de valor para os clientes, bem como a administração do relacionamento com eles, de modo que beneficie a organização e seu público interessado.

2.4– Fundação Nacional do Índio: proteção, controle e gestão



Figura 33: Foto da entrada da Reserva Indígena Avá-Canoeiro

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

[...] Perguntei para o Iawi: Onde é a FUNAI? Ele me respondeu: A FUNAI é aqui. Por essa fala de Iawi é possível perceber um território institucional moldando a cultura. Passado o tempo de conquista veio o tempo do abandono e depois o da preservação. Ai a proposta foi outra: garantir aos indígenas a vida num espaço único, fechado, demarcado, como uma grande caixa. Um museu vivo, para que de vez em quando possam ser visitados, estudados e contemplados pelos não-índios [...]

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é o órgão do governo brasileiro que estabelece e executa a Política Indigenista no Brasil. Na prática, significa que compete à FUNAI demarcar, assegurar e proteger as terras, os recursos naturais e os interesses indígenas; bem como estimular o desenvolvimento de levantamentos e estudos sobre estes povos.

A FUNAI tem, ainda, a responsabilidade de defender as Comunidades Indígenas, de despertar o interesse da sociedade nacional pelos índios e suas causas, gerir o seu patrimônio e fiscalizar as suas terras, ao impedir as ações predatórias e quaisquer outras que ocorram dentro de suas reservas e que representem riscos à vida e à preservação desses povos.

Porém, em seus mais de 30 anos de existência, a FUNAI passou por diversas reformas administrativas, encontrando-se, hoje, em processo de reestruturação, a fim de cumprir as determinações da Constituição e adequar suas ações de forma a atender melhor às necessidades e aspirações dos povos indígenas.

O papel da FUNAI ainda é muito questionado em várias situações principalmente sendo elas de conflitos. Os povos indígenas parecem não serem muitas vezes bem representados. Gomes (1994, p. 6), considera que:

A FUNAI vem sendo esvaziada de suas responsabilidades e prerrogativas de ação, que são transferidas para outros órgãos da administração pública. Nos setores de assistência à saúde, nos programas de educação e até na proteção do meio ambiente, a FUNAI viu-se forçada a abrir mão de suas prerrogativas e expertise e passou a resolução desses problemas para os respectivos ministérios federais, com graves prejuízos para as populações indígenas. Nos últimos anos ela tem sido incapaz de ao menos esboçar uma visão clara sobre sua ação assistencialista e sobre a atuação de outros órgãos públicos e entidades privadas em áreas indígenas.

Para alguns estudiosos, a FUNAI, na maioria das vezes, serve muito mais aos interesses do poder econômico do que as comunidades nas quais ela deveria representar e defender. Esse fato estaria ligado ao indigenismo empresarial que como afirma (Baines, 1998, p.1): “se remete a casos nos quais o poder econômico de grandes empresas sobrepuja o poder político do órgão indigenista”. De acordo com Granado (2005, p. 50):

Ora, o mesmo governo que estabelece as políticas de desenvolvimento econômico (que visam o enriquecimento do país) é o que estabelece as políticas indigenista e ambiental, que são vistas como barreiras a serem vencidas pelas frentes de “desenvolvimento”. Entretanto, o que sustenta a condução da política econômica é o capital privado, sob a forma de investimentos, enquanto as políticas indigenista e ambiental dependem, via de regra, de recursos públicos, que representem despesas. Desta forma, parece natural que o órgão responsável pela condução da política indigenista no Brasil – a FUNAI – viesse a ser utilizado ao longo do tempo, em maior ou menor grau, para servir aos interesses do poder econômico. Para tanto, utilizam-se mecanismos variados, desde a ocupação de cargos de confiança até a escassez de recursos, minando a capacidade operacional do órgão que, a despeito de tudo, ainda conta com alguns funcionários bem intencionados.

A Terra Indígena é considerada uma área oficialmente reconhecida, seja ela ou não regularizada, desde que tradicionalmente ocupada por povos indígenas. A FUNAI é órgão insubstituível, autorizado a defender os direitos dos índios⁶², segundo o arcabouço legal em vigor, sendo proibida qualquer atividade nessas áreas e/ou aproximação com os povos indígenas, sem sua autorização e presença.

Qual foi e é o papel da FUNAI no Território Indígena Avá-Canoeiro?

O processo de regularização da Terra Indígena Avá-Canoeiro teve início por meio da portaria assinada pelo presidente da FUNAI em 08 de abril de 1983; quando houve a confirmação de uso tradicional de áreas situadas na margem esquerda do rio Tocantins. Em 1982, por determinação da Portaria da FUNAI nº 1471/E, de 02 de dezembro de 1982, com o propósito de promover estudos e levantamentos visando localizações de grupos indígenas a FUNAI interditou uma área de 38.000 hectares localizada nos municípios de Minaçu e Colinas do Sul (GO).

A portaria destinava-se a preservar as áreas de perambulação dos Avá-Canoeiro, ainda afastados, e a área então ocupada pelo grupo indígena que fez o contato com a FUNAI em 1983. Em 1996⁶³, depois de 23 anos de estudos iniciais sobre a definição da Terra Indígena Avá-Canoeiro, o Ministério da Justiça expediu a Portaria Declaratória nº 598, de 02 de outubro de 1996, declarando como de posse permanente dos índios.

Nessa instância, foram determinados então a FUNAI os procedimentos necessários para a legalização dos 38.000 hectares destinados à Terra Indígena Avá-Canoeiro. Em 1999, três anos depois a FUNAI iniciou o procedimento demarcatório da Terra Indígena.

De acordo com a situação jurídico-administrativa das Terras Indígenas no Brasil, para o reconhecimento oficial a terra deve passar pelos seguintes processos:

1 - Demarcatório - São as terras que ainda estão a identificar e as que estão em identificação pelo Grupo Técnico criado pela Funai para estudos. Estão também aquelas terras com restrição de uso, pelos ocupantes não-índios, por um tempo determinado, enquanto são estudadas;

⁶² O Ministério Público, segundo a Constituição Federal, é igualmente instituição de defesa dos interesses indígenas. Segundo o artigo 129 da CF/88, “são funções institucionais do Ministério Público: (...) III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; (...)V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas. Nesse contexto, a população indígena Avá-Canoeiro é atualmente tutelada pelo Ministério Público Federal, juntamente com a FUNAI.

⁶³ Coincidentemente no mesmo mês de outubro/1996, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 103, de 24 de outubro de 1996, autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Concessionária Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, a realizar o aproveitamento hidroelétrico (AHE) da Serra da Mesa, localizado em trecho do rio Tocantins, nos municípios de Colinas do Sul e Minaçu, estado de Goiás.

2- Identificação - Terras identificadas e aprovadas pela Funai são aquelas aprovadas pelo presidente da Funai, após analisar os estudos de identificação elaborados pelo Grupo Técnico e determinar sua publicação no Diário Oficial da União. Estão sujeitas a contestação, de acordo com o Decreto 1.775/96.

3- Declaração - Terras declaradas são aquelas que têm portaria do Ministro da Justiça declarando-as de posse permanente indígena e determinando que a FUNAI realize a demarcação administrativa.

4- Homologação - Terras homologadas e ou registradas são as terras garantidas oficialmente para o usufruto exclusivo dos índios. Estas já tiveram decretos presidenciais homologando a demarcação ou já foram registradas em Cartórios de Registro de Imóveis (CRI) /ou no Serviço de Patrimônio da União (SPU). Também, fazem parte deste grupo as Reservadas, que são terras garantidas, porque foram criadas por decretos estaduais na época do Serviço de Proteção aos Índios (SPI); ou porque foram adquiridas pela FUNAI ou outros órgãos para assentarem comunidades indígenas atingidas por hidroelétricas.

A Terra Indígena Avá-Canoeiro passou pelos processos de: demarcação, identificação e declaração. Desde o início da demarcação, várias correspondências oficiais da FUNAI foram encaminhadas a Furnas solicitando providências e soluções urgentes para poder concluir o processo da legalização e reconhecimento oficial da Terra Indígena que aguarda a concretização - a homologação.

O papel da FUNAI para com a família Avá-Canoeiro, não foi apenas a demarcação de sua terra, mas atender todas as necessidades dos índios que vivem na Terra Indígena desde 1983. A partir do contato os Avá-Canoeiro receberam uma intensa proteção da FUNAI que acabou de certa forma controlando a vida de cada índio.

Como símbolo dessa proteção, a Terra Indígena é vigiada por dois postos com vigilantes armados para que ninguém invada a reserva sem permissão, com seu sistema de segurança impede o trânsito de veículos de pessoas não autorizadas na Terra Indígena e as porteiras que dão acesso à reserva também são trancadas por cadeados como mostra a figura 34, que podem ser abertos apenas pelos responsáveis, servidores da FUNAI.



Figura 34: Foto de uma das porteiras dentro da Terra Indígena
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, agosto, 2009

Por muito tempo os Avá-Canoeiro foram sendo “fechados” do contato com seu povo, já que seus únicos remanescentes estão na Ilha do Bananal, no Estado do Tocantins, e do convívio permanente com parcelas da sociedade regional. De acordo com Silva (2005, p. 19/20):

Os Avá-Canoeiro foram privados do convívio com os demais membros de sua sociedade, em decorrência de massacres, perseguições e precárias condições de sobrevivência, sendo posteriormente inseridos em um regime de proteção e assistência burocratizada. A eles coube reelaborar suas atitudes, valores, interesses, em suma, agendar um novo modo de ser indígena, ainda que sustentado por velhas práticas e interpretações, exigido pela nova situação informada pelo indigenismo empresarial.

Com o fechamento das comportas da represa de Serra da Mesa, os índios foram cada vez mais para o interior, cada vez mais em um lugar. Sem muitas perspectivas de contatos com outras pessoas foram “confinados” na reserva. A família fechou-se na paisagem do Cerrado do norte goiano que os cercam e dificilmente recebiam visitas ou saiam da aldeia. Para Ramos (1986, p. 283):

A falta de acesso a canais efetivos de educação, os entraves econômicos, administrativos e políticos em se locomover e se comunicar com outros grupos indígenas, a fragmentação dos povos indígenas em pequeninos grupos étnicos, têm levado a grande maioria dos índios brasileiros (e aos Avá-Canoeiro de modo particular) a um isolacionismo que lhes tem custado enormes danos.

Apesar do Estatuto do Índio⁶⁴, no artigo 2º que discute sobre a política de proteção aos povos indígenas, no item VII, deixar claro o direito participação do índio, em programas e projetos que os beneficiem, não é assim que acontece. O caso Avá-Canoeiro confirma tal fato. Para Granado (2005, p. 114):

Em relação à questão indígena inerente a qualquer empreendimento, o que acontece na realidade é que, quando os índios chegam a ser chamados para conversar sobre as negociações, diretamente ou por intermédio da Funai, já foi estabelecida a política do fato consumado, isto é, a implantação do empreendimento já está determinada e resta saber se há o que mitigar ou compensar e quanto isso vai custar.

Se cada povo indígena é particular, heterogêneo, como avaliar os impactos ao desprezar o próprio povo que vive nesse Território? Sobre a diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil, Granado (2005, p.114-115) considera que:

Considerando a diversidade cultural dos povos indígenas no Brasil, os estudos devem ser aplicados a cada caso, especificamente, pois as interferências terão maior ou menor efeito socioambiental, dependendo de seus usos, costumes, organização social, política, econômica e religiosa, tempo de contato e ainda dos efeitos cumulativos de outros impactos já existentes em seu habitat ou no entorno deste.

Portanto, nem a FUNAI, nem Furnas, considerou a opinião dos índios sobre as disputas e invasões por seu território, nem suas particularidades. Tiveram seus direitos violados pela mesma justificativa que a FUNAI utilizou para a administração do dinheiro pago da indenização: “Não estarem aptos a opinar, escolher, decidir”.

Mais uma vez, os Avá-Canoeiro podem ser chamados aqui de um *“Povo Invisível”*⁶⁵. Não por fugir silenciosamente e sem deixar pistas, para sobreviver como disse Dulce Pedroso (1994), mas por serem desconsiderados enquanto sujeitos que fazem parte dos processos.

Mas, se por um lado a FUNAI foi rigorosa demais com a proteção dessa família por outro lado, se não fosse a FUNAI o que teria acontecido com esses índios frente aos interesses do capital nessa região?

Nota-se que nos últimos anos a relação da FUNAI com os Avá-Canoeiro tem mudado. Os Avá-Canoeiro estão se aproximando mais da outra família na Ilha do Bananal, Jatúlika, Iawi e Niwatima vão sempre lá.

Nakwatxa não gosta de sair da reserva e Matxa não tem condições físicas para sair. Niwatima casou em 2010 com um índio Tapirapé que mora na Ilha do Bananal, passam alguns meses em Tocantins e outros em Goiás, pois ela não gosta de ficar muito tempo longe

⁶⁴ Aprovado pela Lei Nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973.

⁶⁵ PEDROSO, Dulce Maria R. 1994. O Povo Invisível: a História dos Avá-Canoeiro nos séculos XVII e XIX. Goiânia, UCG, 127p.

da família. Estão construindo uma casa para Niwatima na reserva bem próxima a deles, porém todos sentiram muito a saída de Niwatima. Iawi, Jatúlika, Niwatima e o marido Parazim viajam a passeio quando querem; para consultas médicas em Goiânia; vão sempre a Minaçu e participam de encontros que envolvem os Povos Indígenas no Brasil.

Jatúlika entediado com o tempo por não ter muitas ocupações, pediu um emprego ao chefe do posto da FUNAI que o atendeu; ele trabalha em uma das barreiras de proteção da reserva (Posto Indígena), ganha um salário e gasta com que tem vontade, trabalha um dia sim, outro não, quando não sente vontade de ir não é obrigado a nada. O trabalho tem ajudado a conter o nervosismo e ansiedade de Jatulika, que é bastante dinâmico. Em seus depoimentos disse que: *“Gosto muito do meu uniforme, agora eu trabalho ganho dinheiro e protejo nossa terra, aqui ninguém pisa mais”*.

Apesar das falhas, a FUNAI tenta proteger da melhor forma possível a Terra Indígena e os índios, que são surpreendidos direto por invasões de pessoas a procura de caça e pesca, retirada de madeira e às vezes alguns movimentos de pessoas que não receberam a indenização de Furnas.

De que forma os Avá-Canoeiro aparecem nas disputas? O que as instituições defendem? Quais são e para quem são os lucros dessas disputas?

O que resta das disputas e dos conflitos que ainda não cessaram, são seis índios que lutam pela vida, por sua cultura que reconfigura com uma intensidade maior a cada dia, isso nenhum dinheiro paga. O dinheiro pago por Furnas, não traz de volta a vida de seus familiares mortos nos massacres. O que lhes restam são as lembranças de um passado não tão menos violado que o presente.

O capítulo que segue pretende explicar o que chamamos nessa pesquisa de: ***a Resistência dos Bravos.***

CAPÍTULO III

AVÁ-CANOEIRO: ENTRE O LUGAR E O TERRITÓRIO: CORPOS QUE RESISTEM



Foto: SILVA. Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, agosto, 2009

3.1 – O Cerrado brasileiro



Figura 35: Foto do Córrego Pirapitinga que corta a Reserva Indígena Avá-Canoeiro

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, agosto, 2009

Naquela manhã, caminhando pelas trilhas da mata me senti uma formiguinha, os ruídos, as pisadas no chão em cima de folhas mortas entoavam um crek, crek, constante provocando medo. Qualquer barulho para quem não conhece o lugar parece assustador. Iawi ia à frente eu e Niwatima acompanhávamos só por um trecho porque ele não gostava de levar ninguém para caçar. Foram poucos minutos, mas o suficiente para constatar o quão somos inseguros diante o desconhecido. Olhando para aquela imensidão de Cerrado me sentia desprotegida. Em um lugar conhecido por Iawi pediu que parássemos e voltássemos sem questionamentos voltamos para a oca. Aproximadamente 12h00minhs, Iawi retorna da caça sem grandes sucessos, impaciente por não ter pegado nada guarda o facão, e a espingarda e diz que “não vai caçar mais hoje”. Tuia ao ver o marido chateado vai logo acariciar, trocam algumas palavras em Avá-Canoeiro e parece que tudo volta ao normal.

As discussões até o momento destacaram-se, no primeiro capítulo, o Lugar – permeado por um cotidiano de relações e vivência do modo de ser Avá-Canoeiro e, no segundo capítulo, o Território – marcado pelas disputas e pelos conflitos que incidem na Terra Indígena Avá-Canoeiro. Em todos, procedemos à análise teórica permeada da vivência dos índios na pesquisa de campo.

A análise seguirá com o objetivo de enfatizar a importância da Terra Indígena Avá-Canoeiro para o Cerrado brasileiro, sobretudo, para o Cerrado do norte goiano, ao destacar a resistência de um povo reduzido e desrespeitado ao longo de um processo histórico nada gentil com os indígenas no Brasil.

Por que atualmente o bioma Cerrado passou a ser evidenciado, discutido em diversas instituições e movimentos? Qual a importância desse bioma para o Brasil?

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004) o Cerrado em extensão é o segundo bioma brasileiro, abarca uma área de 2.039.387 km². Envolve 11 estados e o Distrito Federal, ao fazer uma interconexão com os outros biomas brasileiros como: Caatinga, Mata Atlântica, Amazônia, Pantanal, Matas de Araucárias.

Sua distribuição inclui as nascentes e parte considerável das três maiores bacias da América do Sul (Paraguai – Paraná, Araguaia-Tocantins e São Francisco; além do Aquífero Guarani um dos maiores reservatórios de água subterrânea do mundo).

O Cerrado é determinado, principalmente, por variações topográficas regionais e formas de relevo, por limitações hídricas e edáficas Motta (2002) e pela sazonalidade pluviométrica, em que mais de 80% da precipitação anual se concentra entre outubro e abril Castro (1994).

É por meio da proteção desse bioma que se pode assegurar um maior volume e a melhoria da qualidade das águas, condições que, hoje, se encontram ausentes em grande parte de nossos mananciais. O que se procura definir com o termo Cerrado não é apenas um tipo vegetação, mas um conjunto de tipos fisionomicamente distribuídos dentro de uma área distinta que temos como limites de um lado o campo limpo⁶⁶ e de outro lado o Cerradão⁶⁷.

A presença de variados ambientes é que atribui, ao Cerrado, o caráter fundamental da biodiversidade. Compreender a distribuição dos elementos da flora e fauna pelos diversos subsistemas e seu ciclo anual é muito importante para uma visão de globalidade, que

⁶⁶ Constitui-se de vegetação herbácea, densa, composta de gramíneas e, alguns arbustos.

Tais campos são encontrados nas encostas, nas áreas de chapadas e nas proximidades das nascentes de água, circundando as bordas de matas galeria.

⁶⁷ É uma vegetação de caráter florestal, com árvores mais desenvolvidas que a dos demais tipos fitofisionômicos. Graças aos solos mais profundos e úmidos ele, também, apresenta algumas camadas de folhas em decomposição.

caracteriza considerar o Cerrado como ambiente produtivo, destinado, também, aos usos do capital.

A partir de 1980, o termo Biodiversidade constituiu-se na agenda e nas pautas de diversas instituições do mundo. Tanto as científicas quanto as políticas e as de gestão, ao empregarem o termo em sua conduta, expressam duas preocupações: o modo como a vida no planeta está sendo tratada; e a maneira pela qual essa vida deve ser pensada, utilizada e desenvolvida. No Brasil, o termo biodiversidade no senso comum normalmente é associado à Amazônia, região que detém uma das mais vastas coleções de espécies animais e vegetais do mundo.

Ocorre, porém, que o bioma Cerrado é bastante rico em recursos naturais diversificados. Este é considerado um dos *hotspots* de biodiversidade no mundo Myers (2000), ou seja, uma das zonas de grande diversidade biológica, ao considerar seus aspectos naturais. O Cerrado é extremamente rico em fauna, flora, muitas espécies de animais e plantas ainda não são conhecidas ou não foram catalogadas.

No que se refere a frutíferas, o Cerrado se apresenta como um dos mais ricos em variedades e espécies. Oferece uma grande quantidade de frutos comestíveis, alguns de excelente qualidade, cujo aproveitamento por populações humanas, ocorre desde os primórdios da ocupação e, em épocas atuais, muitos são aproveitados também de forma artesanal e medicinal.

São exemplos de frutos do Cerrado: Açaí - Ata (Pinha) - Cagaita - Cajazinho – Cupuaçu – Araticum - Mangaba – Caju - Pequi – Jenipapo – Jatobá – Guapeva- Araçá - Ingá, entre outras. A figura 36 mostra alguns frutos do Cerrado:



Figura 36: Fotografias de frutos do Cerrado: (A)pequi; (B)araticum; (C)araçá e (D)mangaba

Organização: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: www.portalbrasil

Recursos vegetais de caráter medicinal, também são abundantes no Cerrado como: canela-de-ema, algodão, agoniada, sangra d'água, pé de perdiz, aroeira, romã, cravim do campo, lixeirinha, buchinha, velame branco⁶⁸ entre outros.

O quadro VI mostra algumas espécies vegetais do Cerrado brasileiro e seu uso na medicina popular:

⁶⁸ Esses nomes de plantas medicinais não são científicos, são populares, geralmente conhecido entre os raízeiros que preparam essas plantas em garrafadas para o comércio e uso próprio.

Quadro VI – Plantas Medicinais do Cerrado brasileiro

NOME	CARACTERÍSTICAS	MEDICINA POPULAR
Copaíba	Madeira indicada para construção, civil, como vigas, caibros, ripas, batentes de portas e janelas, para confecção de moveis e peças torneadas, cabo de ferramenta e vassoura, para carroçarias. Fornece o bálsamo ou óleo de Copaíba, um líquido transparente e terapêutico, usado também como combustível.	O óleo da Copaíba é transparente, de um branco tirante a amarelo e de um cheiro ativo, constitui excelente balsâmico anti-séptico do aparelho urinário. É um poderoso remédio das blenorragias agudas e crônicas, debelando-as com relativa facilidade depois de pouco tempo de uso. Indica-se também contra hemorragias, tosses e bronquites, doenças de origem sifilítica, moléstias de pele, incontinência das urinas, catarro da bexiga, leucorréia, diarréia, disenteria e urticária.
Sucupira-preta	É uma árvore rústica e nativa do cerrado, que possui troncos reticulados de coloração cinza ou castanho. As folhas são compostas, imparipinadas, possuem de 9 a 21 folíolos alternos ou opostos, de coloração verde, margens inteiras e de superfície abaxial pilosa.	A casca da raiz é usada para diabetes e as sementes para sífilis, gota, reumatismo, febres, dermatoses e artrites.
Araticum-do-cerrado	O Araticum-do-cerrado é bem caracterizado pelos ramos e gemas pilosos e ferrugíneos. Seu ritidoma é de coloração bege ou cinza-clara, com cristas e fissuras sinuosas, estreitas e descontínuas. As folhas são simples, alternas, dísticas, de coloração verde sendo que a parte abaxial possui pilosidade do tipo ferrugínea e as margens são inteiras. As flores possuem seis pétalas livres, que se abrem pouco, são carnosas e de coloração creme-ferrugíneas. Três pétalas são maiores e dispostas externamente e as outras três menores e internas. Os frutos são carnosos, podem ter até 2 kg de peso, são de cor ferrugínea e cada fruto possui inúmeras sementes.	As sementes na medicina popular são usadas para diarréia e menstruação, e ainda servem como inseticidas. A casca corticeira é usada como bóia de redes de pescar.
Barbatimão	É uma árvore originária do cerrado brasileiro, predominante no norte e nordeste do Brasil. Seu nome é derivado de um termo indígena que significa a árvore que aperta.	Usa-se, externamente, a casca reduzida a pó no tratamento das úlceras. Internamente, como tônico, emprega-se o cozimento das cascas, que serve também para combater a leucorréia, blenorragia, diarréias, disenterias, hemoptises e outras espécies de hemorragias, inclusive hemorragias uterinas.
Cagaiteira	É uma árvore frutífera nativa dos cerrados de até 10 m de altura, de tronco e ramos tortuosos, casca grossa, fissurada. Os frutos têm formato globoso, bagáceo, cor amarelo-clara, levemente ácido.	Usam-se os frutos, ao natural, para combater as diarréias e disenterias.
Jatobá	Uma árvore com altura entre 15 e 30 m (até 45 metros na amazônia) e tronco que pode ultrapassar 1 m de diâmetro suas folhas têm dois folíolos brilhantes de 6–14 cm de comprimento.	O jatobá é um vegetal dotado de incontestáveis virtudes médicas, usando-se tanto as cascas, como a polpa do fruto e a resina. Emprega-se principalmente a resina, que é uma substância possuidora de maior poder medicinal, sendo muito recomendadas contra as hepatites,

		fraqueza geral, tosse, bronquite, asma, fraqueza pulmonar, laringite, etc. As cascas em cozimento são aconselhadas para combater as hemoptises, hematuria, diarreia, disenteria, cólicas ventosas e várias outras enfermidades.
Pata de Vaca	Árvore pouco usada em arborização urbana devido a seu tronco espinhoso, é no entanto portadora de uma das mais belas flores e folhagem entre as bauínias.	Seu extrato substitui perfeitamente a insulina, chamada desde então “insulina vegetal”, é usada no tratamento de glicosúrias. Usa-se ainda o chá das folhas, como medicação popular na diabetes. A infusão ou cozimento, quando judiciosamente empregada, combate o açúcar na urina, permitindo, destarte, que o diabético possa ter melhor alimentação de hidratos de carbono.
Pau Terra	Possui porte arbóreo podendo alcançar até 30m de comprimento. Estas árvores são hermafroditas, com flores amarelas e vistosas e fruto característico triangular.	Aproveitam-se a madeira e a casca, em cozimento, para o tratamento das feridas, úlceras, doenças da pele, sífilis, etc.
Pequizeiro	É uma árvore nativa do Cerrado. Dele é extraído um azeite denominado azeite de pequi. Seus frutos são também consumidos cozidos, puros ou juntamente com arroz e frango. Seu caroço é dotado de muitos espinhos, e há necessidade de muito cuidado ao roer o fruto, evitando cravar nele os dentes, o que pode causar sérios ferimentos nas gengivas. O sabor e o aroma dos frutos são muito marcantes e peculiares. Pode ser conservado tanto em essência quanto em conserva.	O pequi é de notável poder nutritivo, sendo por isso aconselhável como excelente tônico. Usa-se igualmente nas doenças das vias respiratórias.
Umbaúba	Árvore de 5 a 10 m de altura. Tronco de 15 a 20 cm de diâmetro, ramificado apenas na região superior. Folhas simples, palmatífidas, com incisões que às vezes atingem o pecíolo, formando de 9 a 13 segmentos.	É aconselhado no tratamento da bronquite, tosse, coqueluche e outras afecções vias respiratórias. Tem ação especial sobre o coração, aumentando de modo acentuado as contrações do músculo cardíaco, motivo pelo qual requer muito cuidado.

Organização: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: <http://www.sitecurupira.com.br>

Alguns desses recursos, frutíferos ou não, constituem potenciais fontes de exploração econômica de certa grandeza. Na medicina popular, ganham destaque, cuja pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias viabilizam seu aproveitamento em curto prazo⁶⁹.

A fauna do Bioma Cerrado seguramente é muito rica apesar de pouco conhecida, particularmente os invertebrados. Quanto aos vertebrados, o que se conhece, todos eles são, em geral, listas das espécies mais frequentemente encontradas em áreas de Cerrado.

Entre os vertebrados de maior porte encontrados em áreas de Cerrado, estão: a jibóia, a cascavel, várias espécies de jararaca, o lagarto teiú, a ema, a seriema, a curicaca, o urubu comum, o urubu caçador, o urubu-rei, araras, tucanos, papagaios, gaviões, o tatu-peba, o tatu-galinha, o tatu-canastra, o tatu-de-rabo-mole, o tamanduá-bandeira e o tamanduá-mirim, o veado campeiro, o cateto, a anta, o cachorro-do-mato, o cachorro-vinagre, o lobo-guará, a jaritataca, o gato mourisco, e muito raramente a onça-parda e a onça-pintada. Como mostra a figura 37:



Figura 37: Fotografias de animais do Cerrado (A) veado campeiro; (B) onça pintada; (C) tamanduá-bandeira e (D) ema

Organização: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: <http://www.megadiversidade.com.br>

As espécies insetívoras são variadas é muito comum encontrá-las de setembro a janeiro. Alguns répteis como a iguana, tracajá, calango e a perereca são bastante encontrados.

⁶⁹ Como é o caso do baru que vem sendo inserido no lanche de algumas escolas do norte goiano. O fruto (**baru**) é um legume lenhoso, castanho com uma única amêndoa comestível, que amadurece de setembro a outubro. É nativo da vegetação do Cerrado brasileiro e das faixas de transição da Mata Atlântica para o cerrado (na floresta latifoliada semidecidual). Ocorre nos estados de Minas Gerais (Triângulo Mineiro), São Paulo (norte do estado), Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. **Fonte:** <http://www.megadiversidade.com.br>

Entre as espécies de peixes estão: tucunaré, abotoado, piranha-preta, corvina, cascudo, cachorra e muitos outros.

A maior parte das aves põe seus ovos durante a estação seca, mais especificamente em junho, julho e agosto. As aves campestres estão mais concentradas no início da estação chuvosa. São exemplos de aves do Cerrado: Canindé, gavião carrapateiro, tucano, periquito estrela, papagaio galego, jacu, entre outros.

O Cerrado é um importante bioma. Mas, nas últimas três décadas a agricultura moderna expande-se, de forma acelerada, ao reestruturar o espaço agrário desse bioma em vários aspectos (sociais, culturais, econômicas, ambientais). A incorporação do meio técnico-científico e informacional; ao mesmo tempo; tornou o Cerrado visível o destrói drasticamente em vista de suas áreas propícias para o desenvolvimento capitalista.

Desse modo, essa intensa ocupação tem transformado o Cerrado na principal fronteira de expansão agrícola brasileira e uma das áreas mais ameaçadas pela intervenção humana. Klink & Machado (2005). Para Almeida (2002, p. 04):

A natureza se reinventa na modernidade pelo seu valor. Florestas, matas, manguezais, cerrado e caatinga suscitaram valorizações diversas e até contraditórias na exploração, preservação e conservação. É claro que o valor atribuído a estes lugares está vinculado à consciência que os homens têm de sua relação à natureza: de recurso, principalmente econômico, domesticada, espetáculo e/ou exibição e inesgotável; ao contrário, nesta relação ela pode ser ainda, empecilho, selvagem e precível.

Na afirmação de Almeida (2002), a natureza passa ser medida – e essa medida tem valores econômicos. O fato é que a velocidade do uso, o modo como é usada e as intenções para qual servem o uso da biodiversidade do Cerrado são objetos que devem ser investigados.

Manter o Cerrado vivo é garantir a vida em equilíbrio das espécies. A destruição de algumas espécies pode provocar o aumento populacional de outras, ao gerar; assim, desequilíbrios com conseqüências danosas a todos que habitam um determinado local. Albagli afirma que:

A biodiversidade não consiste, portanto, tão-somente em um conjunto somatório de seres vivos, mas em um sistema cujos componentes mantêm relações de interdependência e de complementaridade, e cujo equilíbrio das partes afeta do todo e vice-versa (1998, p.63).

A perda do equilíbrio ecológico das espécies agride sua reprodução e sobrevivência. Os novos modelos de produção além de provocar esse desequilíbrio poucos cumprem as obrigações e leis ambientais. O que garante espécies cada vez mais ameaçadas de extinções.

A modificação da natureza tem causado grandes impactos na vida dos sujeitos que habitam os lugares. A maior destruição do Cerrado tem sido motivada pela expansão do capitalismo no campo e a exploração de todos os seus recursos de forma exagerada e inescrupulosa. É importante ressaltar que a expansão do agronegócio e hidronegócio têm impactos significativos para este bioma no que se refere nos aspectos sócio-ambientais.

Os sujeitos que detém o capital para esses investimentos, reestruturam uma nova configuração espacial e produtiva e gera conflitos de várias ordens diretos e indiretos, visíveis e não invisíveis, ao estabelecer novas relações: sujeitos do lugar que saem para viabilizar a entrada de novos agentes; estabelecendo novas relações entre urbano e rural e sujeitos que permanecem prestando serviços para esses novos agentes que, infelizmente, remodelam a cultura local e incorporam novas manifestações culturais.

Quem sofre com esses impactos além da natureza são os sujeitos que, de certa forma, contribuem muito mais para a morte do que para a vida do bioma Cerrado. Se os sujeitos sepultam o Cerrado o que serão de suas vidas?

Se os estudos iniciais da Geografia consideravam a dicotomia entre o homem e a natureza, hoje essa afirmativa tornou-se insustentável porque o homem é a natureza e a natureza é o homem - as vidas estão inteiramente relacionadas. Sabe-se das modificações do bioma Cerrado - diante o uso e ocupação intensa pode ter um fim trágico de extinção. Existem diversas intencionalidades de apropriações do Cerrado brasileiro, que estão relacionadas aos fins produtivos que atendem demandas internas e externas.

O texto segue com o propósito de refletir sobre alguns exemplos distintos desses usos e as preocupantes perspectivas de futuro para toda essa região.

3.2 - Contexto histórico do Cerrado goiano



Figura 38: Foto (A): Vista parcial do Cerrado goiano; Foto (B): Colheita de cana-de-açúcar na cidade de Quirinópolis/GO

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

[...] A transformação toca as veias das árvores do Cerrado. O sangue, a vida é tão inerte com o movimento do capital. O que será das estrelas? [...]

O território brasileiro foi apropriado e ocupado de forma desigual. Nesse sentido, várias foram as etapas desse processo que se desenvolveu em função da ampliação do capital. Cada etapa seguiu preceitos e interesses econômicos inerentes sempre à usurpação total de recursos e apropriação imediata de tudo que se transformasse em lucro. Um lucro a qualquer custo.

A economia brasileira de 1930 a 1980, com a inserção cada vez mais constante do capitalismo, passou por várias mudanças estruturais, entre elas a criação de diversidades industriais relativas a bens de produção e consumo durável e, sobretudo uma autonomização de acumulação do capital. No final da década de 1970, o Brasil passou a ter uma economia diversificada, contando com o apoio do Estado, das políticas públicas e dos recursos fiscais.

Várias incorporações surgiram devido à ocupação produtiva do território. Revelando as contradições que marcaram os diversos lugares nacionais, com características peculiares, ao assinalar, dessa forma, as faces territoriais das ocupações, das produções, do uso e da apropriação.

Essas mudanças estruturais da economia brasileira, não aconteceu de forma homogênea em todos os Estados, apresentando diferenças na implementação em cada região, por vários motivos, entre eles a abertura comercial e financeira e os investimentos do capital interno e externo em cada uma, o que causou as desigualdades regionais.

No caso do Território goiano, esse processo de organização e reorganização territorial ocorreu por diferentes momentos de expansão de fronteiras. Nos anos 1727 do século XVIII, a ocupação pelo ouro, com o surgimento dos primeiros arraiais e o arremedo de vida urbana principalmente em Vila Boa, Meia Ponte e Santa Cruz, cabeças de julgados importantes desse período. Nesse século, ocorreu a ocupação e o povoamento de Goiás, devido ao descobrimento de minas de ouro, Palacin (1994).

A partir do século XIX, com o esgotamento do ciclo aurífero, a ocupação do sul por migrantes de Minas Gerais e São Paulo, atraídos pela enorme quantidade de terras desocupadas, a principal atividade econômica passa a se constituir da criação extensiva de gado, surgindo outras atividades de utilização territorial, ampliando mais ainda as fronteiras e dizimando também maior quantidade de índios que eram, então, entraves ao desenvolvimento.

Em todos os ciclos, o ideário que permanece é de que sempre os recursos oriundos do território seriam exauridos para finalidades lucrativas e extrativistas, ao negar qualquer possibilidade de recuo, principalmente no que concerne à apropriação indébita dos bens indígenas. A partir da segunda década do século XX, a construção da Estrada de Ferro em

Goiás propiciou uma maior integração da região à economia nacional, principalmente na região de Catalão, Goiandira e Anápolis.

A agricultura, assim como a pecuária, passou a organizar-se em bases capitalistas, visando o mercado consumidor do Centro-Sul. Tal fato propiciou, em termos sociais e econômicos, que a década de 1930 fosse como afirma Chaveiro (2001, p. 133): “marco divisório de um padrão territorial que estava sendo inaugurado no país, de que Goiás, necessariamente, receberia os impactos e participaria de maneira decisória” Na década de 1940, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres (CANG) e na década seguinte, com o processo de interiorização da política brasileira com a transferência da capital, houve uma dinamização da região mato-grosso goiano; que passa a se inserir na economia de mercado.

Aos poucos a ciência, as técnicas acompanhadas com as novas tecnologias, a revitalização industrial acelerando o processo produtivo, a reconfiguração da mão de obra, os investimentos em todos os setores da economia goiana foram sendo incorporadas nos anos seguintes – 1950/1960, quando promoveu uma transformação na base técnica da agropecuária com a Revolução Verde⁷⁰.

O novo padrão territorial de “modernidade” e globalização com a implantação de novas tecnologias atingiu o Estado de Goiás, alterando sua dinâmica política, econômica, cultural e principalmente ambiental⁷¹, pois é uma conquista que se faz a qualquer preço, não validando, na maioria das vezes a questão ambiental.

Como afirma Mendonça (2004 p. 205): “A partir desse momento pode-se dizer que a matriz espacial de Goiás é a modernização”. Essa concepção de transformação e de desenvolvimento foi à mola propulsora da política goiana nos primeiros anos da década de 1960/1970.

O Estado de Goiás foi bastante atingido com essa nova dinâmica da economia, alterando sua política econômica principalmente nos aspectos relacionados à integração do Estado ao mercado nacional e internacional. Essas mudanças em Goiás foram mais intensas a partir de 1970, já que em 1960 era ainda uma região de “fronteira”, com uma economia “isolada” e com poucas relações com as demais regiões.

⁷⁰ Transformação na agricultura, a partir dos anos 1950, acarretada pela injeção de tecnologia básica e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas que asseguraram condições para que as novas cultivares alcançasse altos níveis de produtividade, dando surgimento às sementes de Variedades de Alto Rendimento – VAR. Essas sementes vieram substituir as chamadas sementes crioulas, até então bastante utilizadas na agricultura tradicional.

⁷¹ Ao passo que o Cerrado vem sendo ocupado por esses novos modos de produção capitalista que se resume, sobretudo no lucro, ele vem sendo destruído drasticamente.

Com as políticas de desenvolvimento para amenizar as desigualdades regionais, entre elas o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), realizado em 1970; os incentivos fiscais, financeiros e cambiais; a expansão da fronteira agrícola; o incentivo às exportações e investimentos; a intensificação do processo de urbanização; a criação de Brasília e as construções de rodovias para as regiões Norte e Centro-Oeste e outras políticas nacionais e locais, fez com que a produção agrícola em Goiás sofresse importantes avanços e novas reconfigurações.

Outro fator decisivo que mudou a história da economia goiana foi a correção da acidez dos solos em 1970 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)⁷², em que as extensas áreas de Chapadas do Centro-Oeste brasileiro e, neste caso específico de Goiás, tornaram-se celeiros de *commodities*⁷³ de soja, algodão, milho e recentemente a intensificação das áreas destinadas a cana-de-açúcar impulsionadas pelo modelo brasileiro de biocombustíveis.

O Cerrado goiano, ao receber inúmeros investimentos, passou a ser reconhecido como possuidor de terras férteis. A mecanização tornou-se viável - com uso intensivo de máquinas agrícolas e adaptação das sementes ao solo, com o auxílio da engenharia genética.

De acordo com Pereira e Filho (2003, p.16):

A produção agrícola do Estado de Goiás sofreu um importante avanço com este conjunto de incentivos, com o aumento da produção dos principais produtos agrícolas: na comparação entre os anos de 1970 e 1985, a soja passou de uma produção de 10. 219 toneladas para 847.510 toneladas, o milho cresceu de 547.432 toneladas para 1. 719. 918 toneladas, a cana-de-açúcar passou de 219.530 toneladas para quase 5.000.000 de toneladas, esta beneficiada pela evolução da produção de álcool a partir de 1982; finalmente o algodão também aumentou de produção, porém apresentou momentos de crise no decorrer da década de 1970, voltando a crescer a partir de 1985.

A composição da economia do estado de Goiás está baseada na produção agrícola, na pecuária, no comércio e nas indústrias de mineração, alimentícia, de confecções, mobiliária, metalurgia e madeireira. Agropecuária é a atividade mais explorada no estado.

Nos anos de 1980, 1990, Goiás passou a desenvolver especializações no setor primário e secundário da indústria e da agroindústria que teve seu destaque na produção de alimentos, o Estado começa uma abertura comercial ao exterior, marcando um período da

⁷² Empresa Brasileira de produtos agropecuários.

⁷³ Commodities (significa mercadoria em inglês) pode ser definido como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As commodities são negociadas em bolsas mercadorias, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional.

chamada “guerra fiscal”, isto é a disputada entre Estados e municípios pelos novos investimentos privados, mediante a utilização de renúncia fiscal.

Na segunda fase, de 1990 a 1999, há uma modificação na abrangência das políticas setoriais e uma subordinação às políticas macroeconômicas, o mercado passa ser centro das relações. Porém, os subsídios são contidos pela necessidade do equilíbrio fiscal, a inflação aumenta e muitos objetivos de longo prazo planejados pela política de desenvolvimento regional, foram modificados para atenderem um curto prazo.

Goiás tornou-se um território que obedeceu às demandas do mercado internacional. Conseguiu se integrar ao processo de globalização, processo este, muitas vezes, perverso, como argumenta Santos (2000, p. 38), nesta dinâmica globalizante: “há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado; enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social”.

Nos últimos anos, o crescimento econômico em Goiás só aumentou e a resignificação do Cerrado goiano tornou esse território alvo de disputas de várias ordens. Portanto, o que o valoriza, também, o destrói drasticamente, já que essa valorização está voltada ao lucro e a produtividade que arrasa e extermina constantemente as áreas de Cerrado. Para Chaveiro (2008, p. 89):

Em síntese, a perspectiva economicista valoriza o cerrado apenas pela patente econômica fundada no critério de rentabilidade para qual o destrói enquanto vida. Por isso, a visão economicista é mórbida, fragmentadora, utilitarista. Impõe a vida para a economia. Não uma economia para a vida.

Diante dessa afirmativa, é importante considerar que tanto o crescimento, o desenvolvimento, o uso, a ocupação como a destruição que vem se intensificando cada vez mais no Cerrado goiano foi e é um processo longo, heterogêneo em tempos e espaços distintos. Se por um lado existe uma ocupação de núcleos antigos que vem desde o fim da mineração, por outro há uma incorporação de terras ao processo produtivo com uma ocupação no sentido sul-norte.

Assim, as regiões do estado situadas mais próximas aos centros dinâmicos da economia nacional foram primeiramente ocupadas. As regiões situadas na porção norte do território goiano somente foram ocupadas a partir das décadas de 1970 e 1980. Foram essas ocupações que deram origem ao desenvolvimento distinto e desigual das duas porções do Estado.

Enquanto o sudoeste goiano tem suas bases econômicas nas atividades geradas pelo *agronegócio e hidronegócio*, e uma intensificação do uso do solo causando várias reconfigurações no Cerrado, o norte é ainda uma região que sofre pouca pressão do capital, tendo o Cerrado bastante preservado, sendo possível encontrar todas as fitofisionomias desse bioma.

O desenvolvimento diferenciado do sudoeste goiano se deu pela forte presença do Estado quando desenvolveu as políticas de desenvolvimento regional, recebendo uma série de políticas gerais e específicas que modificaram a economia da região entre elas o crédito rural; a política de preços únicos de combustíveis; o subsídio para o óleo diesel possibilitando o custo dos fretes; a redução dos custos da produção agrícola através da mecanização e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO).

O POLOCENTRO foi uma política específica que teve como objetivo desenvolver pólos de desenvolvimento que tinham potencial para a expansão da agropecuária. O programa selecionou áreas específicas para atuação e, posteriormente, forneceu crédito altamente subsidiado a todos os produtores que desejassem investir em exploração agropecuária empresarial Gobbi, 2004.

A partir de todos esses investimentos, sobretudo no impulso da produção agrícola, o Sudoeste de Goiás passou a ter uma grande participação na produção total do Estado sobre os principais produtos agrícolas, soja, milho, sorgo, feijão e a cana-de-açúcar, voltada a produção do etanol.

Nos últimos anos, intensificou-se a instalação de empresas agroindustriais, constituindo-se em um complexo industrial que reúne a comercialização de insumos e bens de produção para a agricultura, seu processamento e comercialização, o chamado *agronegócio*.

O agronegócio é o conjunto de atividades que concorrem para a elaboração de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos até o produto final. As empresas que produzem agregam as ações de produção, distribuição de suprimentos agrícolas, operações de produção nas unidades agrícolas, armazenamento, processamento, distribuição de produtos agropecuários, agroflorestais e agroindustriais.

Atentos a tantas potencialidades⁷⁴, os investidores transformaram o Sudoeste em um grande produtor de grãos. A soja e o milho foram selecionados, juntamente com a pecuária, como produtos de destaque regional, bem como a mineração e a silvicultura. Para Arrais (2002, p. 167):

⁷⁴ Infra - estrutura; mão de obra barata; relevo plano; solos férteis; boa fonte de recursos hídricos; baixos custos, entre outras.

A região Sudoeste foi preparada intencionalmente para o progresso, para o mandar e para o fazer, numa escala que vai além dos limites da própria região. É do fazer porque lá a produção acontece. É do mandar, se considerada a escala regional, pois a força do grande capital é capaz de ordenar a produção nesse espaço regional.

Nos municípios de Mineiros, Jataí, Serranópolis, Santa Helena de Goiás, Rio Verde, entre outros, observa-se que há uma apropriação com elementos da Ciência, da Técnica, da Informação e da reprodução ampliada do capital, incorporada pelo agronegócio que cresce aceleradamente em vários lugares.

Assim, as paisagens da região sudoeste estão limitadas a plantações de cana-de-açúcar, soja, milho, algodão, sorgo – áreas de pastagens - granjas e galpões de silagem, entre outras, e afetando sensivelmente o ambiente e as populações locais que são reorganizadas em nome do capital. Como mostra a figura 39:



Figura 39: (A) Foto de uma colheita da cana em Serranópolis; (B) Foto de uma plantação de sorgo em Jataí; (C) Foto de uma plantação de milho em Rio Verde e (D) Foto de uma plantação de soja em Mineiros

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, junho, 2008

Atualmente, o Sudoeste goiano é uma região pioneira do agronegócio e se destaca como um local de atração de projetos agroindustriais do Estado. Estes projetos demandam grande quantidade de matérias-primas, como grãos, frangos e suínos, e levam a um uso mais intenso das terras dos municípios dessa região, o que promove uma rápida destruição de áreas nativas.

As atividades do agronegócio dependem completamente da água disponível para a produção. Por isso o hidronegócio que são os negócios criados a partir da utilização comercial e do valor econômico da água está interligado ao agronegócio, afinal em todo processo produtivo a água é fundamental de forma direta ou indiretamente. O hidronegócio está presente na produção de alimentos, no suprimento de água potável, no saneamento, na

geração de energia, no turismo de águas minerais e termais, na irrigação e em vários outros processos.

Em verdade, a região sudoeste foi à escolhida para o celeiro de produção do Estado por apresentar vários fatores de vantagens para os investidores entre eles: produtores rurais dispostos a incorporar a base tecnológica exigida; incentivos governamentais (federal, estadual e municipal); uma boa logística para a escoação da produção; mão-de-obra barata; sobretudo, é uma região com grande disponibilidade de terras e de recursos hídricos.

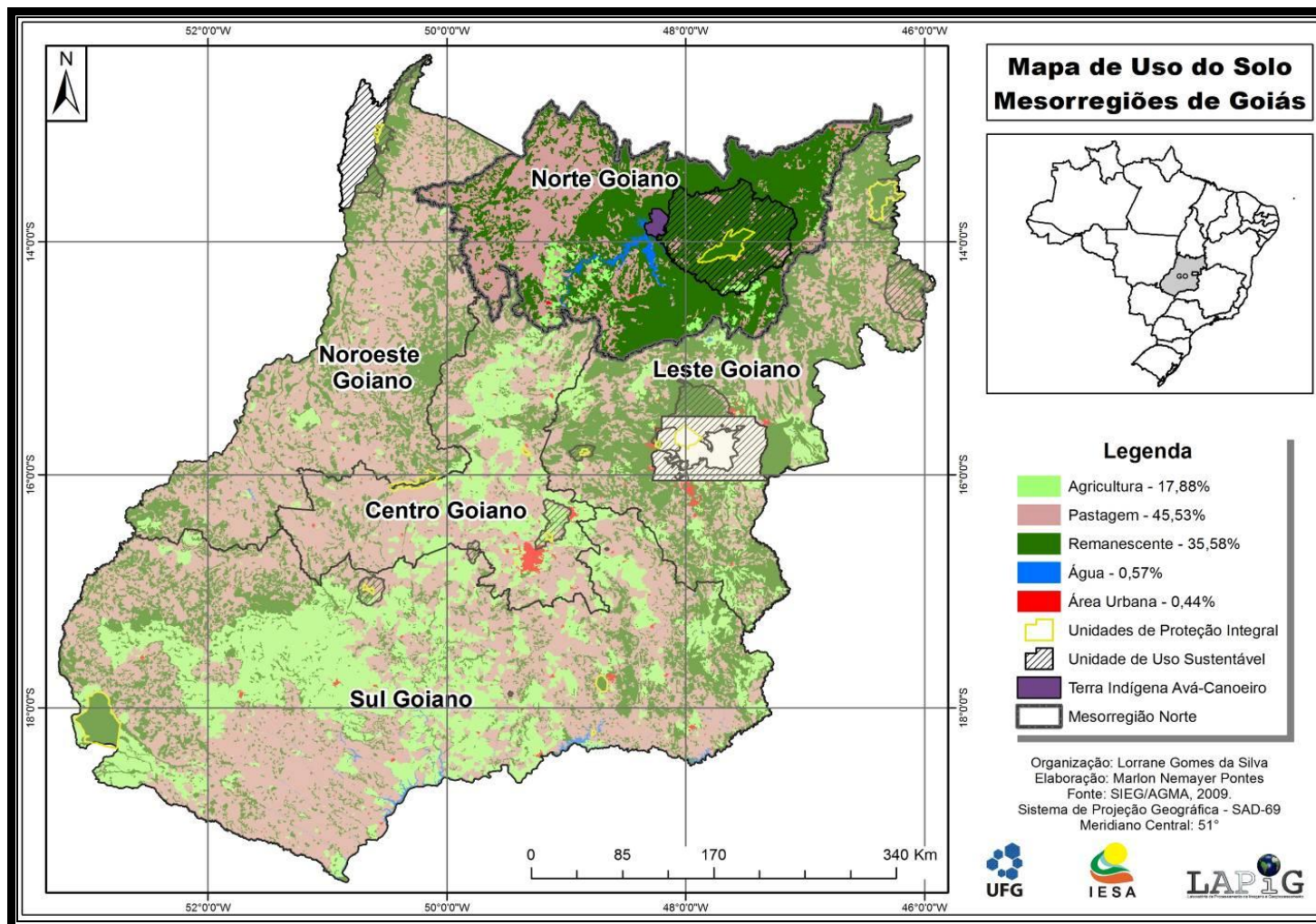
Em contraposição com o sudoeste goiano, o norte de Goiás região de estudo nessa pesquisa, onde está centrada a Terra Indígena Avá-Canoeiro tem suas particularidades paisagísticas, econômica, socioespaciais e culturais. De acordo com Almeida (2005, p. 333):

(...) no Norte algumas particularidades paisagísticas e socioespaciais o diferenciaram das demais do território goiano. O predomínio das formas serranas, o relevo formado por vales e chapadas, com vales de rios extremamente encaixados e as rupturas de declives favorecendo o aparecimento de inúmeras quedas d'água e cachoeiras e, em direção ao Nordeste Goiano, a existência de relevo caustico com inúmeras cavernas e grutas.

No Norte de Goiás, Campinorte, Chapada dos Veadeiros, Uruaçu, Niquelândia, Campos Belo, Formoso, Teresina de Goiás, Porangatu, Colinas do Sul, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Alto Paraíso, Colinas do Sul, Minaçu; o agro-hidronegócio ainda não “invadiu”, por vários motivos, entre eles de logística; o relevo muito ondulado; solos ácidos⁷⁵.

O norte é caracterizado por atividades predominantemente tradicionais como extensas áreas de pecuária extensiva. Apesar das intensas atividades de monoculturas, pecuária extensiva e da indústria biofarmacêutica. Essa porção do estado “guarda” grande parte do bioma Cerrado, parcialmente preservado em relação a outras regiões, como mostra o mapa 05:

⁷⁵ O custo para a correção do solo é muito alto;



Mapa 5: Uso do Solo das Mesorregiões de Goiás

O mapa 05 mostra que o norte goiano é a região mais preservada de Cerrado já que a porção sul e sudoeste do Estado foi significativamente alterada à medida que fauna e flora deram lugar a extensões consideráveis de monoculturas, pastagens, máquinas, barracões de criação de aves e suínos.

Há um relato interessante que amplia esta discussão sobre a destruição do meio ambiente na região mais desenvolvida do Estado de Goiás. É um diário de viagem, escrito em 1896 pela escritora e pianista Augusta de Faro Fleury Curado (1865-1929) intitulado *Do Rio de Janeiro a Goyaz – 1896 – A viagem era assim*, publicado postumamente nos anos de 1960 por sua filha Maria Paula Fleury de Godoy (1894-1982).

Nele, em tons líricos e nostálgicos, a autora descreve a exuberância da paisagem entre o povoado de Campininha das Flores de Goyaz e o nascente povoado de Goiabeiras, em que o carro de bois onde estava, caminhou por dentro de uma orla de mata fechada, sem ver o sol durante todo o percurso. Era somente mata fechada toda a área que compreende hoje a distância entre as cidades de Goiânia e Inhumas.

É abissal a diferença, portanto, em cem anos. Tudo foi destruído em nome de um “discutível” progresso. Grande parte do Cerrado vem sendo “invadida” pela reprodução ampliada do capital moderno, reconfigurando as paisagens e remodelando o território que passa a ter mais atores de disputas e interesses.

O norte goiano ainda é pouco pressionado pelo capital, o que justifica a preservação dessa porção de Cerrado, juntamente com uma biodiversidade rica e a permanência de diversas comunidades tradicionais vivendo na região.

No norte está uma maior parte da população quilombola, a família indígena Avá-Canoeiro e encontra-se: parteiras; benzedadeiras; curandeiros; raízeiros, entre outros sujeitos que carregam em suas vidas o enraizamento de sua cultura e a permanência de práticas culturais milenares. Para Almeida:

A preservação das identidades e dos valores culturais, o enraizamento à terra aparecem como suportes da biodiversidade, da resiliência e da complexidade do ecossistema. São as populações que habitam as matas, cerrados e caatingas e as áreas rurais onde se expressa sua cultura ecológica, que têm condições de manter a base de recursos, como legado de um patrimônio histórico e cultural (2003, p. 75).

Porém, tal fato só se justifica quando os lugares não são extremamente explorados pelo capital, que de certa forma, quando entra, desapropria povos, devasta áreas, enterram veredas, mudam percursos de rio, criam quaisquer tipo de mecanismos com toda a técnica e

tecnologia existente que irão favorecer aos empreendimentos. Apesar das leis, vários sujeitos são desrespeitados e violados de seus direitos nas mais diversas apropriações do capital.

Se por um lado a valorização do sudoeste goiano faz com que a região seja umas das grandes referências produtivas do país, destruído drasticamente o Cerrado que de certa forma vem sendo substituído por grandes lavouras; por outro lado, a preservação do norte goiano o torna um rico filão para futuros investimentos, uma “poupança” ambiental para empreendedores do capital financeiro nacional e internacional. Até quando o Cerrado do norte goiano se manterá preservado? Essa é uma questão que só o tempo poderá dizer.

O próximo item discutirá a importância da Terra Indígena Avá-Canoeiro para o Cerrado do Norte goiano.

3.3 - Avá-Canoeiro: Guardiões do Cerrado do norte goiano



Figura 40: Foto parcial do Cerrado do norte goiano

Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

Fonte: Trabalho de campo, maio, 2009

[...] Por árvores entorpecidas de curvas sincronizadas, o Cerrado respira belas paisagens e passagens de um bioma forte e destemidas [...]

A proteção constitucional dos Povos Indígenas tem seu início com a Constituição Federal de 1934 no seu artigo 129, em que desde já legitima o direito à posse das terras por eles ocupadas permanentemente, e veda a alienação. De acordo com o Art. 129: “Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”.

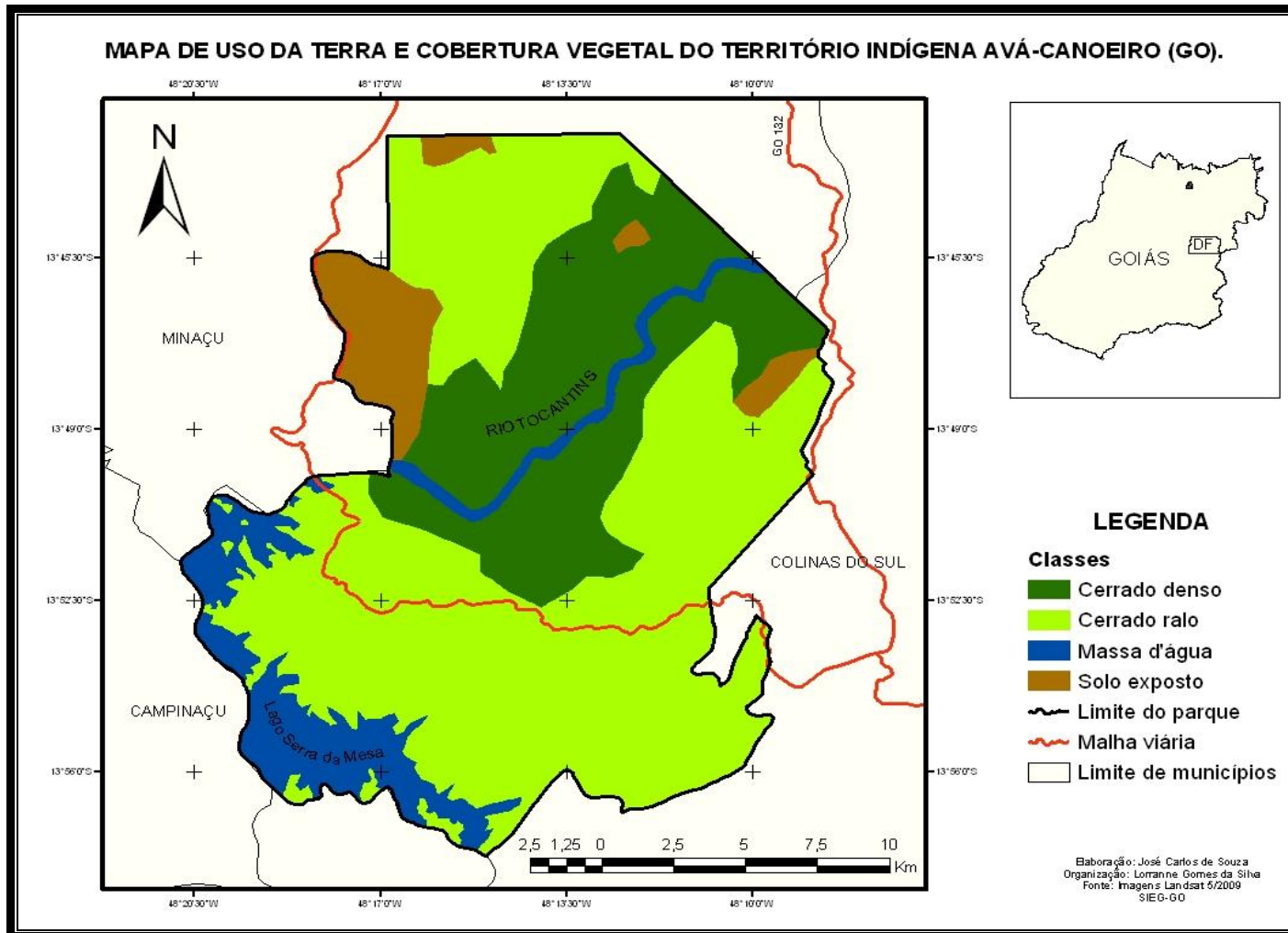
A Constituição Federal de 1988 define que as Terras Indígenas, apesar de serem bens da União, são de posse permanente dos índios, bem como o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Com relação à conservação ambiental, as Terras Indígenas, apesar de não serem consideradas Unidades de Conservação (UC) pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC são de extrema importância. Algumas estão sendo incluídas e utilizadas como corredores ecológicos por causa de sua localização, abrangência e quantidade como é o caso da Terra Indígena Avá-Canoeiro.

Dessa forma, a Terra Indígena Avá-Canoeiro é uma importante área de preservação do Cerrado do norte goiano. São 38 mil hectares e os índios têm o direito pela posse da terra, de acordo com as prerrogativas legais da lei federal 6.001/73.

Os Avá-Canoeiro, ao garantirem esse território para a etnia, estão de certa forma mantendo a biodiversidade da reserva, já que o pequeno número de pessoas não altera as formas de uso e manejo. Dessa forma, são “*Guardiões do Cerrado*” por dois fatores: jurídico e cultural.

A Terra Indígena Avá-Canoeiro é muito rica em biodiversidade, é possível notar a presença de todas as fitofisionomias do Cerrado, como mostra o mapa 06, desde o campo limpo ao Cerradão, tal fato a faz uma porção de Cerrado preservada já que em quase todas as outras regiões do Estado é possível encontrar apenas fragmentos dessas fitofisionomias.



Mapa 6: Uso da Terra e cobertura vegetal do Território Indígena Avá-Canoeiro

De acordo com o mapa e com estudos feitos na região as principais categorias fitofisionômicas encontradas na reserva são a mata de galeria, notadamente às margens do rio Tocantins e nos fundos dos vales; a mata mesofítica, o cerrado típico, o campo cerrado e capoeiras, e constitui uma das últimas fronteiras do cerrado norte goiano. Estas distinções estão relacionadas, principalmente, às diferenças pedológicas, geomorfológicas, climatológicas e topográficas Ribeiro (1998).

Na reserva é possível encontrar uma variada fauna e flora a exemplo de lobos guará, tatus, tamanduás, cotias, pacas, antas, capivaras, quatis, várias espécies de pássaros e cobras; uma ampla variação botânica⁷⁶ que vai desde árvores frutíferas, plantas medicinais a árvores madeireiras (madeira de lei) como: lixeira, pau-terra, pequi, pau-de-santo, barbatimão, quimera branca, murici, mangaba, puçá, tucum, xixá, jatobá, pinhão, buriti, graviola, jatobá, tamboril, tarumã, aroeira, angico, buriti, Alfafava, cagaita, orelha de moça, pinhão, açai - cajazinho – cupuaçu – araticum, caju – pequi, jenipapo – Jatobá – guapeva- Araçá, ingá, entre outras.

Os Avá-Canoeiro são profundos conhecedores do seu ambiente, plantas e animais, ao nomear as várias espécies. Oliveira & Duarte (2004, p. 128), afirmam que: “Os povos indígenas do cerrado possuem, além da relação de respeito com a natureza, um enorme conhecimento das espécies desse bioma”. Eles associam as estações do ano e as fases da lua com o clima, a fauna e a flora da região em que vivem. Para eles, cada elemento da natureza tem um espírito protetor.

Matxa, em uma de suas narrativas, contou que as ervas medicinais eram preparadas em obediência a um calendário anual bem rigoroso, fato que foi, no passado, estudado pela historiadora goiana Amália Hermano Teixeira (1916-1991) sobre os índios de Goiás.

Em virtude da prática de observação da lua, os Avá-Canoeiro conhecem e utilizam suas fases na caça, no plantio e no corte da madeira. Para Iawi a melhor época para essas atividades é entre a lua cheia e a lua nova (lua minguante), pois entre a lua nova e a lua cheia (lua crescente) os animais se tornam mais agitados devido ao aumento de luminosidade.

Porém, os Avá-Canoeiro, devido ao número reduzido de pessoas, utilizam pouco dos recursos do Cerrado disponíveis na reserva para sua sobrevivência; ao realizar a coleta de

⁷⁶ Esses dados foram coletados durante o trabalho de campo na entrevista com o chefe de posto da FUNAI, responsável pela reserva e pelos Avá-Canoeiro, segundo ele não existe esses dados publicados ainda. É importante ressaltar também que os nomes são populares não científicos.

frutos, caça, pesca; coleta de ervas medicinais; coleta de madeira, folhas de algumas espécies como buriti, para cobrirem sua oca, como mostra a figura 41:



Figura 41: (A) Foto de um peixe pescado por Iawi com lança; (B) Foto de Nakwatxa coletando lenha para o almoço e milho da roça; (C) Foto da construção da oca de Niawatima
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da
Fonte: Trabalho de campo, março, 2009

Assim, no que diz respeito à utilização dos recursos naturais para a garantia de sua sobrevivência constatou-se que as práticas dos Avá-Canoeiro são sustentáveis. Porém, mesmo a Terra Indígena sendo protegida por lei, não deixa de ser pressionada pelo capital, primeiro pela Usina de Serra da Mesa que apropriou de parte dela e depois por instituições internacionais que se interessam na biodiversidade da região e pelas comunidades tradicionais possuidores de saberes milenares.

O futuro da família Avá-Canoeiro é incerto, a proteção de sua Terra também, já que as leis no Brasil existem mais são violadas muitas vezes por um preço insignificante diante dos danos causado na vida dos sujeitos.

Essa área “preservada” é um privilegio para o capital ou para os Avá-Canoeiro? Por que Furnas não interferiu ou interfere na legalização (homologação) definitiva da Terra Indígena Avá-Canoeiro? Até quando essa porção de Cerrado não será capturada pelas entranhas do capital?

Mesmo com o amparo da lei, os povos indígenas têm dificuldades de permanecerem em seus territórios, muitas vezes são desapropriados de quase todo. Qual o mecanismo que o Estado dispõe para garantir a permanência do índio no seu território? Por que nem com o amparo da lei muitas vezes são violados de seus direitos? Quem garante o modo de vida, a cultura, os costumes, a língua, a permanência e a existência dos Avá-Canoeiro em sua Terra? Sabe-se que esse povo corre um grande risco de extinção devido ao

diminuto número populacional. O que acontecerá com esse território no futuro - com a ausência dos Avá-Canoeiro? Os Guardiões do Cerrado estão guardando para quem essa porção do Cerrado.

3.4 – Avá-Canoeiro: a Resistência dos Bravos



Figura 42: Foto de Matxa
Fonte: Trabalho de campo
Agosto de 2009
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da



Figura 43: Foto de Nakwatxa
Fonte: Trabalho de campo
Agosto de 2009
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da



Figura 44: Foto de Tuia e Iawi
Fonte: Trabalho de campo
Agosto de 2009
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da



Figura 45: Foto de Niwatima e Jatúlika
Fonte: Trabalho de campo
Agosto de 2009
Autora: SILVA, Lorraine Gomes da

[...] Minhas palavras se resumem nesse momento em agradecimentos a vocês Avá-Canoeiro: Matxa, Nakwatxa, Tuia, Iawi, Niwatima e Jatúlika. Pela oportunidade de adentrar em suas particularidades, no cotidiano e na vida de vocês. É com imenso respeito que agradeço e abraço a todos por patas de borboletas como Niwatima me ensinou [...]

Existem poucas pesquisas sobre os Avá-Canoeiros, sobretudo da época dos massacres. Pedroso (1992) explica que, devido à carência de dados históricos, não se pode precisar o contingente populacional dos Avá-Canoeiro, desde que foram inicialmente noticiados em Goiás.

Segundo Toral (1984), a estimativa mais antiga é a de 1824 quando foi apontada a existência de trezentos “guerreiros”. No primeiro livro didático goiano que explorou a geografia de Goiás, escrito em 1934 por Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro (1900-1986), os Avá-Canoeiro eram apontados como “bichos perigosos”.

Essa concepção que era ensinada nas escolas goianas nos anos de 1930 já vinha de séculos, e consideravam não só os Avá-Canoeiro mais outras etnias goianas como “animais selvagens”. A figura 44 mostra uma das primeiras expedições goianas em que os índios eram capturados pelos não-índios para serem “doutrinaados”:

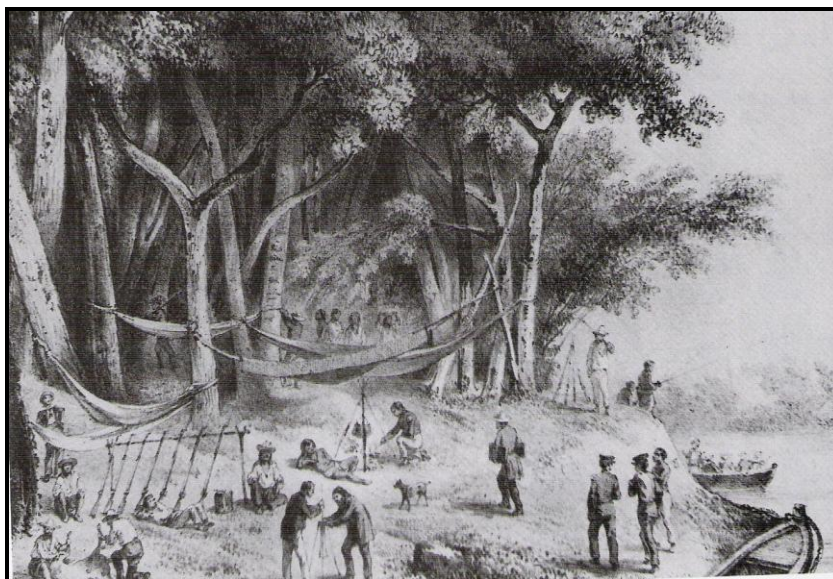


Figura 46: Foto: “Acampamento no Araguaia” de Francis de Castelnau
Fonte: Publicado em *L'Expedition dans les parties centrales de l'Amerique du sud: de Rio de Janeiro au Pará*. Paris: Lemerrier, 1852

Na documentação do século XVIII, os Avá-Canoeiro foram freqüentemente denominados de “canoeiros” ou “índios de canoa” (Pedroso, 1992; Toral, 1984/1985; Tosta, 1997). Constam nesses registros que de todos os indígenas que habitaram o Estado de Goiás, os Avá-Canoeiro estavam entre os mais temidos, porque resistiram e reagiram bravamente tanto à dominação colonizadora que lhes era imposta quanto à política indigenista do período, que tinha como propósito a ocupação das terras dos povos indígenas e seu aliciamento em aldeamentos oficiais.

Os Avá-Canoeiro estavam sempre em constante conflito com o colonizador e eram considerados, inicialmente, “o perigo execrado” Bertran, (1998, p. 24). Foram também designados em livros, relatórios e documentos oficiais como “ferozes”, “indomáveis”, “temíveis”, “arredios” e “avessos ao contato e ao processo catequético”, embora detentores de grande inteligência e sagacidade. Segundo Pedroso (1990), esses conflitos foram intensos e duraram de 1770 até 1860.

Como estratégias de sobrevivência, interrompiam a comunicação entre cidades e vilas, ou atacavam e destruíam arraiais, povoados e fazendas, ao se recusarem a aceitar o contato pacífico, e com o objetivo de permanecer autônomos e manter afastado de suas terras “o inimigo explorador” (Toral, 1984/1985; Pedroso, 1990). Este vinha em busca de mão-de-obra escrava indígena para o comércio açucareiro nordestino e para o trabalho nas lavouras e nas minas.

Os Avá-Canoeiro não aceitaram a aproximação com as frentes de expansão que avançavam sobre seu território e, desde então, passaram a ser perseguidos e massacrados. Ao fugir e se esconderem dos massacres os Avá-Canoeiro tornaram-se exímios na arte de se ocultar, técnica usada, ao que se sugere como estratégia de sobrevivência.

A cada embate, se reorganizavam na tentativa obstinada de reconstruir seu modo de vida, adaptado à nova realidade, com um número cada vez mais reduzido após cada confronto, ao se manterem fiéis a si mesmos. Segundo Granado (2005, p.55): “Na literatura antropológica, a sociedade Avá-Canoeiro e sua cultura são pouco conhecidas, uma vez que historicamente não aceitaram o contato, não havendo assim descrições etnográficas sobre eles”.

A partir da década de 1860, foram intensas a dispersão e a movimentação dos Avá-Canoeiro no Estado de Goiás. É possível registrar diversos ataques seus às bandeiras. A fim de coibi-los fomentaram a navegação no Rio Araguaia; formaram vários aldeamentos oficiais e criaram muitos presídios militares⁷⁷, que, juntamente com as bandeiras punitivas e os destacamentos volantes, foram responsáveis pela quase total extinção dos Avá-Canoeiro.

Em suma, as relações hostis entre os não-indígenas e os Avá-Canoeiro, os freqüentes confrontos entre estes com os colonizadores e os constantes massacres, chacinas e perseguições sofridos por esses indígenas trouxeram, como consequência, a dispersão desse povo num vasto território, sua fragmentação em pequenos grupos e, principalmente, a drástica redução de seu contingente populacional (Pedroso (1990); Costa (1992), Toral (1984/1985).

⁷⁷ Esses presídios eram “um misto de estabelecimento penal, colônia agrícola e estabelecimento militar” (Rocha, 1998, p. 71).

Por volta de 1860, os Avá-Canoeiro de Goiás já era um grupo reduzido, devido aos conflitos e perseguições sofridas por posseiros e fazendeiros da região. Eles migravam constantemente no norte de Goiás ao transformar seu modo de vida, em cada novo lugar para poderem sobreviver enquanto sociedade autônoma. Como afirma Pedroso (1992, p.105):

No final do século XIX, os Avá-Canoeiro se encontravam dispersos em grupos menores nos territórios imemorais e, também, em outras áreas de movimentação de outros povos indígenas já exterminados ou aldeados. Em fuga constante os Avá-Canoeiro seguiam os cursos d'água atingindo suas cabeceiras e assim tinham acesso a regiões antes desconhecidas. Os índios buscavam áreas em que, efetivamente, não havia o colonizador.

Na década de 1930, a presença dos Avá-Canoeiro é registrada pela FUNAI em vários locais do município de Amaro Leite, numa grande extensão, concentrando-se, principalmente, em áreas mais próximas ao Rio Maranhão e a oeste, em locais serranos, há informes sobre a movimentação dos índios também em Cavalcante.

Em 1940, na região do Rio Tocantins, os índios Avá-Canoeiro movimentavam-se nas margens. No final da década de 1940 e início de 1950, tem-se notícia⁷⁸ dos Avá-Canoeiro na região do Rio Formoso. Na década de 1960, os últimos recantos de Goiás foram ocupados. Todavia, ainda possuíam terras conhecidas como devolutas, com terrenos não explorados pelo colonizador no médio norte, onde, possivelmente, os Avá-Canoeiro encontravam algumas caças silvestres.

Nos anos de 1970, a FUNAI depois de longos anos a procura desse grupo, não acreditava mais na existência deles. Apesar de um auxiliar da FUNAI ter localizado uma pequena canoa e um rancho, na margem esquerda do Córrego dos Macacos, afluente esquerdo do Tocantins Barreto (1987). Nos anos de 1980, de acordo com Pedroso (1992, p. 116):

Os Avá-Canoeiros ainda encontravam-se na margem direita do Rio Maranhão, na região de Colinas, Vila Borba, rios Preto e São Bento, serras de Calçadinha e Ticunzal, Rio Tocantinzinho e Córrego dos Macacos. Um pouco mais ao norte desta região eles aparecem no Rio São Felix e na Serra Branca (município de Minaçu). Os índios movimentavam-se ainda na margem direita do Rio Preto (divisa dos municípios Cavalcante e Paranã), no Rio Paraná, nas serras do Mendes e da Contenda, no Rio Bezerra e dirigiam-se à Taguatinga e às proximidades dos limites do Estado do Tocantins com a Bahia.

No início da década de 1980, os posseiros da Serra da Mesa começaram a sentir falta de produtos nas roças e de criações nos quintais. Iawí, conta que viviam da rapinagem nas propriedades que passavam, “pegando” mandioca, milho, cana, batata doce e o que mais encontrassem.

⁷⁸ Por alguns moradores da região.

Por várias vezes mataram cavalos, vacas, para se alimentarem, fato que despertava ainda mais a ira de seus proprietários, que saíam atirando no encalço dos índios, ao propagar o ideário de violência e extermínio dos mesmos por serem tidos como ameaça ao patrimônio alheio.

Três anos depois, no dia 09 de junho de 1983, um morador de uma fazenda próxima ao Município de Minaçu, saiu para caçar e encontrou no seu caminho de caça quatro índios⁷⁹, um homem e três mulheres que largaram os objetos e numa rendição pacífica e inédita e o seguiu até sua casa.

Já refeito o susto, foi a Minaçu procurar os representantes da FUNAI para apresentar os Avá-Canoeiro que foram amparados pelo órgão, Barreto (1987). De acordo com Granado (2005, p.57):

O contato com esse grupo da margem esquerda, composto por um homem e três mulheres, foi estabelecido de forma espontânea com um morador da região em junho de 1983. Informações sobre outros grupos isolados continuavam sendo registradas; entretanto os trabalhos de atração foram interrompidos e nenhum outro grupo de Avá apareceu desde então.

Ainda sobre o contato, Granado (2005, p.59) diz que: “Iawi se posicionou mais à frente das três mulheres, mostrou as mãos vazias e tomou a iniciativa, dizendo:” *Ti juca ema!* (Não me mate”!). Matxa complementa a narrativa dizendo que tremia muito e que o coração batia forte naquele momento: “Medo muito”.

A partir do contato, o que é conhecido sobre os Avá-Canoeiro está em pesquisas e textos publicados ao longo dos anos. O de Dulce Pedro (1992) que fez uma “Etnohistória dos Avá-Canoeiro”, a partir da abundante documentação do século XVIII e XIX ela discute sobre os Avá-Canoeiro seus embates com a sociedade colonial e suas formas de organização social.

De acordo com Borges (2006), o trabalho de Mario Arruda Costa (1992), a partir de um convênio firmado entre Furnas e a Universidade Católica de Goiás, o objetivo desse trabalho foi um “relatório final específico sobre os Avá-canoeiro de Tocantins”. O autor se atentou em dados gerais sobre a língua, cosmologia e alguns comportamentos específicos dos Avá-Canoeiro.

Mércio Gomes (1994) escreveu uma crítica sobre a “peça antropológica”, legitimando a exploração hidrelétrica do território Avá-Canoeiro. Em 1995, André Toral publicou um texto intitulado: “O destino de um grupo caçador e coletor: os Avá-Canoeiro, hoje”; nele, Toral afirma que a maior característica da cultura Avá-Canoeiro parece ser sua capacidade de adaptação diante a violência pela qual os mesmos foram vítimas.

⁷⁹ Jatulika e Niwatima nasceram depois do contato.

Eliana Granado, em 2005, escreveu seu trabalho intitulado: “Fronteiras étnicas furnas e a gestão da questão indígena - Refletindo sobre a construção de novas formas de convivência”, seu trabalho focou sobre as experiências institucionais vividas pelos Avá-Canoeiro e a questão indígena que envolve a família de Goiás.

Em 2005, Crísthian Teófilo da Silva escreveu sua tese de doutorado intitulada: “Cativando Maira - a sobrevivência Avá-Canoeiro no Alto do Tocantins”; discute o indigenismo empresarial e faz um a etnografia mais completa sobre esse povo. Em 1997, Lena Tosta defendeu sua dissertação de mestrado sobre a análise sincrônica da situação histórica vivida pelos Avá-Canoeiro, um diálogo com as novas condições de vida imposta após a construção da UEH de Serra da Mesa.

Nos anos 2000, 2001, 2002, 2003 outros textos foram publicados como o de Luciano Alves Pequeno: “Terra Indígena Avá-Canoeiro Demarcação indefinida: risco de sobrevivência étnica”; Eliana Granado e Dulce Pedroso escreveram diversos artigos. Outras pesquisas de cunho lingüístico foram desenvolvidas entre elas o último trabalho que se tem respeito sobre os Avá-Canoeiro de Mônica Veloso Borges em 2006 intitulado: Aspectos Fonológicos e Morfossintáticos da Língua Avá-Canoeiro (Tupi-Guarani). A autora busca fazer uma abordagem dos aspectos fonológicos e morfossintáticos da língua indígena Avá-Canoeiro, pouquíssima conhecida.

Apesar de algumas coisas terem mudado na relação FUNAI e Avá-Canoeiro, e hoje terem uma vida mais tranqüila, pelo menos sem perseguições físicas, tal fato não muda as heranças históricas vividas por essa família que encontra-se com sua cultura bastante abalada, os rituais, as pinturas corporais, as atividades artesanais são inexistentes. Borges (2006, p. 40) afirma que: “A língua e a cultura Avá-Canoeiro podem ser consideradas extremamente ameaçadas, uma vez que o povo Avá-Canoeiro encontra-se ameaçado de extinção, por causa de seu baixo contingente populacional, entre outras razões”.

O baixo contingente populacional, a desmotivação do próprio grupo em manter essas manifestações, as debilitações de Matxa, a matriarca⁸⁰, mostra a fragilidade dessas vidas marcadas pela resistência. Os Avá-Canoeiro, frente aos inúmeros ataques, massacres, perseguições do passado e dos atores de pressão que estão inseridos no seu território poderiam não estar vivos, como aconteceu com inúmeras etnias no Brasil que desapareceram para sempre. É frente essa história de luta que consideramos a *Resistência dos Bravos*.

⁸⁰ Ela quem mais tem conhecimentos sobre os rituais os costumes dos Avá -Canoeiro e pouco consegue levantar da rede.

(...) o traço mais marcante desse povo é a resistência em se manterem autônomos enquanto sociedade. Tal resistência pode ser observada primeiramente através da guerra, quando a preservação de seus territórios tribais tornou-se necessária (...) Quando a contenda tornou-se impossível, em virtude da sensível diminuição da população indígena, os índios passaram a fugir e a se esconder. Insistiam, ainda, em permanecer autônomos (PEDROSO, 1994, P. 96-97).

Se não fosse a *Resistência dos Bravos*, essa pesquisa não existiria. A importância dos Avá-Canoeiro para o Cerrado do norte goiano é certa, são 38 mil hectares de terras protegidas. A pesquisa mostrou que é no lugar, ou nos lugares que os Avá-Canoeiro constroem relações e mantêm o pouco que restou de suas práticas culturais, enquanto o território é moldado por disputas que são “invisíveis” para essa família e visíveis demais para as instituições que as promovem.

A proposta do capítulo foi enfatizar a importância dos Avá-Canoeiro no contexto em que vivem; sobretudo sua história de luta, sobrevivência e resistência. Por intermédio das balas, do sangue, das lembranças, dos traumas narrados muitas vezes por eles que essa pesquisa foi se construindo e tem como destaque o que chamamos no título: *A Resistência dos Bravos, resistência em lutar, permanecer e existir*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se hoje existem em Goiás seis índios Avá-Canoeiro para que possamos contar a história e fazer as análises da pesquisa, é porque esses guerreiros lutaram todos os momentos pela vida.

Eles são ícones da força que mantém viva toda uma secular tradição. Eles são o patrimônio de um povo que resistiu à barbárie que muitos não agüentaram.

Ao encontrar com os Avá-Canoeiro, deparei com desabafo de almas cansadas de um processo nada gentil nem cordial com os povos indígenas, ao longo da história goiana e brasileira. É possível sentir as mágoas, as tristezas, as lembranças vivas em cada índio.

É possível sentir o vento do agora balançando o cabelo de Niwatima a espera do amanhã; o cheiro de sangue nas palavras de Matxa ao lembrar seu pai sendo comido por uma onça; imaginar os sonhos e conflitos de Jatúlika entre o mundo do índio e dos não-índios; perceber os sonhos de Iawi planejando uma nova oca e notar desconfiança constante de Nakwatxa ao se relacionar com os não-índigenas.

Quando remetemos ao cotidiano, as trajetórias, o lugar, os conflitos territoriais que permeiam o território do povo Avá- Canoeiro, estamos adentrando na história que para muitas etnias não foi possível ser contata por terem sido dizimadas por completo.

Algumas nem esta oportunidade tiveram, infelizmente. Mesmo pela trágica história e trajetórias vividas por eles, mesmo com a presença de disputas e conflitos pelo Território Indígena Avá-Canoeiro, existem seis pessoas que não deixaram a etnia desaparecer.

No capítulo primeiro: *Avá-Canoeiro: entre cercas e porteira – o lugar*, foi possível constatar que entre os contextos vividos pelos Avá-Canoeiro, é justamente sua história no e com o lugar que refletirá as marcas e pistas que dizem sobre esta família. São marcas muito fortes e que lançam raízes profundas na história goiana em todos os tempos.

Além do seu sentido de uso, os lugares representam as significações de sua existência; os lugares se relacionam e estão vivos – na imaginação- no subconsciente- nos traumas- nas lembranças de cada Avá-Canoeiro.

É no lugar, no cotidiano da vida dos Avá-Canoeiro, que se estabelece um conjunto de relações para a produção da vida; ao envolver o ato de morar, trabalhar, caçar, comer, caminhar; os objetos, a natureza e são essas relações que envolvem a cultura desse povo e que devem ser preservadas a todo custo.

No capítulo segundo: *Avá-Canoeiro: entre Cerrado e Instituições – o território* concluiu que para discutir o Território indígena é necessário refletir, sobretudo, o jogo político e econômico do capital entranhado na cultura.

Entender como os agentes sociais e econômicos promovem a disputa desse território no contexto atual da globalização; que considera a valorização dos aspectos étnicos, porém; transformando-os em produtos exóticos, vendáveis e rentáveis.

Portanto, para os povos indígenas não é o território, mas a terra a base material sobre a qual gravam os padrões identitários, de parentesco e afinidade; determinam suas regras de residência e descendência.

Representa ainda, o espaço onde habitam os espíritos e outros seres sobrenaturais. Por isso, partimos da análise do lugar e sua relação com a terra e o modo de ser Avá-Canoeiro, para compreender as disputas imersas no território e estas relacionadas ao contexto atual do Cerrado goiano.

Na Terra Indígena Avá-Canoeiro, existem vários atores que pressionam e estão presentes direta ou indiretamente nas disputas e nos conflitos como: a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa (comandada por Furnas Centrais Elétrica); a Usina Hidrelétrica de Cana-Brava (comandada pela Tractebel); os fazendeiros que ainda estão na reserva e a FUNAI.

Portanto, destacou-se nessa pesquisa a Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa e a FUNAI, por serem as duas instituições pivôs das disputas, de um lado FURNAS ao representar os interesses do capital e do outro a FUNAI ao representar os “interesses indígenas”.

No capítulo terceiro: *Avá-Canoeiro: entre o Lugar e o Território – corpos que resistem*, foi possível constatar que os povos indígenas do Cerrado apresentam saberes e modalidades de uso de espécies do bioma que não comprometem a sua redução, tal como tem sido as atividades econômicas capitalistas, tanto da agricultura moderna como da indústria.

No caso específico dos Avá-Canoeiro de Goiás, além de sua cultura ecológica não ser a da acumulação, a vastidão de sua terra, ao contrastar com a sua diminuta população, são fatores de preservação da biodiversidade e de todos os recursos para a manutenção e qualidade de vida, ao estilo próprio desse povo.

Devemos levar em consideração, ainda, outro fator importante: o norte goiano não sofreu, por diversas razões, o nível de exploração de outras regiões do Estado de Goiás. Ao explicar o fato dos Avá-Canoeiro estarem na região e ter 38 mil hectares de terras. No sudoeste goiano, dificilmente teriam essa área, já que os investidores aproveitam todas as terras cultiváveis para o agro-hidronegócio.

Já não há mais espaço para eles no sudoeste goiano, nem para ninguém, com a invasão cada vez mais intensa das plantações de cana-de-açúcar, voltadas a produção principalmente do etanol. “Nem assombração mais existe, aonde eles vão se esconder?” esclareceu e indagou o folclorista Bariani Ortêncio numa palestra sobre folclore em 2009 na Academia Trindadense de Letras. De fato até o sobrenatural está desalojado. Todas as assombrações são “sem floresta”.

Dessa forma, os dois fatores – o da cultura ecológica dos Avá-Canoeiro junto com a posição do norte – se são elementos que defendem a biodiversidade, não acabam com outros níveis de pressão, como a existência da Usina de Serra da Mesa e de atividades minero-extrativistas.

O debate sobre a proteção dos conhecimentos tradicionais dos Avá-Canoeiro; sua língua, a biodiversidade riquíssima da reserva não são pautas de discussões nem de FURNAS nem da FUNAI.

Ao considerar que nesse estudo o que faz um grupo social ser identificado como tradicional não é a localidade, mas seu modo de vida, suas formas de estreitar relações com a diversidade biológica, em função de uma dependência que não precisa ser apenas com fins de subsistência, pode ser, também, material, econômica, cultural, religiosa, espiritual, refletidas em suas práticas culturais.

Os Avá-Canoeiro não realizam quase nenhum ritual, não fazem mais nenhum tipo de artesanato, inclusive as cestarias; são desestimulados a caça, pesca e coleta já que a FUNAI oferece uma cesta básica mensal; as músicas, as pinturas desapareceram, como várias outras manifestações; a língua de acordo com estudos de Borges (2005) está plenamente ameaçada e não existe nenhum programa de Educação Indígena. O isolamento e a falta de atividades tornam o tempo ocioso e tedioso para os Avá-Canoeiro.

Assuntos como esses que são importantes para os Avá-Canoeiro não são evidenciados nos acordos entre Furnas e FUNAI. Essas análises precisam ser feitas sob um enfoque multicultural de aceitação e respeito, não de piedade e obrigação pelo uso do Território indígena; mas de reconhecimento a um povo que pensa, chora, sofre, sonha, deseja e compreende o desrespeito.

Pontuamos ainda como resultados:

Ao considerar as relações do índio com o lugar e este com seu modo de vida foi possível descobrir a cultura ecológica que envolve esse povo e o modo como se apropria do Cerrado; a sua tática de vida, a sua temporalidade, o uso de seus objetos, seus sonhos e, especialmente, o nível de colaboração entre os membros do grupo. Percebeu-se que a

construção do lugar é, junto, a construção da vida. A existência do grupo se estampa no movimento do lugar. Este expressa aquele movimento.

Foi pertinente observar, ainda, que o legado histórico da vida desse povo marca a sua memória, entranha seus medos; repercute em sua subjetividade. Nesse ínterim, fez-se necessário refletir a sua resistência além do lugar. Num jogo de interescalar, a pesquisa caminhou do lugar para a compreensão território.

Nesse afã de realizar o trabalho, foi possível descobrir que o norte Goiano, região em que se situa o lugar dos Avá-Canoeiro; tanto no passado quanto no presente; possuem formas diferenciadas; tempos diferenciados; influências socioculturais próprias relativas à porção meridional do Estado de Goiás.

Ao proceder por empréstimo a construção teórica de autores que estudam o território goiano, chegou-se numa síntese: o processo de modernização do norte de Goiás ao se implantar de maneira pontual e verticalizada por meio, especialmente, de usinas e lagos, ao fazer uso da geologia da região, da água e do relevo ondulado, diferente da modernização da faixa meridional que fez uso do solo e do relevo tabular; gera disputas territoriais que repercutem no lugar indígena já que esse está vinculado ao modo de ser Avá-Canoeiro.

Essas disputas territoriais, analisados no interior do trabalho, nos levam a uma interessante conclusão: o modelo vertical da modernização do norte permite que os Avá-Canoeiro possuam uma vasta extensão de território e lhes propiciam a nobre tarefa de serem guardiões do Cerrado.

Mas, lhe colocam riscos; além de instalá-los num regime econômico global, como é o caso do pagamento de *Royalties* pelo uso de parte de sua terra, os ameaça com a promessa desse modelo. Isolados por muito tempo em seu lugar, ressaltam a sua tradição cultural; embora facultem a lhes afastar da compreensão dos conflitos nos quais participam.

Em suma, não só os Avá-Canoeiro, mas todas as etnias, as comunidades tradicionais, as culturas, deveriam contar com o respeito, das instituições como também das pessoas que em pleno século XXI interpretam tais questões ou de uma forma romântica ou terrorista ou as ignoram.

Além de criarem inúmeros projetos que nunca saem do papel, muitas instituições divulgam a qualquer preço seu papel social; ganhando notoriedade a partir de demagógicos planos que de forma alguma beneficiam quem realmente precisa.

Se considerarmos todo contexto histórico, político, social, cultural, que envolveu e envolve a família Avá-Canoeiro de Goiás pergunta-se:

Se o Estado não garante a permanência dos Avá-Canoeiro em seu território já que aprova investimentos como de grandes Usinas Hidroelétricas na reserva, quem garante a esse povo seus direitos?

Até quando eles conseguirão sobreviver, resistir, como grupo indígena e como “comunidade autônoma”?

Essa resistência com certeza merecerá outro título, porque a *Resistência dos Bravos* será insuficiente para retratar esse fato; pois maior que resistir, o dilema é permanecer.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo; LAGES, Vinícius Nobre. (Orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará Editora. 2004.

_____. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.

ALMEIDA, Maria Geralda de. A captura do Cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. ALMEIDA, M. G. (Org) **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005 a.

_____. **Potencialidades turísticas nos municípios do entorno do lago da UHE de Serra da Mesa**. Projeto de Pesquisa da Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2005 b.

_____. Cultura Ecológica e Biodiversidade. **Mercator**: Revista de Geografia da UFC. Fortaleza: UFC, ano 2, n. 03, 2003. 71-82 p.

_____. Políticas públicas e delineamento do espaço turístico goiano. In: _____ (Org.). **Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, 2002.

ANDRADE, Soraia M. **O Patrimônio Histórico Arqueológico de Serra da Mesa: A construção de uma nova paisagem**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ARRAIS, Tadeu. P. A. O Território Goiano: uma abordagem quase contemporânea do desenvolvimento regional. In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2002, Belém-PA. **Anais...** Belém, 2002.

ARRUDA, Rinaldo S.V. Imagens do Índio: Signos da intolerância. In: Grupioni, L. D. Vidal, L. Fischmann R. (Org.). **Povos Indígenas e Intolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Edusp, 2001.

BARBOSA, Altair Sales. Ocupação Indígena no Sistema Biogeográfico do Cerrado. In: GOMES, Horieste (Coord.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: Editora UCG, 2008.

BARBOSA, Romero Ribeiro. Saberes, sabores e sentidos: a gastronomia no contexto da geografia cultural. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Orgs.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Gráfica e Editora Vieira, 2008. 204 – 221 p.

BARRETO, João Carlos S. C. **Meu encontro: Avá-Canoeiro**. Goiânia: Alfhard Comunicações Ltda. 1987.

BERTRAN, Paulo. **História de Niquelândia**: Do distrito de Tocantins ao Lago de Serra da Mesa. 2. ed. Brasília: Verano, 1998.

BORGES, Mônica Veloso. O estudo do Avá: relato e reflexões sobre a análise de uma língua ameaçada de extinção. **Revista Liames**, Campinas, n. 2, p. 85-104, 2006.

CANCLINI, Nestor García. **Diferentes, Desiguais e Desconectados – mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CASTRO, L.H.R. Definindo padrões espaciais de precipitação no Cerrado Brasileiro. In: _____. **Chuvras nos Cerrados: Análise e Espacialização**, ed. E. D. Assad, 423p. Brasília, DF: EMBRAPA-SPI, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CLAVAL, Paul. **La géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.

COSTA, M. A. **A nação do Awato**. Relatório final Avá-Canoeiro do Tocantins. Pesquisa antropológica das UHEs Serra da Mesa e Cana Brava. Goiânia: UCG, 1992.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. O Cerrado em Disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Orgs.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Gráfica e Editora Vieira, 2008. 75-97 p.

_____. Símbolos das paisagens do Cerrado Goiano. In: ALMEIDA, M. G. de (Org.). **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005. 47 – 62 p.

_____. **Goiânia, uma metrópole em travessia**. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. 161 – 172 p.

GOBBI, W.A.O. Modernização agrícola no cerrado mineiro: os programas governamentais da década de 1970. **Caminhos de Geografia** – Revista on line. Uberlândia. v. 11, p. 130-149 fev. 2004. Disponível em: <http://www.ig.uf.br/caminhos_de_geografia.html>. Acesso em: 29 nov. 2009.

GOLDENBERG Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sócias. Rio de Janeiro: Recorde, 1997.

GOMES, Mercio P. **A Ação Atual e potencial de Furnas sobre os índios Avá-Canoeiro**: Um Comentário Antropológico. Rio de Janeiro: IPARJ, 1994.

GRANADO, Eliana Maria. **Fronteiras étnicas e fronteiras éticas - Furnas e a gestão da questão indígena**: Refletindo sobre a construção de novas formas de convivência. Rio de Janeiro. 2005.

HAESBERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 a.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton. I. E. de. et al (Orgs.). **Território, Territórios**: ensaio sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 b.

_____. **Dos Múltiplos Territórios a Multiterritorialidade**. Porto Alegre. RS. 2004. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso: 10 de agosto de 2009.

HAYDEN, Dolores (1997). **The power of place: urban landscapes as public history**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1997.

KLINK, C.A. & MACHADO, R.B. Conservation of the Brazilian Cerrado. **Conservation Biology**. [S. l.: s. n.], 2005. 707-713 p.

LIMA, Sélvia Carneiro de. **A permanência do estranho: os Karajá, os Tori e as disputas territoriais do cerrado goiano**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudo Sócio-ambientais – UFG, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

LÈRY, Jean de. **Relatos de viagens pelo Brasil**. Histoire d'un Voyage fait en La Terre du Brasil.Latin. Published: Genève: Apvd Evstathivm Vignon, 1534-1611.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: _____. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**, São Paulo: EPU, 1986.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Presidente Prudente, 2004.

MYERS. Mittermeier da Fonseca. **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. Nature. [S. l.: s. n.], 2000.

MOURA, Marlene Castro Ossami de. (Coord.). **Índios de Goiás: uma perspectiva Histórico-Cultural**. Goiânia: Ed. da UCG; Ed. Vieira; Ed. Kelps, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002. 60 – 185 p.

MOTTA, P.E.F. Relation of soils and geomorphologic surfaces in the Brazilian Cerrado. In: OLIVEIRA. P. S. & MARQUIS R. J. **The Cerrados of Brazil: ecology and natural history of a Neotropical savanna**. Columbia, NY: University Press. 2002. 13 – 32 p.

OLIVEIRA João Pacheco de. (Org.). **Indigenismo e Territorialização: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 1998.

OLIVEIRA, E. & DUARTE, L.M.G. Gestão da biodiversidade e produção agrícola: O Cerrado goiano. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília: v.21, n.1, jan.-abr. 2004. 105 – 42 p.

OLIVEIRA, R. Cardoso de.. **Os Diários e suas margens: viagem aos territórios Terena e Tükuna**. Brasília: Editora da UNB, 2002.

_____. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000. 17-35 p.

ORTÊNCIO Bariani. **A cozinha goiana**. 5. Ed. Goiânia: Editora Kelps, 2004.

PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás (1722-1822)**: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas. 4. ed. Goiânia: CEGRAF/Editora da UFG, 1994.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. **O Povo Invisível**: a história dos Avá-Canoeiro nos séculos XVIII e XIX. Goiânia: Editora da UCG/FURNAS Centrais Elétricas SA, 1994.

_____. **Avá-Canoeiro**: A história do povo invisível - Séculos XVIII e XIX. 1992. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

_____. **Avá-Canoeiro**: A terra, o homem e a luta. Goiânia: UCG Editora, 1983.

PEREIRA, Sebastião Lázaro; ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Alterações estruturais na economia goiana e do sudoeste goiano. In: PEREIRA, Sebastião Lázaro; XAVIER, Clésio Lourenço (Orgs.). **O agronegócio nas Terras de Goiás**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. Paris: Ática, 1993.

RAMOS, Alcita Rita. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Editora Ática, 1986. 13 – 23 p.

RELPH, Edward C. **Place and placelessness**. London: Pion, 1980.

_____. **As bases fenomenológicas da geografia**. vol. 4. n. 7. abril. . [S. l.: s. n.], 1979.

RIBEIRO, J. F. Fitofissionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S.M e ALMEIDA, S. P. **Cerrado: Ambiente e flora**. Planaltina: Embrapa/CPAC, 1998. 89-166 p.

RIVET, Paul. **Les indiens Canoeiro** : Journal de la Société des Américanistes. V. 16. Paris : Société des Américanistes, 1924.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **A natureza do espaço Técnica e Tempo: Razão e Emoção.** Hucitec, São Paulo: 1997.

_____. **Da totalidade ao lugar.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.

SANTOS, David Gomes de Oliveira. **Impactos socioambientais decorrentes da implantação da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa no município de Minaçu-Go.** Monografia – Unidade Universitária de Minaçu, UEG, Universidade Estadual de Goiás. Minaçu, 2007.

SANTOS, L. A. de O. & ANDRADE, L. M. M. de. Apresentação. In: _____. (Orgs.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas.** Comissão Pró-Índio de São Paulo. São Paulo: [s. n.], 1988.

SILVA, Cristian Teófilo. **Cativando Maira – A sobrevivência Avá-Canoeiro no Alto Rio Tocantins.** Tese de doutorado. Brasília. Faculdade de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

TEIXEIRA NETO, Antônio. O Território Goiano: Formação e Processo de povoamento e urbanização. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade.** Goiânia: IESA, 2002.

TIZON, P. Le territoire au quotidien. In: DI MEO, G. **Les territoires du quotidein.** Paris: L'harmattan, 1995. 17-34 p.

TOMMASINO, Kimiye. Território e territorialidade Kaingang. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva & TOMMASINO, Kimiye (Org.). **Uri e Wãxi–Estudos Interdisciplinares dos Kaingang.** Londrina: ed. UEL, 2000. 192-226 p.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por Uma Geografia do Trabalho (Reflexões Preliminares).** Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Bardelona. v. VI, n. 119. ago. 2002.

TORAL, André Amaral. Os índios negros ou os Carijó de Goiás: a história dos Avá-Canoeiro. **Revista de Antropologia**. São Paulo. Universidade de São Paulo. Volumes XXVII/XXVIII. 1985.

_____. **Situação e perspectiva de sobrevivência dos Avá-Canoeiro**. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1984.

TOSTA, L. T. D. **Homi matou papai meu**: uma situação histórica dos Avá-Canoeiro. Monografia de Final de Curso. Universidade de Brasília: Brasília, 1997.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. Geografia Humanista. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

_____. Space and Place: Humanistic Perspective. **Progress in Geography**. [s. l], VI, n. 06, 1975.

SITES CONSULTADOS

Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
Disponível em: <http://www.aneel.gov.br>
Acesso em 15 fev. 2010.

Animais do Cerrado.
Disponível em: <http://www.megadiversidade.com.br>
Acesso em 11 jan. 2009.

Constituição Federal.
Disponível em: http://www.aleppr.com.br/arquivos/Legislacao/constituicao_federal.pdf
Acesso em 22 jan. 2009.

Declaração Universal dos Direitos Humanos.
Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm
Acesso em 15 dez. 2009.

Fundação Nacional do Índio (FUNAI). **Índios do Brasil. As Terras Indígenas. Mapa de etnias**. Brasília: FUNAI, 2006.

_____. Disponível em: <http://WWW.funai.gov.br/índios/terras/conteúdo>. Acesso em 20 ago. 2009.

_____. **Processo FUNAI/BSB/1241/71**. Brasília, 1971.
Acesso em 20 ago. 2009.

_____. **Processo FUNAI/BSB/ 1166/73**. Brasília, 1973.
Acesso em 20 ago. 2009.

_____. **Processo FUNAI/BSB/ 0253/83**. Brasília, 1983.
Acesso em 20 ago. 2009.

_____. **Processo FUNAI/BSB/ 0317/99**. Brasília, 1999.
Acesso em 20 ago. 2009.

_____. **PROGRAMA de Apoio aos Avá-Canoeiro**. Brasília. 2005.
Acesso em 20 ago. 2009.

Frutos do Cerrado.
Disponível em: www.portalbrasil
Acesso em 11 set. 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009). **Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos**
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

_____. Brasil: 500 anos de povoamento. Apêndice: **Estatísticas de 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro. 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

_____. Mapas interativos (Mapa de Biomas). 2004.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/mapas>

ISA. **Povos Indígenas no Brasil 1996/ 2000** (Carlos Alberto Ricardo, org). São Paulo, Instituto Socioambiental.
Disponível em: <http://www.socioambiental.org.br/pib>

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
Disponível em: **HTTP://www.mabnacional.org.br**
Acesso em 15 abr. 2009.

Plantas Medicinais do Cerrado brasileiro
Disponível em: **http://www.sitecurupira.com.br**
Acesso em 11 jan. 2009.

Situação jurídico-administrativa das Terras Indígenas no Brasil
Disponível em: **http://terras-indigenas.blogspot.com**
Acesso em 5 out. 2009.

Superintendência de Pesquisa e Informação DO Estado de Goiás (SEPIN, 2009).
Disponível: **http://www.seplan.go.gov.br/sepin/**
Acesso em agosto de 2009.

Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. SEPLAN.
Disponível em: **http://www.seplan.go.gov.br**
Acesso em 28 out. 2009.

Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação. SEPIN.
Disponível em: **http://www.seplan.go.gov.br/sepin**
Acesso em 28 out. 2009.

TRACTEBEL Energia S.A. **Estudo de Impacto Ambiental UHE São Salvador**. Volume VI (Mapas e Cartas-imagem dos Meios Biótico, Socioeconômico e Avaliação Ambiental). São Salvador (TO). 2002.

ANEXO 01 – Autorização de Trumak Avá-Canoeiro para a utilização das fotografias dos índios e da aldeia Avá-Canoeiro

DECLARAÇÃO

Eu, Trumak Avá-Canoeiro, autorizo a pesquisadora **Lorraine Gomes da Silva**, portadora do RG:3848861, CPF.98045482168, residente à Rua Ari Bento Xavier Qd:04 Lt: 12 no município de Inhumas-GO, em meu nome e de minha família a utilizar as fotografias tiradas aqui na aldeia no município de Minaçu-GO em sua dissertação de mestrado.

Por ser verdade,



Trumak Avá-Canoeiro

Minaçu, 26 de Março de 2011.

02– Autorização de Walter Sanches chefe de posto da FUNAI para utilização de fotografias de seu arquivo.

DECLARAÇÃO

Eu, Walter Sanches, portador do RG: 046448-SSP-DF, residente na Avenida Goiás número 351 – Centro no município de Minaçu, autorizo a pesquisadora **Lorraine Gomes da Silva**, portadora do RG:3848861, CPF:98045482168, residente à Rua Ari Bento Xavier Qd:04 Lt: 12 no município de Inhumas-GO, a utilizar fotografias minhas do grupo Avá-Canoeiro do município de Minaçu-GO em sua dissertação de mestrado e de outros textos publicados.

Por ser verdade,



Walter Sanches

Minaçu, 26 de Março de 2011.